

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

O DISCURSO DO *OUTRO* NO JORNALISMO POLÍTICO DIGITAL

PAULO EDUARDO ARANHA DE SÁ BARRETO BATISTA

JOÃO PESSOA – PB

FEVEREIRO, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PAULO EDUARDO ARANHA DE SÁ BARRETO BATISTA

O DISCURSO DO *OUTRO* NO JORNALISMO POLÍTICO DIGITAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística, na área de concentração de Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Sousa Aldrigue

JOÃO PESSOA – PB

Fevereiro, 2009

PAULO EDUARDO ARANHA DE SÁ BARRETO BATISTA

O DISCURSO DO *OUTRO* NO JORNALISMO POLÍTICO DIGITAL

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística, na área de concentração de Teoria e Análise Linguística.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Ana Cristina de Sousa Aldrigue
Orientadora – UFPB

Professora Doutora Maria Bernadete Fernandes de Oliveira
Examinadora – UFRN

Professora Doutora Maria Ester Vieira de Sousa
Examinadora – UFPB

Ao meu pai, Carlos Fernando; à minha mãe, Violeta; ao meu irmão, Lulinha, por todo o carinho, amor, compreensão e, simplesmente, por sermos uma *família*.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me tornar capaz de realizar tudo aquilo que posso e pelo dom da vida.

À minha família, que aceitou os caminhos que desejei seguir, pelo apoio constante.

A Larissa Kelly, por compreender toda a situação dos últimos meses, pelo respeito, carinho e amor que tem por mim.

Aos verdadeiros amigos – um bando de pilantras, é verdade – por fazerem do meu e dos seus corações uma verdadeira confraria.

À professora Ana Aldrigue, por tantas orientações ao longo dos últimos anos.

À professora Roseane Nicolau, por me oferecer a primeira chance na pesquisa acadêmica, acreditando em mim; em seu nome, agradeço ainda a todos que formam o IESP e aos que lá estiveram comigo.

Às professoras Luciene Espíndola e Ester de Sousa, pelas críticas construtivas a este trabalho.

Ao professor Dermeval da Hora e a Vera, em nome dos quais, agradeço a todos que compõem o Proling, pela organização e dedicação em fazer funcionar este programa de pós-graduação.

Ao colega Gualberto Praxedes, amigo desde a graduação em Letras, em nome de quem, agradeço aos demais colegas de curso.

Aos colegas servidores da Câmara Municipal de João Pessoa, em especial aos amigos do Núcleo de Redação de Atas e da Escola do Legislativo, pela compreensão nos últimos tempos e pelo companheirismo em tudo.

Aos que fazem o Colégio Primeiro Mundo, por acreditarem no meu potencial.

A todas essas pessoas e a tantas outras que torcem por mim, aquele afago especial no coração.

“Toda enunciação verbalizada do homem é uma pequena construção ideológica” (BAKHTIN)

BATISTA, P. E. A. de S. B. *O discurso do outro no jornalismo político digital* João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO

O presente trabalho, ancorado na concepção dialógica da linguagem (cf. BAKHTIN, 2001 [1927]; 2002 [1929]; 1990 [1975]; 2003 [1979]; VOLOCHINOV, 2006 [1929]), visa a analisar a dinâmica da apresentação e da avaliação do discurso do outro, mais precisamente variantes e esquemas de base (cf. VOLOCHINOV, 2006 [1929]) da categoria conhecida como discurso relatado (DR), em notícias e artigos digitais sobre a esfera política. Para tanto, valemo-nos principalmente: da teoria da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1982; 1998; 2004) e das constatações acerca de modalização ou de formas da língua que marcam designações de atitude por parte de um enunciador frente ao conteúdo que enuncia (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980; MAINGUENEAU, 1996 [1986]; CASTILHO e CASTILHO, 1993 *et. al.*) O ato de apresentar a enunciação alheia constitui característica dos gêneros jornalísticos: sejam estes mais informativos ou mais comentaristas; uma fala citada de alguém ou uma repercussão de um discurso frente a um fato historicamente situado. Conforme a perspectiva dialógica, tal ação jamais será neutra, ou seja, desprovida dos cortes ideológico, histórico e social; ocorre uma tradução da fala alheia (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998), com o surgimento de outros sentidos, diferentes daqueles gerados durante a primeira enunciação antes do relato. Além disso, o discurso do outro passa por um crivo de seleção e por uma nova ambientação para chegar ao discurso do *um*, em outros termos, é editado conforme a intenção discursiva da enunciação relatora, e determinadas formas da língua podem marcar tanto a presença do outro quanto a avaliação que o *um* faz deste. Com efeito, ao se tratar de política partidária, o grau de parcialidade e de avaliação do discurso do outro pode aumentar mais que em relação a outros temas: seja para apreciar ou depreciar o discurso que se apresenta. Assim, nosso objetivo é a análise da ação dos elementos introdutórios dos esquemas e variantes do discurso relatado (DR) – principalmente verbos e expressões qualificadoras – verificando como operam no processo de apresentação e avaliação da fala do outro em notícias e artigos de dois portais paraibanos, WSCOM e CLICKPB, acerca do seguinte fato: a primeira cassação do Governador da Paraíba em 2007, chamada pela imprensa de *Caso FAC*.

Palavras-chave: dialogismo, discurso relatado, jornalismo digital, política.

BATISTA, P. E. A. de S. B. *The other's discourse in digital political journalism*. João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba.

ABSTRACT

This work, based on the dialogical concept of language (cf. BAKHTIN, 2001 [1927]; 2002 [1929]; 1990 [1975]; 2003 [1979]; VOLOCHINOV, 2006 [1929]), aims at analyzing the dynamics of presentation and evaluation of the other's discourse, in *variants* and *schemes of base* of reported discourse (cf. VOLOCHINOV, 2006, [1929], in news and digital articles in the field of politics. To do so, it was used the theory of the enunciative heterogeneity (AUTHIER-REVUZ, 1982; 1998; 2004), as well as the findings modalization, the forms of language which remark designations of attitudes of an enunciator towards what it is enunciated (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980; MAINGUENEAU, 1996 [1986]; CASTILHO e CASTILHO, 1993 *et. al.*). The act of presenting the other's enunciation makes the main feature of the news genre; no matter they may be either information or comments; it may be either someone's reported speech or a historically situated fact. According to the dialogical perspective, this action will be never neutral, that is, it will be never deprived of ideological, historical and social sections; there is a translation of the other's speech. Furthermore, the other's discourse is sifted and given a new room in order to reach the discourse of the *one*, which means that it is edited in conformity with the discursive intention of the reporter's enunciation, and some forms of language may remark both the presence of the other and the evaluation this *one* does. Since it is about politics the observed discourse, the degree of partiality and the evaluation of the other's speech may increase much more in relation to other themes: it may be done either to compliment or to belittle the stated discourse. Then, the objective is the analysis of the action of the introductory elements of the *variants* and *schemes of base* of reported discourse – essentially, the verbs and the adjective expressions – verifying their work at the process of presentation and evaluation of the other's discourse in news and digital articles in two websites from Paraíba, Brazil – WSCOM and CLICKPB, more specifically in texts about one specific fact: the first annulment of Paraíba's Governor in the year 2007, the so-called by the press "Caso Fac".

Key-words: dialogism, reported discourse, digital news, politics.

LISTA DE SIGLAS

C1: artigo de colunista veiculado no WSCOM.

C2: artigo de colunista veiculado no CLICKPB.

DD: discurso direto.

DDL: discurso direto livre.

DI: discurso indireto.

DIL: discurso indireto livre.

DR: discurso relatado, reportado – apresentado.

E: ato de enunciação relator ou apresentador.

e: ato de enunciação relatado ou apresentado.

FAC: Fundação da Assistência Comunitária, órgão ligado à Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social – Paraíba.

L: enunciador do ato de enunciação relator ou apresentador

l: enunciador do ato de enunciação relatado ou apresentado

M: mensagem(ns) do ato de enunciação relator ou apresentador

m: mensagem(ns) do ato de enunciação relatado ou apresentado

MP: Ministério Público.

N1: notícia veiculada no WSCOM.

N2: notícia veiculada no CLICKPB.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

R: enunciatário – co-enunciador – do ato de enunciação relator ou apresentador

r: enunciatário – co-enunciador – do ato de enunciação relatado ou apresentado.

S: signo.

Sdo: significado.

SIT: situação enunciativa do ato de enunciação relator ou apresentador

sit: situação enunciativa do ato de enunciação relatado ou apresentado.

Ste: significante.

TRE: Tribunal Regional Eleitoral.

TSE: Tribunal Superior Eleitoral.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – Esquema dos elementos envolvidos em DR ----- | 35 |
| FIGURA 2 – Quadro de diferença entre signo-padrão e signo autônomo----- | 38 |
| FIGURA 3 – Capa do CLICKPB em 13.09.2008 ----- | 70 |
| FIGURA 4 – <i>Blog</i> de Luís Tôrres, CLICKPB, em 15.10.2007 ----- | 71 |
| FIGURA 5 – Capa do WSCOM <i>on-line</i> em 20.10.2007 ----- | 71 |
| FIGURA 6 – Coluna de Walter Santos, WSCOM <i>on-line</i> , em 20.10.2007 ----- | 72 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I – A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM | 16 |
| 1.1 OS GÊNEROS DO DISCURSO E SUA AÇÃO NA LINGUAGEM | 19 |
| 1.2 A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA | 25 |
| CAPÍTULO II – A DINÂMICA DE APREENSÃO E DE AVALIAÇÃO DO DISCURSO RELATADO (DR) | 33 |
| 2.1 FORMAS E FENÔMENOS | 38 |
| 2.1.1 Discurso direto (DD) e suas variantes | 38 |
| 2.1.2 Discurso indireto (DI) e suas variantes | 42 |
| 2.1.3 Disseminação discursiva | 45 |
| 2.1.4 A modalização em discurso segundo | 46 |
| 2.2 A ATITUDE TOMADA FRENTE AO DISCURSO RELATADO (DR) | 47 |
| 2.2.1 Modalização epistêmica, deôntica e avaliativa | 49 |
| 2.2.2 Os verbos <i>dicendi</i> | 51 |
| 2.2.3 Os qualificadores | 55 |
| CAPÍTULO III – O JORNALISMO DIGITAL | 58 |
| 3.1 UM BREVE – E RECENTE – HISTÓRICO DA INTERNET | 58 |
| 3.2 CONCEPÇÃO DE JORNALISMO DIGITAL | 60 |
| 3.3 LINGUAGEM E GÊNEROS DO JORNALISMO DIGITAL | 62 |
| 3.3.1 Notícia | 64 |
| 3.3.2 O colunismo político | 66 |
| 3.3.2.1 Blogs | 68 |
| 3.4 PORTAIS ANALISADOS | 70 |
| 3.4.1 Portal CLICKPB | 70 |
| 3.4.2 Portal WSCOM | 71 |
| CAPÍTULO IV– O DISCURSO DO <i>OUTRO</i> NOS PORTAIS WSCOM E CLICKPB- | 73 |
| 4.1 METODOLOGIA, COLETA E SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> | 73 |
| 4.2 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS | 74 |
| 4.3. CASO FAC | 75 |
| 4.3.1 Informação por WSCOM | 75 |
| 4.3.2 Informação por CLICKPB | 85 |
| 4.4 O JULGAMENTO DE EMBARGOS E O ERRO | 92 |

| | |
|------------------------------------|------------|
| 4.4.1 Informação por WSCOM----- | 93 |
| 4.4.2 Informação por CLICKPB ----- | 101 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS----- | 110 |
| REFERÊNCIAS ----- | 116 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura analisar como a circulação de discursos opera as mudanças nas tomadas de posição dos enunciadores, ou seja, em termos práticos: como os discursos são retomados e repassados, como o novo enunciador relata a enunciação de outrem a partir de seu lugar social, como o relator apresenta e avalia o ato de enunciação alheio o qual usa para construir o seu.

Especificamente, tal investigação será desenvolvida em textos jornalísticos, da seção política, veiculados em jornais eletrônicos. Escolhemos analisar gêneros jornalísticos digitais, pelo fato de o repórter, “o profissional que dá significados [...], ao narrar o que se passa à sua volta, não se pode ater às versões dominantes [...] nem se constituir em tribuno [...] de determinadas motivações político-econômicas” (MEDINA, 2006, p. 30). Essa característica confere ao enunciador das notícias e dos artigos uma responsabilidade profissional ao reportar discursos de outrem, além de fazer com que tal gênero do discurso seja um ótimo campo de observação, já que a busca por uma pretensa objetividade se esbarra no caráter reformulador de sentidos que a apresentação do discurso outro possui. Afora isso, os gêneros digitais incitam maior curiosidade analítica, pela peculiaridade da constante transformação por que passam, além de serem alvo de poucos estudos sob esta perspectiva discursiva.

Nossa pesquisa está ancorada no dialogismo bakhtiniano, que revela um reposicionamento a respeito das concepções não só de língua, como também de sujeito e de enunciação.

Com efeito, pretende-se atuar sob tal análise, tendo também como principais referências, além de Bakhtin (2002 [1929]; 1990 [1975]; 2003 [1979]) e Volochinov (2006 [1929]), os procedimentos teóricos de Authier-Revuz (1982; 1998; 2004) e Maingueneau (1996 [1990]; 1997[1987]; 2005[1998]) acerca da heterogeneidade mostrada na linguagem e dos estudos em torno do campo do discurso relatado. Valer-nos-emos também de teorias discursivas a respeito da atitude do enunciador em relação ao seu enunciado, a fim de articular estrutura e enunciação, com o intuito de complementar aspectos que não foram objeto de análise dos autores supracitados.

A teoria da heterogeneidade da linguagem foi proposta por Authier-Revuz (1982), a partir do dialogismo bakhtiniano e de releituras sobre Lacan (1953). Mais precisamente, deter-nos-emos à heterogeneidade mostrada, ao passo que apresentaremos também a heterogeneidade constitutiva: um princípio dialógico.

O *corpus* e a situação escolhida dizem respeito ao amplo processo de cassação pelo qual passou o então Governador da Paraíba em 2007 (Cássio Rodrigues da Cunha Lima, reeleito em 2006 para mandato até 2010, cassado pelo TRE-PB em julho de 2007 e retirado do cargo em fevereiro de 2009, após decisão do TSE) e às notícias e análises de colunistas, em jornais eletrônicos sobre julgamentos feitos pelo TRE-PB, bem como sobre os fatos que os envolvem. Observamos, então, as matérias e os artigos publicados em dois portais noticiosos na internet: o CLICKPB e o WSCOM, coletando os textos para nossa análise.

Nosso trabalho se justifica amplamente sob dois aspectos, os quais esmiuçaremos a seguir, são eles: os apenas sociais e os linguístico-discursivos.

Socialmente falando, a mídia institui-se como Quarto Poder e, sobre o manto da liberdade de imprensa, do profissionalismo e de uma suposta ética, projeta-se como órgão aparentemente imparcial, analista, testemunha – e não juiz – dos fatos. Acreditamos, porém, que, mesmo com tal tentativa, os enunciados demonstram muito mais que opiniões sensatas e sutis sobre fatos; apresentam aquilo que interessa às crenças sociopolíticas imperantes em determinado veículo ou setor da imprensa. Além disso, a cassação de um Governador é fato marcante para um Estado, de modo que constitui sua história, e a imprensa, por ofício, motiva-se a dialogar com e sobre tal situação.

No âmbito linguístico tradicional, o campo do discurso relatado tem tratamento, em seu estudo, como se fosse uma mera transcrição ou citação de um texto, em vez de uma transformação, tradução ou apresentação de um ato enunciativo, como propõe Authier-Revuz (1998). A mídia é um exemplo concreto e poderoso de como se opera, na realidade, no dia-a-dia, o discurso relatado, ou seja, de forma jamais estanque, sempre apta à transformação. Com efeito, tal análise ocorre perante a consideração do mergulho inevitável da língua no mundo, na sociedade, na mídia, no jornalismo e na política. Alguns trabalhos já contemplam tal estudo, porém os modos da apresentação do discurso do outro em artigos e notícias constituem-se aspectos levantados e característicos, mas não o foco principal. Luna (2006), por exemplo, sob uma perspectiva dialógica, analisou o posicionamento discursivo nos guias eleitorais de duas coligações com candidatos a Prefeito do Recife nas eleições de 2004. Scadelai (2003), que abordou o verbo *dizer* em notícias, ancorou-se nos estudos bakhtinianos e os articulou com a perspectiva dos atos de fala, focando, principalmente, no aspecto da não-neutralidade flagrada no gênero. Rodrigues (2001) fez um estudo do artigo como gênero do discurso, elencando diversos aspectos de sua dimensão social e verbal. Neste trabalho, focamos o caráter avaliador e apreciativo que o discurso apresentador exerce sobre o apresentado.

O nosso problema gira em torno do seguinte questionamento: em textos jornalísticos, mais especificamente da seção política, em jornais eletrônicos, como o enunciador faz para inserir sua tomada de posição e modificar, aprimorar ou tentar manter o sentido do que é relatado, dissimulando-se ao seu interlocutor como se fosse neutro, ou seja, mero informante dos fatos e não defensor de certa corrente político-partidária?

Para tal resolução, consideramos que os elementos introdutórios do discurso relatado – verbos *dicendi* e qualificadores, principalmente – possuem um papel social de transformar o sentido de acordo com as posições defendidas pelo enunciador do discurso apresentador.

O nosso objetivo geral é analisar como tais elementos introdutórios do discurso relatado operam na constituição avaliativa do discurso político ou jornalístico veiculado em jornais eletrônicos. Já os específicos são: apontar algumas tendências semântico-discursivas dos verbos *dicendi* e dos qualificadores em discursos relatados; identificar a diferença entre os enunciadores nos gêneros notícia e artigo, ambos digitais; verificar a avaliação conferida pelo enunciador apresentador frente aos elementos do discurso relatado.

O procedimento gira em torno do seguinte objeto de estudo: o discurso relatado em textos de jornais eletrônicos, mais precisamente: nos portais WSCOM e CLICKPB; materializado nos gêneros notícia e artigo de coluna *on-line*. Os enunciadores apresentadores advêm dos próprios veículos, já os relatados podem ser: réus, advogados, políticos aliados, adversários e juízes. São basicamente dois tipos de julgamento: o do mérito e o de embargos declaratórios.

Esta pesquisa é, de acordo com Gil (2002, p.42-44), descritiva, de caráter bibliográfico, por apresentar a descrição das características de determinados entes da sociedade bem como o seu fenômeno – os veículos e a dinâmica da mídia digital, respectivamente – e por ser desenvolvida com base em material já elaborado: obras completas e artigos de leitura corrente, para embasamento e investigação teóricos, e publicações contínuas: os textos dos portais, que, além de serem veículos, constituem arquivos digitais. As demais especificações metodológicas constam no capítulo referente ao *corpus*.

No primeiro capítulo, constam a base do nosso horizonte teórico: a concepção de linguagem que adotamos – dialógica, a discussão sobre a ação dos gêneros do discurso e a teoria da heterogeneidade enunciativa da linguagem. No segundo, destacamos os conceitos operacionais acerca do nosso objeto de pesquisa, o discurso relatado: dinâmicas de apreensão, esquemas de base e variantes, além do caráter modalizador dos elementos que o envolvem,

com enfoque para os verbos e os qualificadores. No capítulo III, apresentamos os gêneros que serão trabalhados mais adiante no *corpus*: a notícia e o artigo digitais. Para tanto, discorreremos acerca das transformações da linguagem da internet, bem como da própria rede. O quarto capítulo é destinado ao nosso trabalho com o *corpus*, em que procederemos às nossas análises, deixando algumas reflexões. Por último, constam os resultados obtidos com nosso estudo, além das referências.

CAPÍTULO I - A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

Considerar a língua apenas um sistema de signos do qual o falante se apodera para construir apenas frases e textos é ignorar a sua inserção social bem como eliminar do sujeito qualquer tipo de capacidade de inserir significado aos enunciados que produz. Vejamos, resumidamente, três posições diferentes acerca da língua que marcaram o século XX as quais orientam pesquisas científicas até hoje.

As ideias de Saussure (1969 [1916]) instauraram a Linguística como ciência, mas – como se sabe – não encerram o debate sobre o conceito de língua. Se ele se distancia da concepção clássica, em que a língua nada mais é que uma pura representação do pensamento, como se as palavras vestissem ideias, também não aprimora o caráter social, que afirmava ser característico dela em oposição à fala.

O social de Saussure está mais próximo do conceito de homogeneidade que puramente das relações em sociedade. A língua (*langue*) seria um patrimônio social em que o falante não poderia mexer, um sistema semiótico não-aberto a estilos individuais nem coletivos. É o objeto da linguística estruturalista. Tais aberturas, mudanças, ou licenças individuais, seriam próprias da fala, uma instância dispersa, pouco concreta, completamente individual, que seria o outro lado da dicotomia *langue X parole* estabelecida pelo linguista suíço em seus cursos no início do século XX.

Chomsky, tal qual Saussure, estabelece uma dicotomia para definir seu objeto de estudo: *competence X performance* (competência X desempenho). A competência, o conhecimento que um falante nativo tem de sua língua, é o objeto da Linguística gerativista, como ficou conhecida. As principais características do conceito chomskyano de língua (*competence*), de acordo com Ribeiro (2006, p.20), são: o mentalismo, as regras gramaticais subjacentes, a exclusão da descrição linguística e do estudo do significado e a escolha da frase como unidade de análise.

Com efeito, a língua, para Chomsky, é uma capacidade inata do ser humano, e, em seus estudos, a esfera social daquele que fala não é relevante.

Diferentemente de Saussure, Volochinov (2006 [1929]) – membro do Círculo bakhtiniano cuja obra é, por muitos, tida como sendo do próprio Bakhtin – defende, em sua tese, o caráter social da língua no sentido interacionista e relacional entre sujeitos. De acordo com tal corrente, é preciso ir além das esferas física, fisiológica e psicológica, para observar os fenômenos da linguagem. Não é a atividade mental que organiza a língua, mas esta organiza aquela. Através de enunciados concretos que a realizam, a língua passa a integrar a

vida, bem como a vida integra a língua (cf. BAKHTIN, 2003 [1979]). Os enunciados não são o mesmo que as frases gramaticais, apesar de estas até poderem investir-se como tais. Aqueles possuem uma significação ativa na vida, diferentemente de uma oração em um quadro para se proceder a uma análise sintática, por exemplo. Logo, o enunciado é da ordem do irrepitível sob o prisma sócio-histórico, mas pode ter uma materialidade repetível sob o viés da forma: trata-se, portanto da forma com vida social.

Tal integração entre vida e língua ocorre através de enunciados concretos. Em nota, o tradutor da obra *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN 2003 [1979]) diz-nos que, em russo – língua nativa do autor – *viskázivanie*, enunciado, deriva do infinitivo *viskázivat*, que significa “ato de enunciar, de exprimir, transmitir pensamentos, sentimentos etc. em palavras” (In: BAKHTIN, 2003 [1979], p.261). A respeito desta última parte, não significa que ele se aproxime da tradição clássica, pois, como revela, trata-se de uma mobilidade específica, ou seja, a orientação que é conferida à palavra em diferentes situações de uso (RIBEIRO, 2006. p.23). Chama-nos atenção o uso que se faz de *viskázivonie*. Bakhtin emprega o mesmo termo para o ato de produção do discurso oral e do escrito, o da cultura etc. Com efeito, não há dicotomias bakhtinianas nem determinação do objeto de estudo da Linguística, mas sim, uma defesa do que é realmente a língua e uma apresentação de como estudar o elemento que a integra à vida, tema a ser abordado mais adiante.

Primeiramente, entendamos dois conceitos de enunciação: o de Benveniste e o de Bakhtin.

O pensamento benvenistiano “influenciou sobre as mudanças no foco investigativo tradicional: no lugar de se analisar o texto como produto, passa-se a analisar o próprio ato de produzir o discurso” (PAULIUKONIS, 2003, p.38). A enunciação, neste ponto de vista, coloca a língua em funcionamento, mas o faz a partir de uma ação individual, ou seja, sem uma dialogização interior com elementos externos. É válido lembrar que muitas leituras talvez errôneas foram feitas sobre o subjetivismo de Benveniste, insistindo em um caráter psicologista do autor. Entretanto, como Flores e Teixeira (2005) defendem, “isso não é possível sustentar” (p.34), já que Benveniste é bem claro ao distinguir o que é da ordem da linguagem e o que é da ordem da língua. A intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para língua. A linguagem é condição de existência do homem e, como tal, é sempre referida ao outro, logo a intersubjetividade é condição da subjetividade. Para Benveniste (cf. 1995 [1958]), língua é um sistema ao qual os falantes estão expostos desde sempre. Já a linguagem é um fato humano, ponto de interação da vida mental e da vida cultural, ela é condição da língua. Talvez a confusão tenha sido estabelecida na definição de

língua = sistema, mas, como se pode constatar, Benveniste não deu um caráter psicologista; até sugeriu uma nova linguística que vivesse sobre o “trinômio: língua, cultura e personalidade” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 17). Ainda de acordo com ele (1995 [1958], p. 285), “[...] não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. [...] A linguagem ensina a própria definição do homem”. Com efeito, Benveniste inovou no Estruturalismo, por sugerir a inserção do homem no sistema linguístico. Veremos agora que o círculo bakhtiniano foi além e buscou inserir o mesmo na língua, mas não como estrutura, e sim como coletividade social.

A linguagem, para Bakhtin (2003 [1979]), não é marcada pela dualidade língua/fala ou língua/discurso, mas possui um elemento que sintetiza seu processo: a *enunciação*.

Bakhtin postula, assim como Saussure, que a língua é um fato social, mas se afasta das concepções saussureanas, quando a vê como algo concreto, heterogêneo, e interativo. Trata-se de um processo que está em constante evolução, o qual sofre ininterruptas transformações. Um enunciado sempre é pronunciado por alguém que, em determinada condição – geográfica, histórica, social e psíquica – assume um dizer que já existe, mas que se transformou em sua voz, devido aos contatos permanentes que este sujeito teve na vida. Isso é a *enunciação*, um processo de construção de enunciados, dependente das situações sócio-históricas, políticas, econômicas, geográficas e psicológicas pelas quais passa um enunciador – e a comunidade onde convive. Martins (1990 *apud* FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.46) diz que a comunicação, para Bakhtin, é entendida a partir de uma relação de alteridade, em que o *eu* se constitui pelo conhecimento do *tu*, ou seja, a percepção bakhtiniana de língua gira em torno da interação entre os sujeitos. Assim, a enunciação é um processo único que parte de um diálogo constituinte de enunciados – repetíveis – e gerador de outros que possuem marcas discursivas da fonte anterior.

Cunha (2007 [2002]) aponta que há, grosso modo, duas tendências nas pesquisas sobre o dialogismo. A primeira tende a tratar, de modo restrito, a presença do discurso de outrem, mostrando a diversidade nas formas de introdução à fala alheia, além de propor uma tipologia para as formas (discurso direto, direto livre, indireto, narrativizado, indireto livre e modelos mistos). A outra tendência analisa a dinâmica da interação entre o discurso de outrem e a situação enunciativa em que ele aparece, a fim de compreender as posições dos sujeitos. É esta segunda perspectiva que adotamos.

De acordo com a postura aqui adotada, a língua não é um sistema que o falante apenas usa para comunicar, mas “um trabalho coletivo dos falantes” (MORATO, 2005, p. 17). “A língua, enquanto meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única. Ela é única somente como sistema gramatical abstrato de formas normativas, abstraídas das percepções ideológicas” (BAKHTIN, 1990 [1975], p. 96).

Desse modo, seu emprego efetua-se em forma de enunciados, que são determinados pelo conteúdo temático, estilo e construção composicional. Esses são três traços dos gêneros do discurso, “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003 [1979], p.262), heterogêneos, múltiplos e de difícil sistematização.

Não confundamos o termo *gênero* aqui empregado com aquele dito pela tradição clássica. Nesse caso, tratava-se apenas dos gêneros literários, com uma concepção de que eram puramente estáveis. Na percepção de Bakhtin (2003 [1979], p. 265), a língua integra a vida – e esta, igualmente, entra naquela – através de enunciados concretos e de seus tipos: os gêneros. Assim, a língua é realizada por estes. O homem, então, pratica, em seu dia-a-dia, a linguagem através de gêneros, sejam escritos ou orais, quando: dialoga na rua, lê um romance, assiste a um filme, ouve uma música, vê uma propaganda ... O ser humano age linguisticamente como enunciatário e enunciatário – ou co-enunciador, aprende novos conteúdos temáticos, estilos e construções formais; do mesmo modo, faz com que outros aprendam consigo através da interação, ou seja, está sempre em constante transformação.

1.1 OS GÊNEROS DO DISCURSO E SUA AÇÃO NA LINGUAGEM

Diversos campos de utilização da linguagem produzem os “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2003, p. 262). Atentemos que a estabilidade é relativa, e, caso o autor não a tivesse mencionando, a compreensão poderia ser de tipos de enunciados estáveis, estanques, facilmente classiváveis, ou seja, sem abertura para mudanças. Com efeito, os gêneros constituem a instância através da qual os indivíduos agem *na* e *com* a língua.

Bakhtin (2003 [1979], p.264) estabelece uma divisão entre gêneros discursivos primários e gêneros discursivos secundários. Estes surgem nas condições de um convívio cultural, organizado – quase sempre escrito – em um contexto artístico, científico, sociopolítico, publicista, etc. Trata-se do romance – e demais gêneros literários, do discurso político, dos ensaios acadêmicos, pesquisas científicas, notícias de jornal, anúncios publicitários... Todos eles constituem uma comunicação complexa, transmitem temas, estilos

e estruturas dos gêneros primários, que, bem mais comuns, são enunciados que se formam em condições comunicativas imediatas e involuntárias. O exemplo maior é o diálogo informal.

Para refletir um pouco sobre isso, basta pensar que o homem escreve e fala sobre aquilo que conhece, logo um jornalista usará uma linguagem já vivenciada por ele em romances, conversas, anúncios, ensaios e infinitos gêneros com os quais ele se deparou. Assim, percebe-se que os gêneros primários constroem os secundários e que estes se permeiam e se permutam: interagem. Não há uma classificação certa sobre isso: infere-se que existem tipos de enunciados mais organizados e estabelecidos formalmente e outros menos formais e estáveis. Ambos podem interagir-se.

A intenção discursiva do falante é aplicada e adaptada a um gênero de acordo com as condições temáticas e com a situação de comunicação específica de cada campo. Os gêneros são gerados por uma “determinada função(científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 266), pressupondo, então, diferentes objetivos e projetos de discurso. Com isso, a carta é um gênero, o poema também, assim como a bula de remédio, a circular, a tese de doutorado, a receita de bolo, a redação oficial, o anúncio publicitário, a notícia de jornal etc. Afinal, todos possuem conteúdo temático, estilo e unidades de composição bastante próprios. É provável que existam subgêneros – esta ideia é discutível, como entre os literários: o poema, o romance, o conto, a crônica, a novela; entre os jornalísticos: a manchete, a nota, a matéria, o editorial; entre as cartas: as de amor, as oficiais; entre a propaganda: o vt, spot, o folder, o outdoor.

Para compreender melhor a concepção dialógica da linguagem e a ação dos gêneros sobre a mesma, recorramos, então, a Bakhtin (1990 [1975]), que, em uma crítica à estilística em vigor ainda no início do século XX, estabelece uma diferença entre a palavra viva e a palavra linguística. O estudo desta nada mais é que um corte histológico, uma abstração, isolada dos caminhos sociais da vida, enquanto que a análise daquela envolve todos os aspectos sócio-históricos, ou seja, os percursos que a palavra corre, sem se deixar neutra. A estilística tradicional preocupa-se, de acordo com o filósofo russo, com os *pormenores de estilo* (1990 [1975], p.71), ou seja, com a palavra linguística.

Seguindo sua crítica voltada para a análise do romance, expõe que o conjunto da obra – diferentemente de uma poesia – é envolvido por uma série de unidades estilísticas, que se combinam no plano da obra. Assim, percebe-se (BAKHTIN, 1990 [1975], p.74): 1) a narrativa direta e literária do autor; 2) a estilização de diversas formas da narrativa tradicional oral; 3) a estilização da narrativa escrita semiliterária tradicional (cartas, diários ...); 4)

diversas formas literárias externas ao discurso literário do autor (escritos morais, filosóficos ...); 5) os discursos dos personagens estilisticamente individualizados.

Com efeito, todas essas “unidades básicas de composição” (BAKHTIN, 1990 [1975], p.75) são inseridas em um romance constituídas pelo plurilinguismo. Como cada uma dessas unidades é composta de várias vozes sociais distintas, com suas nuances e peculiaridades, há, portanto, uma série de linguagens diferentes, que se correlacionam para formar o romance. A estilística tradicional desconhece tal estudo, preocupando-se, ou com a descrição de apenas uma das linguagens, a do romancista – em vez de analisar o estilo, “as línguas”, do romance, ou com a análise de só um estilo, que é hiperdefinido como o estilo do todo. No primeiro caso, há uma descontextualização, pois o “estilo é destacado do gênero e examinado enquanto um fenômeno da própria linguagem” (1990 [1975], p.75), ou seja, usa-se um romance como *corpus*, mas não para uma análise literária ou discursiva. Já no segundo, a análise se fecha para uma determinada linguagem utilizada pelo autor, de modo que se examina a individualização de uma língua geral, ou seja, estática e abstrata.

De acordo com Bakhtin (1990 [1975]), analisar determinadas unidades linguísticas e discursivas contidas nos enunciados de um romance não é o mesmo que analisar um romance, pois este é submetido a outras leis e normas que não são as da língua. Percebemos aqui a antevisão do filósofo para uma língua que seja mais que um sistema: um trabalho, exercício vivo da prática social. Faltava a então Linguística um apego maior à vida, ou seja, aos aspectos sócio-históricos que envolvem as palavras, bem como às diferenças entre as unidades estilísticas de determinados gêneros e suas diversas inter-relações.

Para a estilística do romance à qual visa Bakhtin, são necessárias algumas concepções diferentes das que a estilística – e a linguística – tradicional se apega. Assim, a mais essencial de todas – parece-nos – é aquela acerca da língua. É bem notório que não se chegará a uma definição, mas sim a algumas reflexões sobre os conceitos tradicionais bem como a um pensamento divergente. Diz-nos Bakhtin (1990 [1975], p.81 [*grifos do autor*]), então:

A língua única não é dada, mas, em essência, estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado. Porém simultaneamente ela é real enquanto força que supera este plurilinguismo, opondo-lhe certas barreiras, assegurando um certo *maximum* de compreensão mútua e centralizando-se na unidade real, embora relativa, da linguagem falada (habitual) e da literária ‘correta’.

Conforme Bakhtin (1990 [1975]), existem “forças centrípetas”, que fazem parte dos processos históricos de centralização linguística, ou seja, o sistema de normas é abstrato quando apenas esta constitui um documento, ou quando se examina textos apenas em seus “pormenores estilísticos”, mas enquanto uso, é inegável que exista um padrão. O que ele defende é que, ao lado dessas forças centrípetas, existem as “forças centrífugas”, que agem em favor da descentralização. Há um equilíbrio entre ambas, de modo que uma (des)estabiliza a outra. Língua é uma concepção de mundo, condicionada às forças sócio-históricas vivas: a língua é *ideologicamente saturada*. Logo, o ideal da língua única se liga às concepções centralizadoras, e vários são os aspectos que contribuíram para a centralização, entre os quais se destaca a própria língua literária, que é uma estratificação do plurilinguismo existente no mundo, mas que também é estratificada em outras linguagens e gêneros. Assim, as forças centrípetas e centrífugas caminham juntas, de modo que cada enunciado proferido por um sujeito do discurso pertence simultaneamente a ambas.

Defende Bakhtin (1990 [1975], p.82-83) que as variantes básicas dos gêneros poéticos se desenvolvem na corrente das forças centrípetas, enquanto que o romance e os gêneros prosaicos constituem-se historicamente na corrente das forças centrífugas. Questionamo-nos, então, a respeito de gêneros midiáticos atuais: por exemplo, o jornalismo e a publicidade.

Recorramos, então, às diferenças apontadas pelo autor acerca da poesia e da prosa para responder nossa indagação. O romancista-prosador “acolhe em sua obra as diferentes falas e as diferentes linguagens da língua literária e extraliterária, sem que esta venha a ser enfraquecida e contribuindo até mesmo para que ela se torne mais profunda” (BAKHTIN, 1990 [1975], p.104). Com efeito, ele absorve as nuances dos discursos de outrem, sem tentar purificá-las, mas, ao contrário, encaixando-as no seu discurso, constituindo-o. Assim,

[...] não elimina as intenções alheias da língua feita de diferentes linguagens de suas obras, não destrói as perspectivas sócio-ideológicas (mundos e micromundos sócio-ideológicos) que se desenvolvem além das linguagens do plurilinguismo, ele as introduz em sua obra. O prosador utiliza-se de discursos já povoados pelas intenções sociais de outrem, obrigando-os a servir às suas novas intenções [...] (BAKHTIN, 1990 [1975], p.105).

Por outro lado, o poeta

[...] é definido pelas ideias de uma linguagem única e de uma única expressão, [...] deve possuir o domínio completo e pessoal de sua linguagem, [...] o poeta desembaraça as palavras das intenções de outrem, utiliza somente certas palavras e formas e emprega-as de tal modo que elas perdem sua ligação com determinados estratos intencionais de dados contextos (BAKHTIN, 1990 [1975], p. 103).

O poeta busca a unidade de linguagem, uma unidade própria de sua linguagem. Existem, é claro, contextos, mas a vida artística é mais forte que a social.

Com efeito, devemos refletir sobre tal consideração e do modo como absolvemo-la. Afinal, ela é voltada para a análise estilística de obras literárias. Além disso, a poesia à qual se refere é a clássica, parnasiana, ou as mais próximas delas. Refletindo melhor, percebemos que, talvez, está também em voga a discussão entre o mundo social extra-artístico e o mundo da arte – clássica. Como tratamos da mídia, não entremos nesta discussão. Apenas tomemos os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas, bem como aproveitemos, somente como exemplo, o caso do romance e da poesia clássica, para melhor compreendermos os gêneros midiáticos.

É válido ainda salientar que tal processo não é sistêmico, ou seja, os discursos alheios não chegam ao discurso do prosador sem modificação alguma; do mesmo modo, o poeta não purifica por inteiro. Acontece, no romance, uma tendência a manter os aspectos das origens do discurso, trazendo os seus elementos ao plano da obra para o efetivo diálogo, enquanto que a poesia clássica tenta apagar, descontextualizar o suposto mundo real de onde vieram os discursos, ao buscar a criação de uma linguagem e contextos próprios da linguagem poética.

Os gêneros midiáticos possuem as características elencadas aos prosaicos, de modo que, em maior ou menor grau, dependendo de qual seja, há uma inter-relação diversa entre as linguagens que os compõem como em um *continuum*, que varia entre a centralização e a descentralização linguística, em diferentes níveis: discursivo, morfológico, fonético, sintático, estilístico, social, histórico, psicológico etc.

Um jornal, assim como um romance, é estratificado em diversos gêneros – jornalísticos ou não: manchete, editorial, matéria, notícia, colunas, anedotas, passatempos, informes, anúncios publicitários, anúncios classificados, opiniões dos leitores, charges, editais, avisos oficiais etc. Uma diferença primordial é sobre o modo de aproveitamento e de inter-relação: no romance, muitas vezes, incorporam-se as linguagens sem necessariamente dividi-las e organizá-las; em um jornal, percebemos tipograficamente a separação, de modo que os gêneros, em muitos casos, possuem, de maneira relativa, uma certa vida própria.

Assim, cada um deles também pode estratificar-se: os editoriais e os textos dos colunistas são bastante livres das padronizações das notícias, por exemplo. Mesmo padronizado, este último gênero ainda se vale de muitas linguagens, de modo que há uma espécie de coordenação por uma delas: a narração e a descrição do repórter, mas há também, no corpo noticioso, os discursos dos *personagens* e as citações de dados, de modo que o redator tenta, tipograficamente, separar bem o que é o seu daquilo que não é. Existem, no entanto, também, os comentários – em vez de narração, por parte de quem relata, acerca do acontecimento em questão – os juízos de valor – entre alguns elementos cujo destaque da narração não parece ser conveniente, devido a interesses daquele que compõe o texto.

Com efeito, por causa dessa incorporação peculiar – dividida tipograficamente – dos gêneros, inferimos que o jornal aproxima-se das forças centrípetas da língua, principalmente, as notícias e as reportagens. Os artigos de coluna – alguns deles – podem vir a desmanchar a centralização das formas, por fugir, certas vezes, dos padrões da impessoalidade do jornalismo comum.

Mas, como ocorre este processo de inter-relação entre as diferentes linguagens em um romance, em um texto jornalístico ou em outro qualquer?

Acontece de duas maneiras: através dos diálogos com os discursos alheios que incorporam o discurso e pela orientação para a réplica, a resposta antecipada ao interlocutor.

Orientado para seu objeto, o discurso alheio penetra no discurso de um, este se constitui como um “meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações” (BAKHTIN, 1990 [1975], p.86). Assim, há vários contatos discursivos: fusões, isolamentos, choques, entrelaçamentos, e tudo isso pode construir efetivamente o discurso, adentrar em todos os estratos semânticos. Com efeito, o discurso forma uma concepção acerca de um objeto é tarefa complexa, pois a interação dialógica complica tal processo de modo que é impossível sair intocável das inter-relações. Afinal, “a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. [...] Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem” (BAKHTIN, 1990 [1975], p. 88).

O encontro com o discurso alheio não ocorre apenas naquele proporcionado pelo objeto, na composição do discurso. Não há também como fugir da intensa influência do discurso da resposta antecipada, pois

[...] o falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando

em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte. (BAKHTIN, 1990 [1975], p. 91)

Com efeito, Bakhtin defende que o sujeito, ao se comunicar, visando à persuasão, tem seu interlocutor coparticipando da elaboração do discurso. Para melhor ilustrar, pensemos nas manchetes de jornais, cujo conteúdo, além de informar resumidamente o fato a ser tratado, deve fazê-lo de modo a melhor atingir o interlocutor, seja por surpresa, por facilidade comunicativa etc. A reflexão sobre a resposta futura acontece rápida e naturalmente na enunciação.

Dessa reflexão, infere-se um conceito ativo de sujeito do discurso, sendo o enunciador e o enunciatário copartícipes da constituição enunciativa.

Assim, o processo de contato com o discurso do outro acontece dessas duas maneiras já mencionadas – o campo de encontro ao se tratar do objeto e a influência da resposta antecipada, e ambas dinâmicas agem juntas, “muito estreitamente, tornando-se quase que indistinguíveis entre si” (BAKHTIN, 1990 [1975], p.91).

1.2 A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

Authier-Revuz (1998, p.14) propõe que, nos enunciados, o dizer, em seu desenrolar, representa-se como não falando por si e que a enunciação se desdobra como um comentário de si mesma, ou seja, ela busca fontes dentro de si.

A relação com o outro é o que constitui o dialogismo. O outro não é “nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas *um outro que atravessa constitutivamente o um*. É o princípio fundador” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.25 [grifos da autora]). É aquilo que faz falta ao discurso, mas apenas sistematicamente, pois foi sacrificado pelo mesmo, para que se construísse a sua identidade.

Authier-Revuz (1982) pontuou que a heterogeneidade constitutiva é um princípio inerente à linguagem, o qual pode, ou não, ser apresentado na própria linguagem. Logo, há a heterogeneidade apenas constitutiva e a heterogeneidade mostrada. Esta se divide em duas: a marcada, com marcas tipográficas unívocas (aspas, travessão, fontes itálicas, glosas etc.), e a não-marcada, perceptível, só que menos classificável, constitui-se de formas “puramente interpretativas” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.143), como as ironias, as citações escondidas, os jogos de palavras ...

Vamos, então, tentar compreender melhor a teoria proposta por Authier-Revuz, mostrando a articulação que ela estabelece entre o dialogismo do Círculo de Bakhtin – já apresentado anteriormente – e a psicanálise.

Acerca do dialogismo, vamos reforçar que o sentido de um texto “não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se evidentemente na *leitura plural*” (BRITON, 1954, p.52-68 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p.26 [*grifos da autora citante*]).

Com efeito, há um princípio que constitui a *lei do discurso* (da palavra, do enunciado, do sentido ...) e a *lei das formas e gêneros* – no caso do Círculo de Bakhtin, os literários constituem o foco. De acordo com tal princípio, a relação com o outro é uma *fronteira interior*, ou seja, na elaboração de enunciados, já existe o contato com o outro.

É válido salientar que Authier-Revuz (2004) aponta uma diferença de postura no círculo bakhtiniano. De acordo com a autora, enquanto em *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2005 [1929]), fala-se na constituição de uma meta ou translinguística, uma ciência que estuda a língua segundo as concepções dialógicas, a fim de uma articulação com a linguística da época, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (VOLOCHINOV, 2006 [1929]), não se visa a uma articulação, mas a uma substituição pela “verdadeira substância da língua [que] não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas [...] mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* e das *enunciações*” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p.159 [*grifos do autor*]). Acerca de tais colocações, acreditamos que há diferenças no círculo bakhtiniano, porém não concordamos com a ideia de que não tal postura acima mencionada que marca o cerne da diferença entre Bakhtin e Volochinov, até porque há uma constante dúvida sobre as autorias das obras, cujas paternidades não foram reivindicadas pelos membros do grupo.

Para Bakhtin, toda língua nacional se estratifica em dialetos sociais, linguagens de gêneros, falares de gerações, jargões profissionais, escolares, de autoridades, maneirismos de grupo, até mesmo, linguagem das horas – cada qual possui seu vocabulário, suas entonações. Enfim, não há limites para a estratificação linguística, entretanto a língua é abstratamente única, porém capaz de se adaptar a diversos mundos concretos e várias perspectivas. Assim, esses diversos falares e linguagens “não coexistem como uma justaposição estática, mas como uma geografia da imbricação da qual Bakhtin salienta o caráter instável e dinâmico” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.30). Existem, portanto, fronteiras móveis em que as práticas sociais de linguagem se atravessam.

Vamos agora apresentar um pouco do princípio da heterogeneidade constitutiva da linguagem, não por ser nosso foco, mas com o intuito de compreender sua ação junto com a heterogeneidade mostrada, a parte da teoria contemplada em nossas análises.

A psicanálise pode interessar à linguística como um “olhar exterior”, pois o sujeito falante constitui um “material, e não um objeto próprio” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.48). Ele não é pleno, e a palavra não é homogênea: trata-se de um “sujeito *dividido* (o que não significa nem desdobrado, nem compartimentado)” (p. 48-49 [*grifos da autora*]).

Lembramos que a própria Authier-Revuz reconhece que, como não-especialista em psicanálise, corre o risco de “pedagogizar – 1º, 2º, a, b,... etc...! de maneira simplificadora um campo que é complexo e rigorosamente não ‘ensinável’, de outro lado” (2004, p. 49).

Assim, existem, no conjunto dos “discursos ambientes” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.49), as ações de certos fenômenos manifestados pelo inconsciente, ou seja, aqueles que irrompem o curso mais comum da vida cotidiana, alguns dos quais Authier-Revuz elenca:

os “*atos falhos*” (erros: sobre lugares, tempos e pessoas...; esquecimentos, perdas, hesitações, gafes, lapsos de fala, de escuta, de escrita, de leitura, toda essa coleção de uma “palavra por uma outra”), os *sonhos* como produto de uma intensa atividade psíquica, a “*fala do corpo*”, cujas paralisias, dores significantes localizadas, gravidez psicológica, perdas de voz, por exemplo, constituem manifestações que escapam da vontade consciente do sujeito – sintomas *realmente inscritos* no corpo e, como tais, concernentes à medicina – mas suscetíveis também de desaparecer desde que o sujeito, por razões não-físicas, não recorra mais a essa “expressão-corporal” (2004, p. 49-50 [*grifos da autora*]).

Com efeito, o trabalho psicanalítico é a recuperação do que foi esquecido a partir de vestígios deixados pela ação do inconsciente, pois este não está disponível ao sujeito, é como se fosse o “capítulo censurado” de uma autobiografia, “marcado por um vazio ou ocupado por uma mentira” (LACAN, 1953, p. 136 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p.50) elaborada inconscientemente. O psicanalista busca uma informação que, na maioria das vezes, está marcada em outro lugar: no corpo, através dos sintomas da neurose; nos arquivos, ou seja, as lembranças e reminiscências da infância; na evolução semântica: ao estoque e às acepções particulares de vocabulário; nas tradições: lendas que fazem parte da história do sujeito; enfim, nos diversos vestígios de restabelecimento da coerência particular dos capítulos da obra sobre a vida pessoal de alguém (cf. AUTHIER-REVUZ, 2004).

A fim de buscar os vestígios, é feito, portanto, um *trabalho de regressão*, uma conversa – segundo uma das primeiras pacientes de Freud, “talking-cure” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 51), que transgride as *leis normais da conversação*, ou seja, não há um discurso do inconsciente, pois este se manifesta no discurso “normal”. O sujeito, então, não volta ao passado durante o momento da conversa, mas “é o passado da linguagem que retorna, [...] o passado retorna na linguagem” (CLÉMENT, 1973, p. 43 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p.51). Assim, a regressão ocorre *nas* palavras e *pelas* palavras.

Como o *lugar* da interpretação analítica é a linguagem, a escuta analítica concentra-se sobre a materialidade da cadeia falada (cf. AUTHIER-REVUZ, 2004), ou seja, nos significantes. Assim, percebemos uma análise apenas sobre as formas, desconsiderando o caráter social da linguagem. Ora, isso é bastante compreensível, afinal Lacan não era linguista, e a perspectiva dialógica sobre a língua ainda não havia saído do âmbito eslavo. Além disso, a “psicanálise não tem a linguagem como objeto, mas a linguagem lhe permite circunscrever seu objeto, o objeto do desejo” (ROUDINESCO, 1973, p. 103 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 55). Do mesmo modo, nosso objetivo não é a busca de um método de trabalhar com o inconsciente, mas sim reconhecer sua atividade, bem como considerar que ele pode manifestar-se tanto pela linguagem quanto na linguagem. Logo, há uma ênfase na metonímia – a palavra que leva a outra – e nas metáforas – a palavra pela palavra.

O texto do inconsciente, em uma comparação de ordem musical, é como uma música que se ouve vinda de um aparelho de rádio mal sintonizado durante a apresentação de uma banda em um ambiente tumultuado, ou seja, não é uma mensagem de difícil compreensão escrita em um papel, mas é um outro texto, como se tivesse escrito antes e fosse mal apagado, deixando, portanto, algumas marcas reveladoras (cf. AUTHIER-REVUZ, 2004). Assim, é necessário ouvir todos os discursos, *ao mesmo tempo*, mesmo sabendo que não há um “*terreno de entendimento* entre eles” (LECLAIRE e LÉVY, 1977, p. 7 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 62 [*grifos da autora*]).

Com efeito, o ponto de vista do discurso sendo atravessado pelo inconsciente concatena-se a posições acerca do sujeito, entidade que, nesta perspectiva, não pode ser classificado como uma entidade homogênea, mas deve ser considerado o “*resultado de uma estrutura complexa*” (CLÉMENT, 1976, p. 118 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 65 [grifos dos autores]). Assim, sem a autonomia do sujeito, a linguagem é condição do inconsciente, e aquele, um efeito da linguagem.

O sujeito não é clivado, dividido ou repartido, pois estabelecer o inconsciente não significa instaurar-lhe uma dualidade. A consciência não é face inconsciente à mostra,

tampouco o contrário: não há simetria nessa relação. O sujeito do inconsciente é representado na linguagem pelo significante – não necessariamente verbal, que é um vestígio, mas barrado “pelo desejo, a própria expressão de uma divisão. É isso que Freud destaca na clivagem do eu” (ROUDINESCO, 1977, p. 48 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p.65). Assim, não existe centro para o sujeito, mas a ilusão do centro é necessária, uma tendência. Dizer, portanto, que o sujeito é cindido, sem que seja dual, é confirmar que se trata de uma instância perdida, em constituição plena, permeada, não esquematicamente, pelo consciente e pelo inconsciente. Trata-se de um atravessamento, mas não de uma dualidade, logo, como o sujeito não é o centro, tanto o sentido quanto a fala não emanam dele, e a ilusão do centramento é a condição necessária para haver a função normal do eu para o sujeito.

A centralização, para Freud, é premeditada, e a análise com a descentralização é o reconhecimento desse golpe premeditado, sem aboli-lo. Assim, o sujeito pode até ser barrado ou censurado, mas jamais ausente.

Authier-Revuz (2004) articula, então, o dialogismo do Círculo de Bakhtin e a psicanálise, para fundamentar a tese da heterogeneidade enunciativa, em que todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”.

Da teoria dialógica, Authier-Revuz considera a interação com o discurso outro: 1) a língua só se realiza ao ser atravessada pelas diversas variedades de discurso – as estratificações – em um jogo de relativas *fronteiras e interferências*; 2) não há palavras neutras, seus significados não são criados pelos dicionários, mas pelos discursos em que viveram; 3) a resposta antecipada que o locutor atribui ao interlocutor é igualmente parte do processo constitutivo e dialógico do discurso.

Dos estudos psicanalíticos, considera-se a ação do inconsciente sob a linearidade da aparente emissão monofônica do discurso, a qual se resume com três pontos acerca do sujeito: 1) sua clivagem – sem bipartição, ou seja, seu descentramento; 2) a inevitável ilusão de centro, condição necessária; 3) e a inclusão do sujeito na linguagem, como seu efeito, não podendo, portanto, tomar distância.

Como dissemos, Authier-Revuz (1982) ao propor a teoria, baseou-se no círculo bakhtiniano e nas leituras lacanianas de Freud. Sua proposta traz o social para cruzar o sujeito. Bakhtin (2001 [1927]), em uma crítica ao freudismo, já lançara as bases para tal tratamento científico da psicologia do comportamento verbal humano: “o materialismo dialético ainda faz à psicologia mais uma importante reivindicação [...]: a psicologia do homem dever ser socializada” (p. 18 [*grifos do autor*]).

Bakhtin (2001 [1927]) critica o modo como Freud toma, como base para sua teoria, as enunciações verbalizadas que surgem da conversa entre paciente e médico. Diz que as vivências psíquicas do falante, em vez de serem consideradas como produto da interação de uma situação social, constituem, no freudismo, “apenas uma interpretação unilateral, simplificada e cientificamente incorreta de um fenômeno social mais complexo” (p.79). Menciona também que se junta a Freud em um ponto: na crítica à psicologia da consciência: “a motivação que o homem tem de seus atos realmente não serve, de maneira nenhuma, como explicação científica de seu comportamento” (p.85). No entanto, diz ainda que os motivos do inconsciente não explicam o comportamento, pois “em termos de princípio, o inconsciente em Freud em nada difere da consciência; é apenas outra forma de consciência, apenas a sua outra expressão ideológica” (p.85), também chamada de *consciência não-oficial*.

Com efeito, todo o verbal do comportamento humano não pertence a si, mas a seu ambiente social. Para Bakhtin (2001 [1927]), “a autoconsciência acaba sempre nos levando à consciência de classe” (p.87), pois quando o eu toma consciência de si e seu ato, tenta olhar-se pelos olhos do outro, um representante de seu grupo social.

A tese de Bakhtin (2001 [1927]) é a de que há a *ideologia do cotidiano*, esta incorpora tanto o discurso íntimo quanto o revelado, ambos penetram o comportamento humano. A *consciência oficial* é aquilo considerado devido por uma determinada classe e época, é a ideologia enformada, que está expressa de vários modos na sociedade: nas leis, nas artes, nas ciências, nos costumes, na moral etc. Já a consciência não-oficial é composta das camadas não-oficiais da ideologia do cotidiano – o inconsciente do freudismo – as quais também são condicionadas pela época e por uma classe.

O inconsciente de Freud é, para Bakhtin (2001 [1927]), um discurso interior censurado pela ideologia cotidiana da burguesia da Europa daquele tempo. Compara, então, a sexualidade – elemento bastante focado no freudismo – helênica com a burguesa: enquanto a censura na Grécia de Platão inexistia, na Europa de Freud, constituía um discurso íntimo, impróprio para a moral e costumes da época.

Poder-se-ia crer, então, que Bakhtin pregava uma da realidade psíquica e fisiológica, considerando apenas os fatores sociais, ideológicos e históricos. No entanto, propõe um condicionamento em que a ideologia é marcante: “o marxismo está longe de negar a realidade do *psíquico-subjetivo*: este existe, evidentemente, mas de modo algum pode ser *separado do fundamento material* do comportamento o organismo” (p. 18 [grifos do autor]).

Acerca deste aproveitamento de teorias – a dialógica e a psicanalítica, percebemos, à luz Authier-Revuz (1982), a consideração de que podem haver o *discurso externo da*

ideologia cotidiana oficial e o discurso íntimo da ideologia cotidiana não-oficial, porém este é ainda tido como algo involutário à consciência do humana. Não é nosso objetivo analisar porque não se mencionou a leitura bakhtiniana sobre o freudismo. O elemento que mais nos interessa da leitura lacaniana sobre Freud é o sujeito, que passamos a discutir agora.

Apesar de diferentes, as concepções de sujeito têm um ponto em comum: a não-autonomia, a descentralização. A diferença é a consideração social e ideológica por Bakhtin e a influência do inconsciente por Freud e Lacan. Authier-Revuz (1982) propõe que o sujeito é atravessado, de um lado, pela sociedade e, de outro, pelo inconsciente, que, também é condicionado pela ideologia.

Para quem trabalha com a perspectiva dialógica do discurso, seria incoerente aceitar as teses de cunho estruturalista como Lacan e Freud consideram. No entanto, ao formular sua teoria, Authier-Revuz (1982) explica que as formas da heterogeneidade mostrada na linguagem não correspondem a um reflexo fiel da heterogeneidade constitutiva, mas são “elementos da *representação* – fantásmica – que o locutor (*se*) dá de sua *enunciação*” (2004, p. 70 [*grifos da autora*]). Considerar que as formas, os significantes, não refletem a enunciação é afastar-se de pensamentos como o de língua como expressão do pensamento, mero instrumento de comunicação ou sistema estrutural linear. É fato que a língua possui normas, parâmetros para as formas, mas a aceitação de que os significantes são construídos no contato sócio-histórico – e não pelo dicionário – é outro passo para articular a ação do inconsciente na aparente linearidade das formas dentro do dialogismo. “O linguista deve reconhecer, na ordem do discurso, a realidade das formas pelas quais o sujeito se representa como centro de sua enunciação, sem, para tanto, se deixar tomar ele mesmo por essa representação ilusória” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.70). Tais formas não são a realidade da enunciação, mas a pertinência delas não se anula. Assim, elas correspondem a uma necessária *negociação* entre o sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva, ou seja, é impossível lutar contra – quanto mais vencer? – este princípio dialógico. O sujeito, então, tenta entrar em um acordo, mas, para que isso aconteça, existe uma outra condição – e ilusão, que é exatamente a negação de todo esse processo negociativo. Inferimos que esse desconhecimento articula-se com a centralização ilusória: são processos tão intensos, rápidos e naturais, que o sujeito se imagina dono de seu falar, de seu pensar e da relação entre ambos.

A análise do funcionamento das formas da heterogeneidade mostrada no discurso proporciona o “acesso a um aspecto que o locutor dá de sua enunciação, representação que traduz o modo de negociação com a heterogeneidade constitutiva própria a esse discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.74). Com isso, em discursos reportados, por exemplo, podemos

apontar, a partir das circunscrições feitas pelo sujeito falante, a relação deste com o discurso do outro.

CAPÍTULO II – A DINÂMICA DE APREENSÃO E DE AVALIAÇÃO DO DISCURSO RELATADO (DR)

Destacamos agora o estudo específico do DR sob a perspectiva dialógica: seus esquemas de base, suas variantes, a dinâmica de apreensão e de avaliação sobre o mesmo. Para tanto, valer-nos-emos, principalmente, do aporte teórico de Authier-Revuz (1998) e de Volochinov (2006 [1929]). Mais adiante, trataremos dos elementos que envolvem a situação enunciativa exprimindo atitudes – modalizando – em face à enunciação alheia. Neste caso, articularemos as propostas de Nascimento (2005), que parte de Castilho e Castilho (1993), Cervoni (1989), Travaglia (2001) e Neves (2000), além de Gavazzi e Rodrigues (2003); Maingueneau (1996 [1986]) e Kerbrat-Orecchioni (1980).

O discurso relatado insere-se nos dois tipos de heterogeneidade mostrada: a marcada e a não-marcada. Os mais comuns em enunciações de textos jornalísticos estão, em sua maioria, no primeiro grupo dividido por Authier-Revuz (1998, p.143): o dos *modos unívocos de se representar um discurso outro*, ou seja, com a ajuda das formas do sistema da língua. São eles: o discurso direto (doravante DD), o discurso indireto (doravante DI) e a modalização em discurso segundo. A linguista ainda destaca outros dois grupos: o das *formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo*, ou seja, as aspas, os itálicos e a entonação da modalização autonímica; o outro grupo é o das *formas puramente interpretativas*, em que se inserem o discurso direto livre (doravante DDL) – também recorrente no gênero jornalístico; o discurso indireto livre (doravante DIL) – mais comum em gêneros literários, além das reminiscências e alusões.

Conforme posto anteriormente, este trabalho possui uma filiação teórica que discorda das concepções tradicionais acerca do discurso relatado, as quais postulam que o DD teria um funcionamento simples no plano sintático e objetivo no plano semântico-enunciativo, que o DI seria uma forma subordinada daquele, apenas com regras de transformação de pessoas e tempos, e o DIL, um DI suavizado pela supressão do subordinante e caracterizado como uma mistura de DI e DD. Relembrado isso, passemos a discutir a perspectiva dialógico-discursiva do estudo de DR.

Volochinov (2006 [1929]) fala que o DI e o DD são as variantes de apresentação do discurso de outrem as quais se fixaram melhor, ou seja, para este autor, existem *variantes estilísticas* inúmeras e que algumas delas se cristalizam, tornando-se *esquemas de base*. Sobre as variantes, estabelece que estas se encontram na fronteira entre Gramática e Estilística e que os esquemas se realizam – e se estabilizam – através de certas formas das variantes

específicas. Assim, o discurso direto (DD) e o discurso indireto (DI) constituem hábitos da orientação ativa em relação ao discurso de outrem os quais se cristalizaram mais facilmente em diversas línguas, tornando-se, portanto, esquemas de base, adotados e cristalizados pela Gramática. Do ponto de vista de nossa análise – e assim também percebemos que Volochinov trata posteriormente, parece mais fácil e lógico usar a expressão *variantes do DD* e *variantes do DI*, já que, mesmo que tenham partido de outras tendências, elas é que se cristalizaram.

Para Volochinov(2006 [1929]), analisar a transmissão do discurso de outrem não se reduz ao estudo exclusivo dessas formas mais estáveis, antes, declina-se sob as formas que fogem ao traço esquemático – pois, como já dissemos, os esquemas é que se constituem da cristalização de certas variantes – para depois considerar os esquemas de base. Vejamos, então o que diz, quando trata da fronteira entre Gramática e Estilística:

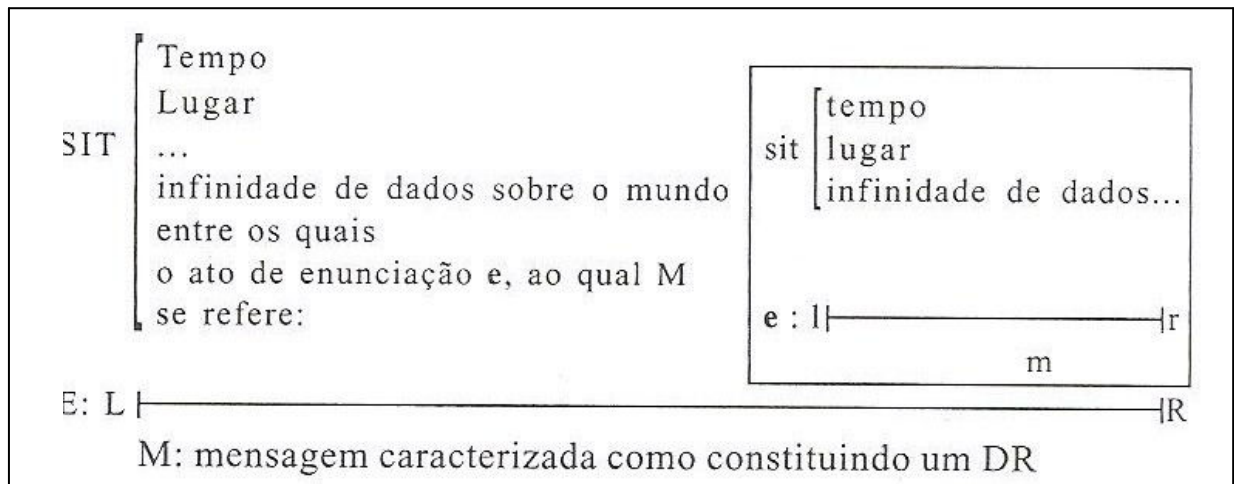
[...] Essa fronteira é instável na própria vida da língua, onde algumas formas se encontram num processo de gramaticalização, enquanto outras estão em vias de desgramaticalização, e essas formas ambíguas, esses casos limítrofes, é que apresentam maior interesse para o linguista; é justamente neles que se podem captar as tendências da evolução da língua (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 162).

Tal qual faz Bakhtin em diversas de suas obras, Volochinov (2006 [1929]) não vai a fundo em questões da materialidade linguística – até por não ser o foco, mas estabelece algumas ideias, de acordo com conceitos da concepção dialógica da linguagem, bem como atém-se ao aspecto metodológico do assunto. Interessa-nos, então, nesse texto, algumas variantes da transmissão da fala alheia as quais se agrupam umas ao lado do DI outras ao lado do DD.

Volochinov (2006 [1929] p.150) diz que “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, o discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Ancorada nisso e em todo o princípio dialógico da linguagem, Authier-Revuz (1998) nos traz que, na dinâmica do discurso relatado, existem efetivamente, uma enunciação relatora (E) e uma enunciação relatada (*e*). Conforme a figura 1 a seguir, os elementos abreviados em letras minúsculas são do domínio de enunciação apresentada enquanto que os que estão grafados em maiúsculas são do ato enunciativo apresentador. Assim, há enunciadores (L e l); interlocutores, ou enunciatários, ou co-enunciadores (R e r); mensagens (M e m); situações de enunciação (SIT e sit); tempo (T e t), entre outros itens. Em E, ou seja, na enunciação apresentadora, estão inseridos todos os demais elementos, mais precisamente em SIT, está *e*, o ato de enunciação apresentado e as

outras entidades aqui abreviadas em letras minúsculas. Assim, percebemos que todos os elementos da enunciação relatada (*e*) compõem a enunciação relatora (E), ou seja, faz parte da mensagem (M), além de estar subordinada ao projeto discursivo do ato de enunciação apresentador.

Figura 1 – Esquema dos elementos envolvidos em DR



(Fonte: Authier-Revuz, 1998, p.146)

Os esquemas, cada qual ao seu modo, recriam a enunciação, conferindo-lhe uma orientação específica, logo eles expressam uma tendência à “apreensão ativa do discurso de outrem” (VOLOCHINOV, 2006 [1929] p. 164). Com efeito, é assim a utilização dos esquemas na língua. Já a transposição palavra por palavra de um esquema para outro, através procedimentos unicamente gramaticais, constituem, para Volochinov, “[...] nada mais que um método escolar de exercícios gramaticais pedagogicamente mau e inadmissível” 2006 [1929], p. 164). Maingueneau (1996 [1990], p. 104), parece-nos, concorda com isso quando destaca que é impossível pôr, em DI, numerosos elementos que figuram em DD: onomatopeias, interjeições, vocativos, exclamações, enunciados inacabados ou em língua estrangeira etc.

A apreensão do DR passa por contatos intermináveis no interior de sua elaboração, em que as relações do mundo interferem ativamente.

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no *discurso interior*. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de *palavras interiores*. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar de ‘fundo perceptivo’, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera junção

com o discurso apreendido no exterior. A palavra vai à palavra. (2006 [1929] p. 153-154)

O discurso interior é a orientação ativa do falante. Apesar de ser interior, não entendamos com aspectos subjetivistas e psicologizantes, mas como uma instituição discursiva que um ser forma ao longo da vida a partir de seu contato com o mundo. A cada nova apreensão, aquilo que ele já sabe interage com o novo, apreendendo-o. Os discursos que vêm do exterior não só passam como deixam elementos, ideias, sentimentos, noções de vida. Diante de novos contatos, então, outros discursos adentrarão nesta formação que um ser tem a partir do contato social.

Existem, então, dois planos de apreensão: a réplica e o comentário efetivo, que são separáveis apenas abstratamente e objetivam-se no contexto narrativo que engloba o discurso citado. É comum que um deles seja dominante.

O objetivo verdadeiro da pesquisa acerca do DR é a interação dinâmica entre o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo, pois, na verdade, “eles têm uma só existência real, só se formam e vivem através da inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica.” (VOLOCHINOV, 2006 [1929] p.154)

No caso da nossa pesquisa, por exemplo, o discurso apresentado – a transmitir – é o político-partidário, o fato da cassação do Governador juntamente com o posicionamento que o enunciador tem diante do fato; o discurso que serve para transmiti-lo – o contexto de transmissão – é o jornalismo *on-line*. Volochinov (2006 [1929], p.154-155) observa que eles têm um no outro a existência real, a separação é abstrata, logo, presume-se que é impossível relatar o discurso a transmitir sem que haja uma interação com o que o transmite. Assim, quem relata transforma, constitui um novo discurso, uma nova enunciação, um novo sentido, que, com comentários e réplicas do discurso apresentado, não é, portanto, um mero canal neutro.

A interorientação entre o discurso relator – citante, apresentador ou narrativo – e o discurso relatado possui três dinâmicas: estilo linear, estilo pictórico, nestas há um domínio do discurso relator sobre o relatado, além de um terceiro estilo, em que o discurso relatado é dominante.

“A tendência principal do estilo linear é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p.156). Acerca do discurso de outrem, visa-se “à conservação da sua integridade e autenticidade. A língua pode esforçar-se por

delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas e estáveis” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p.155).

O estilo linear parece com algumas das formas marcadas unívocas que não possuem trabalho interpretativo, classificadas por Authier-Revuz (1998, p.143). Entretanto não se trata de uma equiparação de conceitos, visto que Volochinov (2006 [1929]) estuda a apreensão – e sua dinâmica – do discurso relatado, enquanto a linguista francesa parte para a verificação nas formas na materialidade da língua. Pode-se, porém, perceber um embasamento da teoria mais recente nos estudos do membro do círculo bakhtiniano.

Já no estilo pictórico, a língua elabora, com mais sutileza, meios versáteis, a fim de permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem. “O contexto esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras”. (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p.156). Com efeito, aqui se sugere, e não se classifica, como faz Authier-Revuz: “as formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo” (1998, p. 143) podem até – algumas delas – compor tal estilo, mas não são todos os conjuntos de aspas, itálicos, modalização autonímica etc. que se classificam como tal.

Encontra-se igualmente, no quadro dessa segunda orientação, uma variedade de tipos. O narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colorir-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo. Volochinov(2006 [1929] p.157)

Com efeito, nesta segunda orientação, enquadra-se uma série de tipos discursivos que circulam na mídia, em que o veículo de comunicação não apenas informa, mas comenta o fato. Assim é a essência da propaganda, que não só apresenta o produto, como o colore, enfeita, preenche de qualidades. Este colorir ao qual Volochinov se refere entendemos como a apreciação do discurso de outrem. Não seria o contexto recriado pelo discurso narrativo – o apresentador – a fim de proferir o discurso de outrem segundo sua leitura? Com efeito, no estilo pictórico, a inserção de comentários e réplicas pode ser percebida pelos apagamentos das fronteiras do discurso citado, os quais são realizados também com o intuito da criação de uma nova situação enunciativa (SIT), que, neste caso, é a do discurso apresentador teatralizando-se como se fosse a situação (sit) do discurso apresentado.

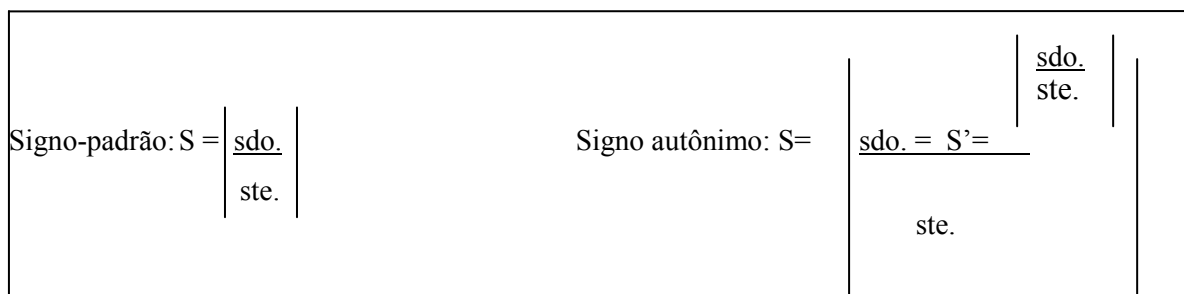
2.1 FORMAS E FENÔMENOS

Passemos, então, a analisar os dois principais esquemas de base cristalizados pelo uso e algumas variantes cuja aplicação em gêneros jornalísticos digitais nos parece mais frequente. Além disso, separamos ainda: um fenômeno que acontece nas diversas formas tanto do discurso direto (DD) quanto do discurso indireto (DI): a *disseminação discursiva*, e uma forma de apresentação da fala alheia a qual, de acordo com Authier-Revuz (1998), é uma forma de DR, mas não em sentido estrito: a *modalização em discurso segundo*.

2.1.1 Discurso direto (DD) e suas variantes

O DD “restabelece o discurso citado sob a dupla forma de significante e significado” (MAINGUENEAU, 1996 [1990], p. 104). Tal afirmação é mais bem compreendida, se nos remetermos a distinção que Authier-Revuz (1998, p.137) faz entre signo-padrão e signo autônomo. Enquanto o primeiro remete a um elemento do mundo, o segundo remete à própria palavra, ou melhor, ao próprio signo. Exemplificando: há uma diferença quando se diz “A Paraíba é bonita” e “*Paraíba* quer dizer rio bom para o banho, ou ruim a para navegação”. No primeiro exemplo, “Paraíba” é um signo-padrão, o significado é algo do mundo; no segundo, trata-se de um signo autônomo, ou seja, volta-se para o próprio signo. Com efeito, enquanto no padrão há, como nos casos comuns, um par significante/significado (a palavra “Paraíba”/ o que se entende por “Paraíba”: Estado brasileiro, lugar); no autônomo, existe o primeiro par significante/ significado, em que o significante é o mesmo, mas, no significado, em vez de haver o que está no signo-padrão, existe novamente um outro par significante/ significado, onde este é o termo “Paraíba”. Em símbolos de Authier-Revuz, temos:

Figura 2– Quadro de diferenças entre signo padrão e signo autônomo



(Fonte: adaptado de Authier-Revuz, 1998, p.137)

No signo autônomo, ocorre uma duplicação, porque se “menciona” o signo, em vez de apenas “usá-lo”. Posto isso, Authier-Revuz (1998, p. 139) coloca que o mecanismo em discurso relatado (DR) é semelhante: no DI, o enunciador apresentador (L) “usa” o significante – as palavras, o enunciado – de um outro enunciador, o relatado (chamado de “I”); em DD, L “menciona” o ato de enunciação de I.

Com efeito, quando Maingueneau (1996 [1990], p.104) diz que o DD restabelece o DR sob a dupla forma significante/ significado, poder-se-ia interpretar que se tratava de um signo-padrão, com seus constituintes iguais. Na verdade, conforme mostrado acima, a dupla forma existe, mas não é tão simples, como se enunciador apresentador (L) restituísse, além do do significante, significado da enunciação apresentada. Acontece, em DD, um novo ato de enunciação (chamado de “E”), em que *e* é mencionado.

Maingueneau (1996 [1990], p. 105) destaca uma particularidade do DD: “um mesmo ‘sujeito falante’ se apresenta como ‘locutor’ de sua enunciação, mas delega a fala citada a um ‘segundo locutor’”. Trata-se de uma estratégia de L, pois como é ele quem está enunciando, I só terá voz direta à medida que aquele lhe der, afinal E está acontecendo, enquanto *e* é apenas mencionado.

O linguista segue observando que o DD “provoca a existência de dois sistemas enunciativos autônomos” (MAINGUENEAU, 1996 [1990], p.106), mas não interpretemos que as enunciações E e *e* são independentes. Na verdade, *e* pode até ser – apenas no que tange ao significante, mas E não, já que, só por relatar um outro ato enunciativo, sofre influência dele. Os sistemas enunciativos são independentes no tocante às marcas dêiticas, ou seja, às formas linguísticas, mas não em relação à interpretação das mesmas: neste caso, enquanto os dêiticos de E são interpretados na própria situação de enunciação – SIT –, os dêiticos de *e* são interpretados em função dos do seu relator, já que *e* está inserido em E.

Acerca do DD, Authier-Revuz (1998, p. 134), observa que: 1) ele é mais complexo sintaticamente que o DI e 2) não é objetivo. Enquanto o DI se constitui, aparentemente, de uma forma fixa: enunciado relatado em forma de objeto direto oracional subordinado ao enunciado relator, tendo um verbo *dicendi* e um complementizador iniciando-o (Exemplo clássico: Ele disse que ...), o DD é, segundo a autora, uma anomalia sintática: o objeto direto nem é genérico nem é oracional, é um enunciado, muitas vezes, precedido por dois pontos, ou simplesmente jogado justaposto a um enunciador citante introdutor. Sobre a outra observação, ela comenta que reproduzir a materialidade textual exata (os mesmos significantes) não é o mesmo que restituir o *ato de enunciação*, ou seja, as palavras e expressões podem ser

recuperadas tais quais foram ditas ou escritas, mas o processo que gerou sentido a elas não será, pois é único.

Posto o esquema de base, que é o DD, vamos mencionar algumas variantes comentadas por Volochinov (2006 [1929]), que analisa aquelas em que há uma *troca de entoações*, ou seja, uma reciprocidade na dinâmica de contato entre o discurso apresentador e o discurso apresentado. São elas: *discurso direto preparado*, *discurso direto esvaziado*, *discurso direto oculto*, *discurso direto retórico* e *discurso direto por substituição*. Percebemos que o DD preparado é o que mais se aplica aos gêneros jornalísticos, razão por que nos limitaremos agora a sua discussão.

Certas vezes, a apresentação de um discurso outro ocorre através de uma introdução – uma preparação – como se o relato a seguir fosse em construção indireta, porém, mesmo com os aspectos formais sintáticos de um dos esquemas de base, é o outro – o direto – que aparece. Basicamente, isso é o DD preparado: uma citação direta da fala alheia via preparação pelo esquema indireto, de modo que “a subjetividade do discurso aparece com maior nitidez e no sentido que convém ao autor” (VOLOCHINOV, 2006 [1929] p. 169), ou seja, como convém ao apresentador do discurso de outrem. Com efeito, trata-se de uma variante que pertence ao grupo do estilo pictórico, já que há um certo processo de apagamento dos traços dos esquemas de base. Vejamos, então, os exemplos dados pelo autor, os quais foram retirados do romance *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoiévski (2008, [1879]).

1. Trífon Boríssovitch como pôde ser evasivo, mas depois de ter sido questionado pelos camponeses, acabou confessando que tinha achado nota de cem rublos, acrescentou somente que ele tinha no mesmo devolvido tudo escrupulosamente a Dmítiri Fiódorovitch, “*palavra de honra, só que, vocês vêem, o cavalheiro, como estava naquele momento completamente bêbado, não consegue ver*”.

2. Apesar de todo o respeito devido à memória do seu finado Bárin, ele declarou entre outras coisas que este fora negligente com Mitia e que “*não educava bem as crianças. Sem mim, o menino teria sido comido vivo pelos pelos piolhos*”, acrescentou ele, recordando episódios da infância de Mitia (VOLOCHINOV, 2006 [1929] p. 169 [grifos do autor]).

Entre as características e observações levantadas, diz-nos Volochinov (2006 [1929]) que: a citação direta se destaca sobre um fundo perceptivo; este pertence tanto ao enunciador cuja fala é apresentada como ao que a apresenta; essa infiltração das entoações do apresentador no discurso direto “*é quase sempre acompanhada por um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo*” (p. 172 [grifos nossos]).

Entendemos esta última constatação da seguinte forma: em vez de contextualizar – ambiental, situar o discurso que virá, a enunciação introdutória já tematiza, apresenta conteúdos referentes à citação os quais já vêm com as apreciações do enunciador apresentador. Além disso, salientamos que nem sempre é assim. Entendemos que o enfraquecimento do contexto é maior no primeiro exemplo que no segundo: a citação vem após uma construção indireta já elaborada, sem que seja um complemento direto da oração subordinada (neste caso, *declarou[...] que*), diferentemente do outro caso, em que o DD aparece logo após a introdução do esquema de DI, fato que nos permite – não como se fosse um DD ou um DI em esquema de base – compreender o contexto como ele é, sem diluí-lo em tema. No exemplo 1, fica-nos claro que tudo aquilo que vem antes da citação está sendo declarado pelo enunciador apresentador (L), ou seja, trata-se de conteúdos da enunciação que virá e apreciações acerca da mesma. No exemplo 2 do autor, há também entoação apreciativa, mas percebemos o que é: contexto introdutor (Apesar de todo o respeito devido à memória do seu finado Bárin); discurso indireto (*declarou entre outras coisas que este fora negligente com Mítia*) e citação direta (“não educava bem as crianças. Sem mim, o menino teria sido comido vivo pelos pelos piolhos”). Entendemos ainda que o caso do primeiro exemplo deve ser de maior recorrência na língua literária, enquanto que o segundo, dada a facilidade de percepção de vozes, deve aparecer mais em gêneros jornalísticos.

Inferimos que um tipo do discurso direto livre (DDL), mencionado por Authier-Revuz (1998), pode inserir-se em um quadro semelhante ao do DD preparado, pois, desprovido de sinais tipográficos como os dois pontos (:) ou o travessão (–), o DDL possui o mesmo mecanismo do DD. De acordo com Authier-Revuz (1998, p. 143-144), ele é uma forma puramente interpretativa, pois não se muda o parágrafo, insere-se um enunciado no meio do já corrente e espera-se interpretá-lo como sendo de outrem. Falamos precisamente do DDL que vem após um DI, em outros casos, ele pode iniciar sem uma preparação.

Outra variante que nos chama atenção “é o *discurso direto antecipado e disseminado, oculto* no contexto narrativo” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 173). Trata-se, na língua literária, de avaliações e tomadas de posição de uma personagem as quais se encontram disseminadas ao longo da citação direta da fala de outra personagem. Os traços são perceptíveis não por marcas unívocas, mas apenas por um trabalho interpretativo em que se realacionam certas entoações e expressões de uma personagem A contidas no discurso direto da personagem B. Assim, a sequencia narrativa pode ser construída através de enunciados de um, mas em função da perspectiva do outro.

A apresentação do discurso outro pode também ser um elemento de persuasão, em que o ponto de vista do enunciador que usa deste recurso é o defendido. Assim é o DD retórico. Volochinov (2006, [1929]) lembra que há, nas relações sociais, a *pergunta retórica* e a *exclamação retórica*, situadas na fronteira entre o discurso apresentador e o discurso apresentado, entrando na esfera de um ou de outro. Trata-se de uma pergunta ou de uma exclamação elaborada pelo enunciador que apresenta e, simultaneamente, pelo enunciador cuja fala é apresentada, neste caso, dirigida a si, e a resposta ou a exclamação aparecem no corpo da citação.

2.1.2 Discurso indireto (DI) e suas variantes

Conforme posto antes, o DI não é uma subordinação do DD, mas uma “reformulação-tradução” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 135) tanto das formas como da enunciação – o DD só reformula esta e não aquelas.

Reflitamos sobre o que nos diz Maingueneau (1996 [1990], p. 109) acerca disso: “como o discurso indireto não reproduz um significante, mas dá um equivalente semântico integrado à enunciação citante, ele apenas implica um único locutor”. Primeiramente, para que não haja confusão, o termo “locutor” usado por Maingueneau (1996 [1990]; 1997 [1987]) é referido ao processo de “polifonia”, estudado por Ducrot (1987 [1985]). São estabelecidas diferenças entre “sujeito falante”, que é o veiculador fônico da mensagem; “locutor”, um ser que, no enunciado, é apresentado como seu responsável, mas é uma “ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado” (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 76); e “enunciador”, que representaria para o “locutor” aquilo que representa a personagem para o autor em uma ficção: “enunciadores são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas” (1996 [1990], p.77).

Percebe-se que o enunciador tem seus pontos de vista inseridos na voz do “locutor”. Em DD, o “locutor” não só dá voz a um “enunciador”, como também cita exatamente os termos por ele usados, de modo que se entenda claramente quem proferiu o quê, ou seja, percebemos duas locuções, o “enunciador” é também “locutor”, há um enunciado cuja responsabilidade lhe é atribuída. Em DI, o “locutor” apenas deixa o “enunciador” com sua função, pois, neste caso, o primeiro confere as palavras que lhe convier para relatar a enunciação do segundo. Assim, entendemos que, em DI, só há um “locutor”, conforme transcrito anteriormente (MAINGUENEAU, 1996 [1990], p.109), mas continua

havendo dois enunciadores, de modo que isso não implica uma discordância entre Maingueneau (1996 [1990]; 1997 [1987]) e Authier-Revuz (1982; 1998).

Com efeito, existem, em todo DR e, conseqüentemente, em DI, no mínimo, dois enunciadores: o enunciador do ato de enunciação apresentador, L, e o enunciador do ato de enunciação apresentado, l, conforme posto anteriormente (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.139).

No DI, as enunciações têm como base signos-padrão, ou seja, L (enunciador apresentador) usa palavras e expressões diferentes – mas, eventualmente podem ser iguais – das de l (enunciador apresentado), reformulando a mensagem relatada. Deste modo, atentemos que, se l já tem, em DD – que repete os significantes – o sentido de seu ato enunciativo transformado, então, em DI, em que L, além de enunciar, ainda pode modificar os termos, l tem seu sentido bem mais alterado. Assim, em DI, a responsabilidade sobre o DR é ainda maior para L.

Em compensação, como a estrutura sintática de um DI se constitui de frases em que o padrão gramatical não é quebrado (Enunciado de L como oração principal + verbo *dicendi* + complementizador + enunciado de l como oração subordinada), poder-se-ia estabelecer uma suposta divisão de responsabilidades entre as enunciações. Quando a tradição gramatical diz que o DI seria uma subordinação do DD, provavelmente é porque se compreende como essa estrutura acima, como se os atos enunciativos resultassem em enunciados que se dividiriam tais quais as orações do processo sintático – mas, recordemos: enunciado é diferente de oração gramatical (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 277). Desse modo, pode-se, aparente e erroneamente, atribuir responsabilidades aos enunciados, ou seja, tudo que vem depois da estrutura do tipo “disse que” seria conferido a l. Com efeito, isso se torna uma ferramenta discursiva importante, pois, ao relatar o discurso de alguém, L pode alterar o sentido a ponto de comprometê-lo bastante em relação ao que l pretendia.

Percebe-se, então, que o DI é uma opção quando se quer atribuir palavras a mais a um outro cuja fala se relata, ou ainda tirar algumas que seriam importantes para a compreensão pretendida anteriormente, ou seja, relatar por meio de discurso indireto é melhor que em discurso direto, quando se quer modificar bastante e propositalmente o sentido do discurso relatado.

Entre outras características, Maingueneau (1996 [1990], p. 109-110) destaca ainda a perda de modalidade, afinal tudo deve transformar-se em afirmação: as perguntas, as exclamações e as interjeições; acrescenta que os dêiticos do enunciado relatado são necessariamente situados em relação ao enunciado introdutor, tanto a interpretação como os próprios signos, diferentemente do DD, em que os signos dêiticos têm funções distintas.

Assim, em DI, o “Eu” do enunciado introdutor continua sendo “Eu” no enunciado relatado, os advérbios de tempo e de lugar modificam em relação ao suposto “agora” e “aqui” do enunciado introdutor.

Vista a dinâmica do esquema de base, passemos para as variantes: o *discurso indireto analisador de conteúdo* e o *discurso indireto analisador da expressão* (VOLOCHINOV, 2006 [1929]). Esta tendência analítica acontece, entre outras causas, porque os elementos afetivos do discurso não são literalmente transpostos, logo, em vez de serem expressos através de entoações, são traduzidos em formato de conteúdo.

Na variante analisadora de conteúdo, a enunciação de outrem pode ser apreendida como uma “tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 166), de modo que apenas aspectos temáticos estão envolvidos; os demais recursos linguísticos que tragam estilização, expressão, sem qualquer conteúdo temático, são: ou transformados em tema, ou integrados ao contexto da enunciação apresentadora como uma característica elaborada pelo enunciador apresentador. Assim, as palavras de um enunciador são bem separadas das do outro, de modo que os discursos do apresentador e do apresentado são nitidamente reconhecidos, logo esta variante favorece ao estilo linear de transmissão do discurso de outrem.

Posto isso, nossa preocupação gira em torno desses recursos linguísticos que são tematizados ou integrados ao contexto introdutório da citação. Quando trata disso, em seu texto, Volochinov (2006 [1929]) trata da língua literária russa e estabelece críticas a uma análise feita por Pechkóvski, dizendo que este adota uma “concepção da imutabilidade da enunciação de outrem, e absoluta literalidade da sua transmissão” (p.164), ou seja, uma proposta da Gramática Tradicional.

Com efeito, em seus escritos, sugere, como exemplo de tematização de uma construção exclamativa e de uma expressão de entusiasmo, o emprego da palavra “muito”. Já sobre a integração ao contexto apresentador, não há exemplos, fato que nos parece compreensível, visto que não se trata do foco do autor, mas que, para este nosso trabalho, possui relevância.

Destacamos ainda que o autor tratou de casos em que o enunciador apresentador tende a se esforçar a transmitir expressão contida no discurso citado, mesmo que seja tematizando-a. Questionamos, então: como seria se esse esforço não existisse, se ele fosse contrário, ou mesmo se houvesse um choque entre os elementos expressivos e afetivos do discurso apresentado e aqueles que o apresentador inferiu? Do mesmo modo, refletimos sobre

como isso aconteceria nos casos em que, em vez de se tematizar, incorporam-se os tais elementos ao contexto, como é o caso dos gêneros analisados neste trabalho.

Vejamos agora a variante analisadora da expressão. “Ela integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 168). Em geral, constituem esta variante expressões aspeadas soltas em um relato, sem qualquer contexto introdutório, seja temático ou formal, como ocorre com as citações diretas. É válido salientar que são casos em que as aspas marcam a palavra do outro estranhamente inserida no decorrer das palavras do um, aquele que relata indiretamente. Não fazem parte deste caso, portanto, o aspeamento de expressões estrangeiras, títulos de obras, uso da palavra em acepção diferente da usual etc. Observemos o exemplo usado pelo autor, extraído do romance *Os Irmãos Karamazov* (DOSTOIÉVSKI, 2008 [1879])

A mesma coisa aconteceu também com os poloneses: eles chegaram com uma demonstração de orgulho e independência. Afirmaram em alta voz que, em primeiro lugar, estavam “*a serviço da coroa*” e que a “*senhor Mitia*” oferecera três mil rublos para comprar a honra deles, e que eles tinham visto com seus próprios olhos largas somas de dinheiro nas mãos deles (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 168 [grifos do autor]).

Percebemos que, no DI analisador da expressão, ao apresentar a fala alheia indiretamente, o enunciador se vale de alguns elementos específicos de que pretende se distanciar e marcar a presença e responsabilidade do outro durante o relato. Assim, tal variante cria um efeito pictórico, na medida em que os aspeamentos acontecem de maneira incomum e surpreendente, logo apesar de haver marcação, não há uma certa delimitação como existe no estilo linear, pois as supostas palavras de outrem são jogadas não apenas em um contexto introdutório, mas também no próprio relato que não do outro, e sim do um. Insere-se, portanto no quadro das formas unívocas que exigem um trabalho interpretativo (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998).

2.1.3 Disseminação discursiva

Existem casos de apresentação da fala alheia em que a presença do outro também pode ser verificada pela incorporação no discurso do um de elementos característicos da fala alheia os quais não são marcados, pelo fato de serem puramente contextuais. Volochinov

(2006 [1929]), ao situar tal variante não posiciona especificamente como indireta ou direta, chama-a de *discurso citado antecipado e disseminado* (p. 173) e, ao discutir o uso em romances, diz que toda a narrativa poderia estar entre as aspas, como se todas as palavras fossem da autoria do narrador, mas que, no interior da narrativa, existem várias expressões, julgamentos de valor que também poderia estar aspeados como se saíssem da consciência das personagens.

Com efeito, um enunciador no decorrer de sua enunciação pode usar expressões de um outro em um esquema que não marca tais palavras como alheias, ou seja, sem aspas, itálicos, referências específicas ou sinais diversos que determinam que aquele termo é de outro. Destacamos este fenômeno por entender que ele acontece em construções diretas e indiretas. A presença alheia estaria disseminada, oculta no ato enunciativo que se desenrola.

2.1.4 A modalização em discurso segundo

Trataremos, na sessão seguinte, mais especificamente do fenômeno da modalização. Interessa-nos, por enquanto um caso que, segundo Authier-Revuz (1998), é um tipo de DR, mas não em sentido estrito. *A modalização em discurso segundo* é mais um modo de se relatar o discurso de outrem. Insere-se no tipo de modalização que se refere a uma atitude em relação à procedência do enunciado, em que quem profere a asserção busca eximir-se da responsabilidade sobre aquilo que relata, conforme explica Authier-Revuz (1998, p.135-136):

[...] Asserção simples, as formas do tipo *segundo fulano* inscrevem-se num paradigma de elementos modalizadores diversos, cuja especificidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso. [...] Ela recai: (a) sobre o *conteúdo* da afirmação de E, como em: *João fez um longo passeio segundo X* [...] (b) sobre o *emprego de uma palavra* tida como emprestada de um exterior, como em: *João espairoseu longamente como diria X*.

Notemos que o primeiro caso é mais recorrente em textos jornalísticos. Dada a sua praticidade, é um modo de não se responsabilizar perante o interlocutor (leitor do jornal) pelo que se está dizendo, sem se comprometer nem mesmo com o entrevistado ou pessoa qualquer que tenha seu discurso reportado. Afinal, ninguém afirma, nem E (ato enunciativo apresentador) nem *e* (ato enunciativo apresentado), pois este tipo de modalização ocorre por

meio de uma atribuição a um discurso outro geralmente via grupo preposicional e um verbo no condicional – *segundo X / de acordo com Y / para z, fulano teria feito/ estaria escondido*.

Consideramos a modalização em discurso segundo uma variante menos cristalizada das maneiras de se apresentar a fala alheia. Antecipamos sua discussão por entendê-la desse modo, ao passo que os demais casos de modalização não se constituem como formas específicas de DR, mas de atitudes em relação ao enunciado, conforme veremos a seguir.

2.2 A ATITUDE TOMADA FRENTE AO DISCURSO RELATADO (DR)

Tudo apresentado sobre DR até aqui diz respeito aos modos de realizá-lo. Ressaltemos que Authier-Revuz (1998) diz que o DR não relata uma frase ou uma oração, mas sim um ato de enunciação, ou seja, dentro daquilo que se relata, podem-se inserir apenas novos sentidos, pois está havendo uma nova enunciação (chamada de E, com um novo enunciador L, uma nova situação SIT, um novo interlocutor R, e uma nova mensagem M), como também novos enunciados, que também geram novos sentidos .

Agora atentemos para o fato de que antes de se iniciar um DR, L (enunciador apresentador) o introduz, e esta enunciação introdutória já faz parte de E (ato de enunciação apresentador. Assim, se l (enunciador apresentado) já tem seu discurso modificado, transformado, desviado, dentro de seu próprio relato, pode tê-lo ainda mais modificado através do enunciado que o introduz, afinal L é quem está enunciando no momento, então, o modo como o faz lhe compete, conforme pontua Chiavegatto (2001, p. 231):

Disfarçados por usos linguísticos aparentemente “descompromissados” [...], o modo como um sujeito integra a fala de outro(s) sujeito(s) à sua voz diz muito mais da postura deste sujeito em relação ao conteúdo veiculado [...].

Primeiramente, os circunstantes e os focalizadores de tempo e de lugar ambientam a situação da enunciação apresentadora (SIT), mas modificam a interpretação de sit, que é a da ato enunciativo relatado. Outro aspecto que determina sumariamente para a compreensão do DR é o verbo *dicendi* que o introduz, afinal, não é obrigatório que sempre haja apenas o verbo *dizer*. Temos ainda os adjetivos ou quaisquer tipos de qualificadores, que exprimem novas leituras, já que o apresentador aprecia aquilo que relata.

Posto isso, trataremos agora do fenômeno da modalização. Recorremo-lhe pelo fato de ser um estudo de algo encontrado na materialidade língua, que foi tratada no círculo

bakhtiniano como uma das categorias a se desenvolver no pensamento filosófico linguístico, porém não foi o foco operacional, apesar do apontamento de caminhos no horizonte teórico do dialogismo. Além disso, Authier-Revuz (1982; 1998; 2004) direciona seus estudos para um caso específico: *a modalização autonímica*. Como necessitaremos, durante a análise do *corpus*, apontar alguns elementos da língua que funcionam como marcas da apreciação de discurso do outro por aquele que o apresenta, valemo-nos de estudos específicos sobre isso, visando a uma articulação com os estudos discursivos.

A modalização designa a atitude de um enunciador em relação ao seu enunciado, ou seja: ao conteúdo, ao co-enunciador, a si ou a diferentes elementos que constituem o enunciado. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006 [2004] p.337). Tal atitude pode deixar marcas ou pode ser interpretada nos enunciados implícitos. Interessa-nos, sobretudo neste trabalho, a análise das atitudes do enunciador apresentador em face ao enunciado apresentado – e seus elementos.

Primeiramente, convém esclarecer o emprego dos termos *modalização* e *modalidade*. Como o primeiro foi explicado de forma breve no parágrafo anterior, dizemos que o segundo pode ser encarado, principalmente, como tipologia de uma proposição (assertiva, interrogativa, jussiva); em relação aos grupos de tempos verbais (os modos), ou ainda como expressões da modalização. Castilho e Castilho (1993), bem como muitos autores, preferem usar os termos indistintamente, pois “há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição” (*apud* NASCIMENTO, 2005, p. 55). Assim, adotamos, portanto, tal postura.

Passemos agora a explicar resumidamente o estudo deste fenômeno em outras ciências para chegarmos à concepção adota neste trabalho.

De acordo com Charaudeau e Mangueneau (2006 [2004]), a primeira disciplina a tratar da modalidade foi a Lógica, a partir de Aristóteles. O interesse maior dos lógicos – e dos filósofos – estaria voltado para a percepção da verdade e na realidade, ou seja, em sentido estrito, conforme Gardies (1999 cf. CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006 [2004]), verifica-se o conteúdo e, quando este, em vez de apenas constituir o objeto de uma proposição, estiver modificado por uma noção de: necessidade, impossibilidade, possibilidade ou contingência, existe modalidade.

A Semiótica busca o estabelecimento de metacategorias que se organizam em um “aparelho formal e lógico [que] ajuda a responder aos problemas cruciais da análise narrativa” (COQUET, 1976, p. 70 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006 [2004], p. 335). Almeja-se, portanto, estabelecer uma lista estável de categorias, além de uma classificação

tanto destas quanto das regras de ordenamento. Eis, então, diferentes definições de modalidade conforme tal perspectiva: a) *aléticas* ou do *poder*: necessidade, contingência, impossibilidade, possibilidade; b) *epistêmicas* ou do *saber*: certeza, incerteza, improbabilidade, probabilidade; c) *deônticas* ou do *dever*: prescrição, facultativade, interdição, permissividade; d) *veridictórias* ou do *querer*: ser, não-ser, parecer, não-parecer (GREIMÁS e COURTÉS, 1979 cf. CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006 [2004]).

Já para a Linguística, as modalidades seriam, facetas de um processo de modalização, ou seja, em que o enunciador exprime uma determinada atitude em relação ao seu co-enunciador e ao conteúdo de seu enunciado.

A modalidade, para Cervoni (1989), é um fenômeno que, apesar de possuir raízes na lógica, deve ser tratado com atenção à morfologia, à sintaxe e ao léxico. Além disso, ela só acontece quando incide sobre a proposição inteira. Assim, concordamos com a ideia de que a modalidade não se limita a partes de proposições e consideramos ainda que ela deve ser tratada também com atenção ao discurso.

Entendemos, portanto, na dinâmica do DR, que os elementos modalizadores – que materializam o fenômeno – constituem-se como ambientadores da situação do ato de enunciação apresentador (SIT) e como modificadores da situação do ato de enunciação apresentado.

Passemos, então, a discutir a proposta acerca da teoria da modalização adotada por Nascimento (2005), em trabalho sobre a polifonia na notícia jornalística, para então articular com o nosso posicionamento. Os pressupostos teóricos utilizados foram Lyons (1977), Koch (2002), Cervoni (1989) Castilho e Castilho (1993). Limitar-nos-emos, neste ponto específico, à discussão estabelecida com o último texto. Mais adiante ainda desdobraremos aspectos relevantes a duas categorias de análise que nos chamaram mais atenção na dinâmica do DR: os verbos *dicendi* e os qualificadores.

2.2.1 Modalização epistêmica, deôntica e avaliativa

Os elementos que materializam a modalização na estrutura da língua são os modalizadores. Castilho e Castilho (1993, p. 122) – de certa forma partindo do que foi posto na lógica tradicional – classificam-nos em três tipos conforme as diferentes tomadas de posição do enunciado sob o conteúdo que enuncia, logo se trata da modalização: *epistêmica*, *deôntica* e *afetiva*. Nascimento (2005) denominou esta última de *avaliativa*, por causa do *corpus* utilizado em seu trabalho: notícias de jornais. Como trabalhamos com gêneros

jornalísticos e entendemos que se trata de um termo mais abrangente, preferimos, portanto, adotar esta outra denominação.

Na modalização epistêmica, o enunciador se expressa quanto ao valor de certeza que ele possui a respeito do conteúdo do enunciado. Assim, tal expressão pode ocorrer em três maneiras: 1) *asseverativo*: o conteúdo é considerado verdadeiro ou certo pelo enunciador; 2) *quase-asseverativo*: o conteúdo é considerado quase certo, provável, ou uma hipótese que será confirmada; 3) *delimitadora*, o conteúdo é considerado dentro de um certo limite. Vejamos os exemplos dados por Nascimento (2005, p. 61):

Com certeza Carlos assistiu ao filme (modalização epistêmica asseverativa).

Provavelmente Carlos assistiu ao filme (modalização epistêmica quase-asseverativa).

Profissionalmente Carlos é muito responsável (modalização epistêmica delimitadora).

Vejamos que, no primeiro exemplo, lança-se o expressão *com certeza*, logo projeta-se para o campo da certeza, da segurança que o conteúdo ocorre: o enunciador visa a garantir a ocorrência do fato. Incluem-se aqui expressões como: *certamente*, *seguramente*, *sem dúvida* etc. Já no segundo, existe uma crença, mas não uma certeza, ou seja, está no campo da probabilidade; se antes havia um comprometimento, aqui apenas se acredita que fato tenha ocorrido. Assemelham-se a este caso, entre outras, as expressões *talvez* e *possivelmente*. No terceiro exemplo, a interpretação é delimitada sob um aspecto, neste caso o profissional, ou seja, o conteúdo só é válido dentro deste âmbito, mas não em outros. Assim, o hipotético Carlos só seria responsável quando se tratar da questão profissional, mas não em outros aspectos de sua vida.

A modalização deôntica é aquela em que os modalizadores indicam a consideração – pelo enunciador – da necessidade ou da obrigatoriedade da ocorrência do conteúdo que se enuncia (cf. CASTILHO e CASTILHO, 1993). É o caso de *Criança precisa brincar*, em que o verbo opera como modalizador, incidindo sobre a proposição *Criança brincar*. O verbo *dever* também pode ser utilizado como deôntico, dependendo do contexto inserido.

Castilho e Castilho (1993) chamam o terceiro tipo de afetiva, porque, de acordo com eles, o falante materializa linguisticamente suas reações emotivas em relação ao conteúdo da proposição, sem que haja considerações sobre a certeza, a probabilidade, a necessidade e a obrigatoriedade, mas apenas um juízo de valor. Com efeito, consideramos que a modalização pode ter um caráter meramente analítico e avaliador, em que o afeição pode ou

não estar inserida. Assim, este tipo de modalização ainda pode ser de dois tipos: 1) *de predicação dupla*, ou seja, uma avaliação a respeito do conteúdo mencionado e uma qualificação do próprio conteúdo; 2) *de predicação simples*, a avaliação do falante sobre o conteúdo, sem qualificá-lo. Recorramos, mais uma vez, aos exemplos de Nascimento (2005, p. 63-64):

Infelizmente Carlos não assistiu ao filme (predicação dupla).
Sinceramente Carlos é muito responsável (predicação simples)

Vejamos que, no primeiro caso, o enunciador tanto expressa sua avaliação a respeito do conteúdo (para mim é uma infelicidade que Carlos não assistir ao filme) quanto o qualifica (Carlos não assistir ao filme é uma infelicidade). Já no segundo, a predicação não indica uma qualificação em moldes canônicos (*Carlos ser muito responsável é uma sinceridade) (cf. NASCIMENTO, 2005).

Não consideramos necessária a divisão desse jeito das formas da modalização avaliativa. Apenas apresentamos como Castilho e Castilho (1993) as entende, para mostrarmos a proposta de Nascimento (2005) e ainda adaptá-la aos estudos discursivos conforme a perspectiva dialógica da linguagem.

Nascimento (2005) defende que o fato de não ser possível a construção canônica indicadora da qualificação não anula o ponto de vista do falante “a respeito do conteúdo do enunciado, o que significa que há também uma avaliação” (p. 64) no outro exemplo. Assim, *sinceramente* – e demais palavras semelhantes que não sejam reativadas em substantivos como qualificações – não direciona suas propriedades modalizadoras unicamente para quem enuncia, mas também para o co-enunciador, pois indica como se deve interpretar o enunciado.

2.2.2 Os verbos *dicendi*

Conforme vimos, os modalizadores podem ser vários, e os verbos *dicendi* também podem funcionar como tais. De acordo com Cervoni (1989), existem verbos *dicendi* que comportam um dizer + modalidade, enquanto outros se limitam ao dizer. Assim, “[...] Enunciar *Eu sustento que João é amável* é “dizer mais” do que enunciar *Eu digo que João é amável* [...]”: sustentar é o equivalente de *dizer* + modalidade (noção de certeza) (CERVONI, 1989, p. 68 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 73).

Partindo dessa classificação de Cervoni (1989) – que trabalha apenas com a subjetividade em construções do tipo *Eu digo/ sustento/ declaro*, Nascimento (2005) articula com as classificações de Travaglia (2001) e de Neves (2000) – as quais falam em verbos *dicendi* e verbos potencialmente *dicendi* – para propor sua classificação que nos parece, inicialmente, satisfatória, por se aplicar aos gêneros jornalísticos. Assim, os verbos *dicendi* podem ser: 1) *não-modalizadores*, caso dos verbos dizer, falar, perguntar, responder, gritar, sussurar, os quais apenas indicam o *dictum*, e podem, no máximo, dar indícios de circunstâncias de interlocução: são aqueles que, por natureza, apresentam um discurso outro; 2) *modalizadores*, marcam uma avaliação, além de indicar o dizer, deixando, claramente, mais de uma leitura.

Em estudo sobre o papel social dos verbos *dicendi* na mídia impressa carioca, Gavazzi e Rodrigues (2003) observaram que um redator, ao selecionar uns verbos em detrimento de outros, estaria reproduzindo a ideologia predominante no jornal para o qual redige. Seriam, então, dois grandes grupos (GAVAZZI e RODRIGUES, 2003, p. 57): (1) verbos descritivos e (2) verbos avaliativos.

Os verbos descritivos são de dois tipos: (a) aqueles que situam o discurso em uma cronologia discursiva: *continuar, complementar, acrescentar, prosseguir, concluir...* e (b) os indicadores de tipologia do DR ou do modo de realização fônica: perguntar, responder, enumerar, definir, murmurar, gritar, sussurrar...

Os verbos *dicendi* avaliativos seriam aqueles que “revelam a intenção do relator: credibilidade e legitimidade deste em relação ao discurso do outro (GAVAZZI e RODRIGUES, 2003, p. 58). Alguns tipos por elas observados foram: (a) efeito de imparcialidade – parte-se do princípio que é impossível ser neutro: *dizer, falar, declarar opinar*; (b) valorização negativa, ou seja, menosprezo por parte do enunciador de E em relação ao que relata: *choramingar, tentar justificar, mentir, desconversar*; (c) valorização positiva, credibilidade ao DR: *aconselhar, diagnosticar, ensinar, ponderar*; (d) polemização, quando se quer provocar uma maior discussão, estimular o embate: *atacar, disparar, alfinetar, gozar, cutucar, discordar*; (e) solidariedade, o relator solicita engajamento à causa exposta: *desabafar, indignar-se, pedir, lembrar...*

É importante que se diga que estes verbos com tais acepções foram observados em um determinado *corpus* de jornais cariocas, e que, em se tratando de uma perspectiva dialógica da linguagem, os sentidos são infinitos, sem uma fonte criadora nem um fim premeditado, ou seja, esta classificação colabora para nos aguçar a encontrar novos efeitos de sentido para os verbos em outras situações. O mais relevante desta análise feita por Gavazzi e

Rodrigues (2003), nos parece, muito mais que a classificação, é a verificação da hipótese de que o redator usa os verbos *dicendi* para, de certa forma, tentar nortear a compreensão do leitor frente ao DR, a serviço da ideologia, ou melhor, dos interesses da empresa midiática.

Essa grande divisão dos verbos *dicendi* conforme o aspecto da informação – descritivo ou avaliativo – já fora tratada, em âmbito discursivo, por Kerbrat-Orecchioni (1980) e retomada por Maingueneau (1996 [1986]). O ponto principal desta proposta é o critério de análise sobre quem profere os juízos de valor. Assim, no grupo dos que exprimem avaliações, estas podem ser atribuídas: a) ao enunciador apresentador, ou b) ao enunciador apresentado. Como exemplo de verbos cujo julgamento é feito pelo apresentador, é dado o verbo *reconhecer*. Já o verbo *lamentar* seria uma consideração do feita pelo enunciador apresentado.

Assim, em *Paulo lamentou que eu estivesse atrasado*, é o enunciador do discurso citado, Paulo, que considera negativamente a subordinada que se segue. Em compensação, em *Paulo reconheceu que João tinha pago*, é o relator que pressupõe a verdade da proposição citada (MAINGUENEAU, 1996 [1986], p. 112).

É-nos válido a adoção de um novo critério ao se analisar a ação do verbo *dicendi* na dinâmica do DR: o da atribuição de responsabilidades, porém devemos definir o modo como adotamos e restringimos alguns aspectos.

Primeiramente, entendemos que em ambos os casos, é o enunciador apresentador quem possui a responsabilidade, pois a seleção do verbo usado durante o relato lhe compete. Preferimos crer que existem, no entanto, verbos em que pode ser possível uma presença do outro – o apresentador – como co-ator no processo enunciativo, mas sem jamais esquecer que a escolha do verbo não é feita por ele. Esta dinâmica da atribuição varia de acordo com o gênero e com o contexto. Maingueneau (1996 [1986]) reconhece tal fato ao lembrar que “em última instância, é o relator que traduz as falas citadas como um *lamento*” (p.112-113).

Outro ponto diz respeito ao exemplo usado. Trata-se de algo meramente ilustrativo apenas para ter noções iniciais, pois, como dissemos, a atribuição depende do contexto, logo uma frase solta não dá conta de um entendimento mais amplo sobre a atribuição do julgamento.

Divisão Geral dos Verbos *Dicendi*:

- 1) Descritivos
- 2) Modalizadores

Subdivisão por tipo da modalização

1) Descritivos: não há

2) Modalizadores:

- a) Epistêmicos
- b) Deônticos
- c) Avaliativos

Subdivisão por critério da indicação de qualidades

1) Descritivos:

- a) Indicadores da cronologia discursiva
- b) Indicadores da realização fônica
- c) Indicadores de um relato (efeito de imparcialidade)
- d) Indicadores de tipologia

2) Modalizadores Avaliativos

- a) Avaliadores com valorização negativa de algum elemento do DR.
- b) Avaliadores com valorização positiva ou com solidariedade a algum elemento do DR
- c) Avaliadores com instigação de polêmica.

Subdivisão por critério da atribuição do julgamento, interpretação ou apreciação.

1) Descritivos: não há

2) Modalizadores

- a) Atribuidores de julgamento/interpretação/apreciação do enunciador apresentado (l) – ou enunciatário (r) – sugeridos pelo enunciador apresentador (L)
- b) Atribuidores de julgamento/interpretação/apreciação do enunciador apresentador (L) sugeridos por si.

Entendamos, então, nossa proposta advinda de articulações que já absolviam outras propostas. Na divisão geral, entendemos que todas convergiam: de um lado os não-modalizadores, tratados como descritivos ou como naturalmente *dicendi*; de outro os modalizadores, também mencionados como apreciativos, avaliativos e potencialmente *dicendi*. Adotamos descritivo, em vez de não-modalizador, por conter o significado daquilo que o verbo faz – e não daquilo que ele não é. Preferimos *modalizador* apenas por uma coerência com o assunto que está sendo tratado, afinal pela melhor abrangência do termo às demais modalizações. Nesta primeira subdivisão, mantivemos a nomenclatura e os conceitos adotados por Nascimento (2005). No critério das funções discursivas, fizemos algumas alterações do que foi proposto por Gavazzi e Rodrigues (2003): a maior delas, parece-nos, foi a inclusão dos verbos com *efeito de imparcialidade* junto dos descritivos, por considerar, que

mesmo que a neutralidade total não exista, verbos como *dizer*, *declarar*, *falar* não assumem, a priori, caráter avaliativo. Além disso, preferimos juntar em um único subtipo a avaliação com valor positivo e a solidariedade, posto que esta também confere positividade ao enunciador relatado (I). No critério de atribuição do julgamento, apenas acrescentamos o que não estava na nomenclatura dada por Kerbrat-Orechioni (1980), mas que já fora comentado aqui anteriormente e por Maingueneau (1996 [1986]): a responsabilidade do enunciador apresentador (L) pela seleção do verbo em qualquer caso.

Dizemos ainda que a inclusão de um verbo em um grupo não exclui, necessariamente, sua participação no outro, pois ele pode conter propriedades descritivas e modalizadoras, dependendo da situação em que for empregado. Vejamos o caso do verbo *gritar*, de acordo com o contexto, o grito pode ser uma postura inadequada, ou, além disso, quem o utiliza é que entendeu a fala do outro como um grito, logo não se trata apenas de descrever a realização fônica, pois pode denegrir ou enaltecer a figura do enunciador apresentado conforme for as situações enunciativas.

2.2.3 Os qualificadores

A categoria dos adjetivos e das expressões qualificadoras nos interessa no tocante ao caráter avaliativo exercido por seu enunciador, ou seja, a subjetividade expressa pelo enunciador apresentador (L) quando ambienta o terreno de apresentação de discurso do outro. Consideraremos apenas, portanto aqueles que forem mais subjetivos, que exercem plenamente função modalizadora, deixando os objetivos apenas como parâmetro comparativo. Assim, as considerações postas anteriormente sobre a modalização (CASTILHO e CASTILHO, 1993; NASCIMENTO, 2005) serão aproveitadas e articuladas com o estudo discursivo proposto por Kerbrat-Orechioni (1980) e comentado por Maingueneau (1996 [1986]), a fim propor nossa consideração para o tratamento dessa categoria de análise na dinâmica do DR.

Em geral, a divisão dos adjetivos sugeridas pelos gramáticos é a seguinte: objetivos e subjetivos (cf. MAINGUENEAU, 1996 [1986]), ou seja, existem aqueles que apenas descrevem o mundo (por exemplo: *Casa redonda*) e os que, além disso, exprimem o julgamento de valor feito pelo enunciador (*Casa bonita*). A partir disso, Kerbrat-Orechioni (1980) propõe alguns desdobramentos na série subjetiva, dada a multiplicidade de modos que a subjetividade pode ser expressa. Passemos a apresentá-los e discuti-los.

Os adjetivos subjetivos podem ser: 1) afetivos ou 2) avaliativos. Os primeiros enunciam tanto a uma propriedade do objeto quanto uma reação emocional do enunciador

sobre tal objeto. Os outros supõem uma avaliação quantitativa e qualitativa do objeto e são ainda divididos em: 1.1) axiológicos e 1.2) não-axiológicos. Em ambos, a avaliação implica em uma dupla norma: interna ao objeto e específica do enunciador. O emprego de um adjetivo não-axiológico

[...] depende da ideia que o enunciador faz da norma de avaliação adequada para uma determinada categoria de objetos. Se eu disser *um livro grosso*, estou dizendo na realidade que esse livro é mais grosso que a norma de grossura de um livro, a partir da ideia que eu tenho disso. (MAINGUENEAU, 1996 [1986], p.135)

Neste caso, tal noção referente à unidade indicada pelo objetivo é posta em um *continuum* em que os não-axiológicos ficam mais longe da subjetividade, pois a ideia é mais consensual. Já os axiológicos tratam de noções muito mais subjetivas, como é o caso de *bom* e *belo*, que são, em geral, percebidos como claramente mais subjetivos que os não-axiológicos, “[...] porque a norma de pequenez de um livro ou do calor atmosférico são o objeto de consenso mais amplo que a do belo, por exemplo, em que o caráter valorativo se destaca de imediato” (MAINGUENEAU, 1996 [1986], p. 135). Assim, percebemos que a classe dos adjetivos afetivos (por exemplo: magnífico, admirável, aterrorizador, detestável) “está em intersecção com a dos *axiológicos*” (MAINGUENEAU 1996 [1986], p. 134), por exprimirem as mesmos aspectos.

Com efeito, esta relação já nos incita a simplificar a proposta para nossa análise. Tal qual Nascimento (2005) realizou com a modalização, façamos com os adjetivos, ou seja, integrar a o caráter afetivo dentro do avaliativo. Assim, eis o nosso quadro para reflexões sobre o funcionamento desta categoria de análise na dinâmica do DR:

Divisão Geral dos adjetivos e expressões qualificadoras

1. Objetivos
2. Modalizadores (subjetivos)

Subdivisão dos modalizadores

- a) Epistêmicos
- b) Deônticos
- c) Avaliativos

Subdivisão dos modalizadores avaliativos

- a) axiológicos
- b) não-axiológicos

Nosso interesse maior está precisamente nos adjetivos modalizadores avaliativos não-axiológicos contidos nos contextos introdutórios das inserções do discurso do outro, podendo enaltecê-lo ou depreciá-lo. No entanto, o uso das demais classes em determinados trechos associado à inclusão desses mais subjetivos podem também trazer-nos reflexões acerca das diferentes relações que o enunciador apresentador (L) dos gêneros notícia e artigo digitais mantém com este ou aquele discurso traduzido em seu ato enunciativo (E).

CAPÍTULO III – O JORNALISMO DIGITAL

Vejamos agora as características e o funcionamento dialógico dos gêneros com os quais trabalharemos, mas, antes, façamos uma rápida passagem pela construção da internet.

A grande rede de computadores evoluiu e se modificou bastante até chegar ao formato atual, bem como ainda está em processo, mas já tem nos portais, como veremos, um certo padrão de como atrair os usuários.

3.1 UM BREVE – E RECENTE – HISTÓRICO DA INTERNET

A internet foi concebida em 1969, em plena Guerra Fria, com o intuito de ser uma rede de informação entre bases militares. Quem a desenvolveu foi o *Advanced Research Projects Agency* (Arpa – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), uma organização do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Assim, a Arpanet “servia para garantir comunicação emergencial caso os Estados Unidos fossem atacados por outro país – principalmente a União Soviética” (FERRARI, 2004, p.15).

A comunicação científica foi o segundo setor a usar a rede: após 1975, quando o controle da Arpanet passou para a Agência de Comunicações e Defesa, embora o foco fosse o serviço de informação militar, o tráfego de dados já crescera bastante, logo vários pesquisadores universitários com trabalhos na área de segurança e defesa já se comunicavam via internet. Assim, novas redes surgiram, como a Bitnet (Because It's Time Network) e CSNET (Computer Science Network – Rede de Ciência da Computação), as quais ofereciam o acesso para a troca de informações entre universidades e institutos de pesquisa. Em 1986, a National Science Foundation (NSF – Fundação Nacional de Ciência), desenvolveu uma rede que conectava todos os pesquisadores dos Estados Unidos: a NSFNET. Sua expansão foi rápida e vultosa, tanto que, por volta de 1990, já havia mais de oitenta países interligados.

Com efeito, até então, havia uma vasta rede, em que pesquisadores se conectavam através de computadores dos laboratórios das universidades: era ainda algo incipiente, quando comparado à internet atual: a troca de *e-mails* era a base de tudo. Enquanto esta rede se difundia, de outro lado, um grupo com menos recursos desenvolvia a World Wide Web (WWW – Rede de Abrangência Mundial), que é “baseada em hipertextos e sistemas de recursos para a Internet. Em 1980, Tim Berners Lee [...] escreveu o Enquire, programa que organizava informações, inclusive as que continham links” (FERRARI, 2004, p. 16). Assim, em 1990, Lee lançou a WWW; em 1991, Robert Cailliau o ajudou bastante ao apresentar o

sistema de hipertexto CERN e o *browser*¹ Samba. Para se ter uma ideia de como a internet cresceu com o surgimento da WWW, em 1996, existiam 56 milhões de usuários no mundo, e o número de mensagens eletrônicas – *e-mails* – já era, nos Estados Unidos, superior ao das cartas convencionais: 95 contra 83 bilhões, segundo o Computer Industry Almanac (*apud* FERRARI, 2004, p. 17).

O ambiente gráfico ainda era simplório, com poucas cores, além de poucos *links*, conseqüentemente, poucos serviços. Assim, os sítios de busca começaram a tentativa de aprimoramento, recorrendo às universidades para melhorar as suas interfaces. Com efeito, tentou-se preencher um sítio com elementos atrativos, a fim de que fosse a porta de entrada, ou seja, o portal, dos usuários. Vários recursos, então, foram incorporados, a fim de não mais encaminhar o usuário pela rede afora, entre os quais, as salas de bate-papo – *chats*, notícias, conta eletrônica ... Hoje os portais constituem a grande concentração de internautas, disponibilizando e-mail gratuito, informação, entretenimento, ferramenta de busca etc.

O Brasil, assim como vários países, não viveu o período da Arpanet, seus usuários assíduos já se depararam com a WWW, e, diferentemente dos Estados Unidos – onde os portais surgiram a partir do desenvolvimento dos sítios de busca – teve como propulsor dos sítios de conteúdo as grandes empresas jornalísticas.

Em 31.05.1995, foi publicada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a portaria nº148 (BRASIL, 1995), que possibilitou o uso da rede pública de telecomunicações para acesso à internet.

O primeiro sítio jornalístico brasileiro é de 1995, do *Jornal do Brasil*, seguido pelo jornal *O Globo* e pela Agência Estado. De acordo com Ferrari (2004, p. 25), os grupos familiares que controlam a imprensa brasileira detêm a liderança dos principais portais, são eles: as Organizações Globo (Rede Globo de Televisão, jornal *O Globo*, rádio Globo, revista *Época*, portal *globo.com*, sítios: *globoesporte.com* e *g1.com*), grupo Folha (jornal *Folha de S. Paulo*, jornal *Valor Econômico*, sítio *uol.com.br*), Editora Abril (revistas *Veja*, *Contigo!*, *Exame*, Guia 4 Rodas) e grupo Estado (Agência Estado, jornal *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, Rádio Eldorado). Os outros portais brasileiros de muitos acessos possuem investimentos estrangeiros, caso do iG, ou são versões abasileiradas de sítios eletrônicos internacionais, como o Google, o Yahoo, o Terra e o MSN.

¹ Navegador. Programa utilizado para visualizar páginas Web. Internet Explorer, Netscape e Mozilla Firefox são alguns exmplos de navegadores (FERRARI, 2004, p. 96).

De acordo com Ferrari (2004, p. 30), um sítio precisa reunir algumas características, ou seja, serviços, para ser classificado como portal. Além disso, não precisa aderir a tal modelo para ser um grande sítio: por exemplo, o jornal *The New York Times* e a rede *CNN*, até o momento, não o fizeram. Como constituem a porta de entrada do usuário,

[...] os portais tentam atrair e manter a atenção do internauta ao apresentar, na página inicial, chamadas para conteúdos díspares de várias áreas e de várias origens. A solução ajuda a formar “comunidades” de leitores digitais, reunidas em torno de um determinado tema e interessadas no detalhamento da categoria de conteúdo em questão e seus respectivos *hyperlinks*², que surgem em novas janelas do *browser* (FERRARI, 2004, p. 30)

Embora o conteúdo jornalístico seja o destaque nas primeiras páginas – *homes*, os portais precisam contar com algumas sessões, entre as quais, as mais comuns são: ferramenta de busca na rede; comunidades; comércio eletrônico; e-mail gratuito; entretenimento e esportes; notícias; previsão do tempo; *chats* – salas de bate-papo divididas por assunto; discos virtuais, ou seja, espaços para salvar arquivos em uma pasta *on-line*; *home pages* pessoais; jogos *on-line*; mapas; cotações financeiras; canais; mapa do sítio e personalização. Não é pretensão nossa descrever a peculiaridade de cada item, tampouco quantificar o necessário para se instituir como um portal, mas sim observar para efeito de denominação dos sítios que fazem parte da nossa análise.

Além dos portais comuns – também chamados de horizontais, existem os portais verticais, que, segundo Ferrari (2004, p.35), nasceram em 1999 e apresentam uma maior segmentação do conteúdo. Assim, o internauta encontra um serviço mais personalizado, de acordo com seus interesses. Esses sítios podem estar vinculados a um portal horizontal, que abrange uma série de outros, como é o caso de *globo.com*, que possui as seccionais: *g1.com*, para notícias; *globoesporte.com*, apenas para esportes, entre outros; ou podem constituir por si só um portal vertical de um determinado assunto, como é o caso do *WSCOM* e do *CLICKPB*, cujo enfoque principal é noticiário do Estado da Paraíba.

3.2. CONCEPÇÃO DE JORNALISMO DIGITAL

Existe uma diferença no processo de produção de textos jornalísticos para internet: alguns são transpostos de outras mídias – em geral, a impressa – e adaptados para a Web;

² Elemento básico de hipertexto, um *hiperlink* oferece um método de passar de um ponto do documento para outro ponto no mesmo documento ou em outro documento.

outros são divulgados originariamente na rede. Segundo Ferrari (2004, p. 40-41), as adaptações constituem o jornalismo *on-line*, enquanto que os originários da internet formam o jornalismo digital.

Enquanto o trabalho do jornalismo *on-line* é apenas de transporte, o jornalismo digital requer – além da produção de notícias, reportagens e artigos – esforços concentrados em outras sessões bastante comuns à internet. É preciso pensar em uma enquete – pesquisa de opinião – que suscite participação efetiva do leitor internauta, no tema do *chat*, nos vídeos e áudios que complementam os conteúdos de leitura, em outros assuntos e serviços que, de certo modo, estejam conectados com as reportagens. Além disso, trata-se, diferentemente dos impressos e de suas versões *on-line*, de jornais que nunca possuem edições encerradas: não há um exemplar de hoje, de ontem ou de amanhã: a manchete principal da *home* é a do momento, pode haver duas, três, quatro ... dez ou mais por dia. As retificações não necessariamente precisam de um nota de *errata*, para o usuário, alterações surgem a um toque no F5 – botão do teclado convencional o qual serve para atualizar as páginas.

O internauta, diferentemente do leitor de impressos, não se depara com um conteúdo em que pode identificar facilmente começo, meio e fim, pois, rapidamente os textos são atualizados, e o formato anterior, substituído. A fidelidade do usuário é bem menor tanto com a notícia em questão quanto com o próprio sítio: com um clique, tudo se esvai.

O texto elástico (*stretch text*), aquele que se expande e se contrai conforme as solicitações do leitor, faz com que o internauta assuma o comando das ações, trocando filmes, vídeos, diálogos, textos, imagens como se estivesse em uma grande biblioteca digital. (FERRARI, 2004, p. 43)

Além disso, é válido lembrar que o internauta pode estar com vários outros arquivos abertos – documentos, planilhas etc. – ou mesmo outras abas do navegador, visitando outros sítios pela rede, logo, ao mínimo desinteresse que o texto comece a passar, o usuário rapidamente pode mudar sua ação.

Por um outro lado, quando se trata de portais verticais, infere-se também que aqueles que acessam tais sítios são interessados no determinado conteúdo de que trata o portal. Assim, em caso de portais noticiosos, por exemplo, não basta informar tal qual os jornais comuns, mas tem de se aprofundar nos temas, lancar matérias correlatas, relembrar fatos, contar detalhes, usar o texto elástico. Enfim, o interlocutor não é o público comum, mas sim aquele que quer mais que simples notícias.

Tal como a internet, a linguagem própria do jornalismo digital ainda está em construção. Dube (*apud* FERRARI, 2004, p. 48-49) – editor e *publisher* do Instituto Americano de Imprensa – comenta que a melhor forma de se contar uma história na Web é através da exploração de recursos que ela oferece, ou seja, além do texto, pode-se usar áudio, gráficos, vídeo, links etc. Assim, se os repórteres de mídias impressas privilegiam a informação, e os de TV buscam cenas marcantes, os digitais precisam buscar elementos diferentes e formas de como eles podem combinar-se.

3.3 LINGUAGEM E GÊNEROS DO JORNALISMO DIGITAL

Vamos inicialmente elencar algumas características da linguagem jornalística tradicional, para depois mostrarmos o que se aproveitou no jornalismo digital, conforme seus estudiosos. Iniciaremos por algo que gera muitas controvérsias: a imparcialidade.

A exatidão e a objetividade informativas no meio jornalístico já não são mais consideradas como plenamente alcançáveis. O Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (2001) já fala sobre isso, dizendo que se trata de uma evolução, mas ainda considera que o jornalista, ao informar um fato, deve buscar tais características.

A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é consequência da evolução que estamos procurando identificar. Trata-se, porém, de política a ser administrada com parcimônia e cautela, seja para que não se perca a base objetiva de informação, seja para que o leitor não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 15 *apud* SCADELAI, 2003, p. 49).

Com efeito, admitir que o texto seja mais flexível e aberto a análises não é o mesmo que considerar que a objetividade não existe (cf. SCADELAI, 2003). O Manual da *Folha de S. Paulo* (2001) fala em uma *objetividade possível*, ressaltando que o jornalista toma decisões de cunho subjetivo, mas com a obrigação de ser o mais objetivo possível. Assim, por mais que se fale em nesta evolução e abertura analítica, permanecem neste manual alguns resquícios da crença da objetividade. Em sua análise, Scadelai (2003) diz que se prega um novo discurso que é traído várias vezes, ao longo das definições que o manual sugere.

Devemos, porém, considerar que a concepção de linguagem presente não apenas no Manual da *Folha de S. Paulo* (2001), como no do jornal *O Estado de S. Paulo* (MARTINS

FILHO, 1996) e – pressupomos – nos diversos *manuals da redação* não é a dialógica. Em estudo sobre isso, Maciel (2001) concluiu que há uma noção de sujeito como fonte e origem dos sentidos, além de um entendimento de língua que funciona independentemente dos aspectos sócio-históricos.

Acontece ainda que, mesmo que sejam seguidas, as regras dos manuais não são capazes de evitar *fissuras* na pretensa objetividade, entre as quais Maciel (2001) destaca: a ordem de apresentação das informações, a apresentação das informações, a apresentação verbo-visual da notícia, a modalização do discurso citado, a estruturação da notícia calcada nas falas de outrem. Assim, percebemos que, no sujeito jornalista, principalmente o redator de notícias, há um exemplo nítido da ilusão de centro – necessária – à qual se refere Authier-Revuz (2004) na sua releitura da psicanálise: ele se considera capaz de apagar a subjetividade.

Entendemos que acima das noções de objetividade e imparcialidade – possíveis ou não – estão duas características também almeçadas pelos veículos de comunicação e presentes nos verbetes do Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (2001): o apartidarismo e o pluralismo, que são definidos como princípios editoriais. Vejamos o que se diz acerca do primeiro:

Apartidarismo: [...] o jornal não se atrela a grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura adotar posição clara em toda questão controversa. Mesmo quando defende tese, ideia ou atitude, a *Folha* não deixa de noticiar e publicar posições divergentes das suas (p. 36 [grifos no original]).

Primeiramente, entendemos esta definição como um alinhamento à objetividade possível ao dizer que o jornal não se atrela a tendência ideológica alguma. No entanto, deixa-se claro que se busca tomar posições em assuntos controversos. Para entendermos melhor tal conceito, vamos ao outro:

Pluralismo: [...] Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da *Folha* deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal (p. 47 [grifos no original]).

Representar todas as tendências ideológicas é uma missão que consideramos difícil, talvez isso seja possível dentro de uma concepção de linguagem não dialógica, que não é a considerada pelos manuais. Assim, entendemos tais conceitos como a estipulação do direito de voz ao outro, ao contraditório. Esta consideração do discurso alheio não significa que os

espaços destinados aos diversos posicionamentos discursivos sejam homogêneos nem que todos estarão contemplados, mas que se deve apresentar alguns deles, principalmente, os mais conhecidos pela sociedade. Ou seja, existem dois grandes grupos políticos em uma comunidade, a notícia em um jornal ou portal da imprensa livre deveria – de acordo com nossa leitura crítica dos verbetes do Manual da *Folha de S. Paulo* – mostrar as versões, os entendimentos, as análises de ambos os lados, podendo aumentar ou diminuir o volume deste ou daquele conjunto de vozes.

3.3.1 Notícia

Comparando o texto jornalístico com o literário, Lage (2004, p.35) ressalta que, enquanto este pode ocupar-se com o aspecto estético, aquele pressuõe algumas restrições às formas da língua, pois prima por uma certa redução na quantidade de itens lexicais, tendo, portanto, uma ênfase completa no conteúdo, ou seja, na informação. Visando à objetividade³ e à clareza informativas, a linguagem jornalística tenta conciliar as variedades formais e informais da língua, aproveitando a eficiência da comunicação destas e a maior aceitação social de prestígio daquelas.

A busca pela impessoalidade deve ser sempre incessante, já que “a comunicação jornalística é, por definição, referencial” (LAGE, 2004, p. 39), logo o uso da 3ª pessoa é algo quase obrigatório, com raríssimas exceções. Além disso, adjetivos e demais aferições que explicitamente marquem a subjetividade devem ser evitados. Assim, por exemplo, em vez de informar que o terreno é imenso, a notícia deveria mostrar em números precisos o tamanho do espaço em metros quadrados; classificar um comerciante de rico é menos adequado que listar seus bens, enfim é melhor substituir as expressões subjetivas por dados, a fim de que o leitor proceda à sua avaliação. Com efeito, deve-se tomar cuidado com eufemismos e metáforas cotidianas, sendo as denominações preferíveis as mais concretas possíveis.

Lage (2004, p.41) atenta que os dados, principalmente os números, possuem alta confiabilidade, mas podem ser usados para argumentações falaciosas como, entre outros casos que elenca: o estabelecimento de falsos padrões de aferição; o emprego de unidades fora da escala do objeto aferido, para impressionar com grandes números; a alteração do mecanismo de coleta ou processamento dos dados, entre outros.

³ A objetividade aqui comentada não se trata do relato imparcial de uma suposta verdade, mas sim da informação concisa e do contraponto à subjetividade. Além disso, ela é um parâmetro, mas não regra da linguagem jornalística, e as exceções são comuns, conforme já explicado anteriormente.

Para se elaborar uma notícia concisa e completa, os estudiosos do jornalismo propuseram uma fórmula básica para iniciar os textos. Trata-se do *lead* – há quem já escreva de modo aporuguesado: lide, um “relato do fato mais importante de uma notícia” (LAGE, 2004, p.72). Para se iniciar tal relato, devem constar sinteticamente as respostas às questões fundamentais: o quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

De acordo com o manual de *O Estado de S. Paulo* (MARTINS FILHO, 1996, p.154), tais informações devem ser noticiadas em cerca de duas ou três frases; uma ou outra resposta pode estar em um *sublead*, caso as demais exijam uma maior ocupação do espaço, que, ainda de acordo com Martins Filho (1996, p.154), deve ter

[...]no máximo 4 ou 5 linhas de 70 toques. Nada impede, porém, que ocupe uma ou duas linhas, apenas, em casos excepcionais ou quando se tratar de informações de impacto. Mais que nas demais partes do texto, o lead deve ser objetivo, completo, simples e, de preferência, redigido na ordem direta.

As características de estilo comuns aos textos jornalísticos tornam-se ainda mais necessárias e enfáticas no *lead*. Deve haver muita objetividade e evitar as informações burocráticas, ou seja, aquelas em que a essência do fato deixa de ser informada. Outro detalhe que Martins Filho (1996, p.155) observa é que não se deve focar as repercussões e suítes, antes, a notícia deve ser aberta com o fato mais importante. Assim, por exemplo, se a denúncia veiculada no programa de tevê dominical serviu para a Polícia Federal prender uma quadrilha de funcionários de Tribunais de Justiça no Norte do país, o que deve ter preferência na redação é o fato da prisão, e não a ajuda do programa televisivo.

Outra falha apontada no manual é a omissão, ou seja, a falta de informações, quando se pressupõe em uma notícia que o leitor já saiba o que acontecera. Além disso, o ponto de vista, a interpretação do redator, só deve ser redigida em exceções raras: “quando a matéria realmente o justifique, uma abertura pode deixar de lado os princípios da isenção e objetividade e admitir algum grau de interpretação” (MARTINS FILHO, 1996, p. 155). Como as longas intercalações – para as devidas explicações – devem ser evitadas, é mais comum, tanto no texto quanto – mais ainda – no *lead* os períodos curtos e bem concatenados.

No jornalismo tradicional, o *lead* é pouco concessivo a neologismos e formas muito criativas, mas – talvez paradoxalmente, para ser chamativo, pode fugir dos lugares-comuns.

Moirand (1999) diz que o texto de informação, caso da notícia, visa a fazer saber, logo é do tipo textual narrativo, com verbos no passado e em terceira pessoa, procura

responder questões como as básicas que compõem o *lead*. “É característica desse gênero, a busca de objetividade, razão pela qual o dialogismo é mostrado por meios linguísticos e tipográficos” (*apud* CUNHA, 2007 [2002], p. 170). Trata-se de recortes de falas alheias que servem para marcar uma posição discursiva ou para credibilizar mais ainda uma informação.

Já na linguagem jornalística digital, conforme Ferrari (2004, p. 49), a notícia poderá ser um pouco menos convencional, mas, nem por isso, deixará de lado certos conceitos do jornalismo tradicional.

Acerca do texto, considerando os aspectos levantados por Bakhtin (2003 [1979], p.262) para constituir um gênero do discurso, dizemos que o estilo do jornalismo digital deve estar em algum ponto que flutue entre o jornalismo impresso e o eletrônico, pois

[...] é mais conciso e multimídia do que o texto impresso, porém mais literal e detalhado do que o de TV, por exemplo. [...] A Web não é sisuda, ela tem humor. O público *on-line* é mais receptivo para estilos não convencionais, já que o leitor não tem tanto compromisso ao navegar [...] (FERRARI, 2004, p. 49).

Com efeito, um vocabulário informal é mais permitido na internet que em jornais impressos, e as formas diretas são ainda mais bem-vindas. Quanto à construção composicional do gênero, um conceito do jornalismo tradicional é aproveitado e ainda é mais enfatizado quando se trata de internet: o *lead*. Aliás, um texto jornalístico digital não deve ir muito além de *lead*, os detalhes estarão em matérias correlatas ou em desdobramentos do texto elástico, de modo que o conteúdo principal seja informado com o máximo de concisão, deixando para os mais interessados opções com mais minúcias. Já em relação ao conteúdo temático, os fatos de maior repercussão da comunidade constituem sempre uma notícia ou uma reportagem digital, sem muitas diferenças do jornalismo convencional, a não ser pelo grau de detalhamento ou de concisão acerca do fato, dependendo do texto, se é o de entrada para o assunto ou se é o correlato.

3.3.2 O colunismo político

O processo de redemocratização pelo qual passou o Brasil na década de 1980 modificou também o modo de o público-leitor receber as notícias: não basta a pura informação, são necessárias a crítica e a análise do que é informado (cf. CRUVINEL, 2006). No jornalismo político, principalmente, o espaço para a opinião aumentou bastante após 1985, de modo que esse tipo de linguagem encontrou nas colunas um lugar propício para o pleno

desenvolvimento. Com efeito, elas possuem, no ambiente gráfico do jornal impresso, um certo destaque tanto na localização quanto na tipologia⁴ utilizada. Geralmente, é assinada por especialista no tema, na maioria das vezes, pessoa renomada, com quem, aparentemente, a sociedade possui um acordo não formal, “da qual recebe uma delegação tácita para que lhe garanta o acesso à informação” (CRUVINEL, 2006, p. 218).

De acordo com a jornalista e colunista política Cruvinel (2006), o colunismo político só se consolidou como gênero a partir da década de 1990: antes, no período da censura à imprensa, Carlos Castelo Branco se destacava no *Correio da Manhã*, fazendo da “arte de evitar ou driblar a censura a seu próprio estilo” (CRUVINEL, 2006, p. 214). Acerca disso: questionamo-os, então: já não seria colunismo essa *arte de driblar a censura*, já que se tratava de um jornalismo de opinião? Como tal discussão não nos compete, prossigamos com a descrição atual do colunismo, que evoluiu e também chegou ao ambiente digital, tendo ainda um irmão ou sócia que muito confunde a opinião pública bem como pesquisadores do assunto: os *blogs*, de que trataremos mais adiante.

As colunas, em geral, possuem a característica, em sua estrutura composicional, de ter um texto principal, o artigo, além de, muitas vezes, outras notas, em que se informa e se comenta rapidamente fatos complementares. Elas constituem um complemento do que é notícia no veículo, com o acréscimo da análise do fato. Com efeito, se elaborássemos um *continuum* da pessoalidade à impessoalidade, diríamos que, enquanto a redação da notícia se aproxima do caráter pessoal, a da coluna se distancia, de modo que o tom de cumplicidade com o leitor é maior. Assim, a opinião e a interpretação analítica constituem o estilo colunista. O aspecto temático é o mesmo da notícia – certas vezes é a própria.

De acordo com Cunha (2007 [2002]), o texto de comentário, como é o artigo de coluna, visa a fazer valer uma convicção. Nele, expõe-se um ponto de vista, logo há o uso de dêiticos, e o presente do indicativo é o tempo de base. Construído de outros discursos sobre fatos comentados e antecipações às objeções do co-enunciador (leitor), com o intuito de fazer valer um ponto de vista e de criticar outros. Trata-se de um texto argumentativo, e o dialogismo raramente é mostrado.

Por se tratar de opinião, o colunismo está sujeito a ser confundido com a opinião privada, ou até ser usado por ela como meio de divulgação. Cruvinel (2006) diferencia a imprensa livre da imprensa partidária: enquanto esta é restrita, ou seja, está a serviço de determinados partidos e surgiu em meio a difusão dos meios de imprensa, em que diversas

⁴ Termo da produção gráfica, refere-se ao formato e tamanho da fonte do caractere impresso. Por exemplo, no corpo do texto de dissertações de mestrado, a tipologia é: fonte Times New Roman; tamanho 12.

instituições podem ter um sítio eletrônico, um impresso, um programa de rádio ou o quer que seja, aquela outra é a que, mesmo sendo vinculada a empresas privadas, prestam um serviço de informação pública. A imprensa livre não significa neutra ou independente de interesses, mas pelo menos se afasta do proselitismo de jornais cujas editorias eram reconhecidas como udenistas, progressistas, getulistas, lacerdistas e tantos *istas* que havia (cf. CRUVINEL, 2006) e que ainda há no jornalismo contemporâneo. Assim, o teor do discurso presente na coluna está, sim, mergulhado nas circunstâncias sociais: o interesse da empresa e a subjetividade política do jornalista, mas busca análise dos fatos e uma certa aproximação da opinião pública.

A fim de diferenciar a boa análise política de imprensa livre da mera e subjetiva interpretação privada, Cruvinel (2006, p.228) diz que aquela

[...] deve ser antes de tudo compreensível. Além disso, deve buscar a verdade dos fatos como base da avaliação e identificar o mais objetivamente possível as variáveis envolvidas. Fora destes parâmetros de honestidade profissional, qualquer fato político pode se prestar às mais diversas interpretações. Poderá resvalar do jornalismo para o doutrinário.

A fuga desses parâmetros constituiria a publicação de uma opinião privada, fato que Cruvinel (2006) qualifica de antiético. Quando isso acontece, significa que um indivíduo tenta persuadir a sua interpretação e opinião privada à opinião pública.

Questionamos, então, como identificar se uma coluna pratica o jornalismo de opinião ou divulga uma opinião privada? De acordo com transcrição acima, a falta de identificação das “variáveis envolvidas” seria um fator que transgride a análise política, ou seja, a falta do contraditório, a omissão ou manipulação de dados, o silenciamento de vozes – e a conseqüente amplificação de outras, o desvio do cerne de certos discursos, entre outros fatores, tudo isso caracterizaria a divulgação da opinião privada.

3.3.2.1 Os blogs

Após o surgimento e as transformações do hipertexto, dos portais e seus serviços, um certo tipo de página pessoal tomou a dianteira para “ditar um novo estilo de escrita e expressão linguística” (FERRARI, 2004, p. 114). São os *blogs*, diários on-line, criados em 1999, que ganharam adeptos em todo o mundo, de modo que de um serviço oferecido por um determinado sítio, a fim de que as pessoas hospedassem suas páginas pessoais, eles se

configuraram como uma nova seção dos sítios que abrigam notícias, aproximando-se e, por vezes, confundindo-se com os artigos de coluna.

Os *blogs* aumentam ainda mais a confusão entre opinião privada e jornalismo de opinião. Em meio à rede, sua hospedagem pode ser mantida tanto por uma pessoa como por uma empresa. Existem alguns que são bastante pessoais e facilmente percebidos como tais: seria o caso, por exemplo, do diário de uma garota de 16 anos de idade, no qual ela narra os fatos do fim de semana e o resumo dos acontecimentos dos intervalos nas escola, ou as análises de um torcedor sobre os jogos de seu time de futebol, o desempenho dos jogadores, o trabalho da diretoria, os novos craques das divisões de base etc.

Os *blogs* são comuns nos portais verticais noticiosos: pode-se abrir um espaço para um jornalista – ou personalidade notável em determinado tema – publicar textos. Alguns o fazem buscando manter o aspecto original deste gênero, em que se deixa claro que o autor foi quem postou o texto, e até o ambiente gráfico visa a uma aclimação pessoal; outros preferem um estilo padronizado, buscando a identificação tanto com o veículo quanto com o gênero coluna, dando ao autor – blogueiro ou colunista – maior credibilidade, afinal não se trata de uma página mantida pessoalmente, mas sim de uma parte integrante do sítio da empresa de comunicação.

Como principal referência atual na expressão digital, o *blog* – principalmente sua versão jornalística – é um gênero em intensa transformação, que, muitas vezes,

[...] se apropria de todo o material que foi checado, escrito ou editado, produzido e veiculado, pelo conjunto dos meios de comunicação [...]. E a partir dele, produz o que não passa de opinião privada publicada, não raro distorcendo os fatos.[...] Podem afagar a opinião pública quando ela está com os nervos sensíveis, mas podem vir também a representar [...] uma ameaça ao direito coletivo à boa informação. (CRUVINEL, 2006, p.232)

Com efeito, existem *blogs* dentro de páginas de veículos de comunicação ou de sítios de notícias os quais são feitos com profissionalismo e se enquadram nos padrões de jornalismo de opinião apresentados (cf. CRUVINEL, 2006), há também aqueles meramente pessoais e sem compromisso profissional – como o do exemplo da garota e do torcedor, mas existem os que se inserem no ambiente jornalístico, mantendo ainda as características da opinião privada.

3.4 PORTAIS ANALISADOS

Passemos, então, a apresentar, sucintamente, os portais noticiosos com cujos textos trabalharemos mais adiante.

3.4.1 Portal CLICKPB

O sítio www.clickpb.com.br surgiu, de acordo com o próprio, como resultado de um projeto acadêmico e está na rede desde o final de 2005.

Configura-se como um portal vertical de notícias, pois seus serviços são restritos à informação: notícias, matérias, *blogs* com aspecto de colunas jornalísticas, informes culturais, enquete, busca apenas interna, ou seja, um arquivo de textos do próprio sítio e não de páginas da rede, além da interface com as fotografias do bobflash.com.br e da seção CLICKTV com vídeos de algumas reportagens. Oferece ainda um serviço de envio de matérias via endereço eletrônico para aqueles que fizerem o cadastro, que é gratuito.

Seu enfoque é, principalmente, a sociedade paraibana, mas possui noticiário nacional e internacional. Segundo informações contidas no sítio, seu número de acessos diários, em menos de um ano de criação, aumentou em 450%.

Figura 3 – Home (página inicial) do CLICKPB



(Fonte: disponível em <http://www.clickpb.com.br>, último acesso em 13 set. 2008)

Os textos de comentário que analisaremos são veiculados no *blog* do jornalista Luís Tôrres, porém consideramos que não se trata da escrita pessoal, característica do gênero, mas sim da opinião do comentarista político do referido sítio jornalístico o qual é (pelo menos

até o término de 2008), de acordo com informações contidas no CLICKPB, editor do portal. Assim, compreendemos que o discurso do colunista está de acordo com o da instituição.

Figura 4 – Blog de Luís, Torres, CLICKPB

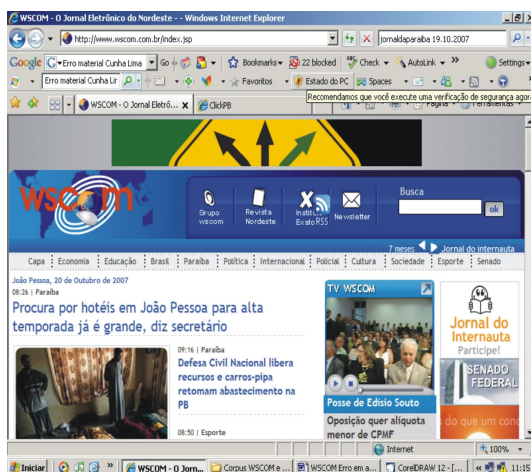


(Fonte: disponível em: <http://www.clickpb.com.br/blogger.php?id=28&artigo=20071015115409>, último acesso em 10 mar. 2008)

3.4.2 Portal WSCOM

O portal WSCOM *on-line* faz parte do Grupo WSCOM Mídia & Artes, o qual ainda conta com a WSCOM assessoria de comunicação, revista impressa *Nordeste* e o Instituto Exato – Pesquisa e Estatística Ltda. Tal qual o grupo, o sítio foi criado em março de 2001; segundo consta no próprio www.wscom.com.br, possui cerca de 35.000 acessos diários. Seu enfoque é o *Nordeste*, mais precisamente a Paraíba, pois é a sede do mesmo. No entanto, há correspondentes espalhados em vários estados e no exterior.

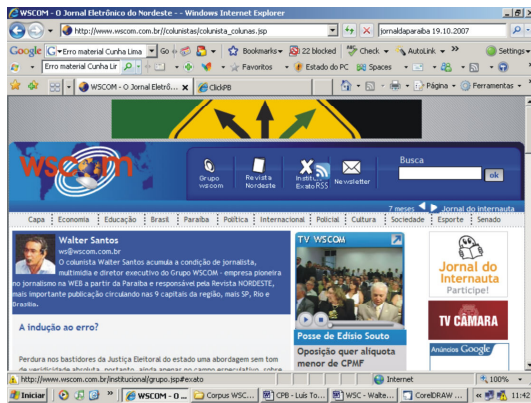
Figura 5 – Capa (página inicial) do WSCOM *on-line*



(Fonte: disponível em: <http://www.wscom.com.br>, último acesso em 20 out.2007)

Tal qual o CLICKPB, é um portal vertical de notícias, possuindo todas as características do concorrente. Os textos de opinião analisados fazem parte da coluna do jornalista Walter Santos, que é comentarista político, editor e diretor (pelo menos, até o final de 2008), não só do portal, mas do grupo WSCOM, conforme informações colhidas no sítio. Consideramos, portanto, que a opinião expressa na coluna corrobora com o discurso da instituição.

Figura 6– Coluna de Walter Santos, WSCOM *on-line*



(Fonte: disponível em: http://www.wscom.com.br/colunistas/colunista_colunas.jsp, último acesso em 10 mar. 2008)

CAPÍTULO IV – O DISCURSO DO *OUTRO* NOS PORTAIS WSCOM E CLICKPB

Debruçar-nos-emos agora sobre textos divulgados nos portais WSCOM e CLICKPB, a fim de analisar a dinâmica do processo de apresentação do discurso do outro em gêneros jornalísticos digitais – mais precisamente a notícia e o artigo. Antes disso, mostraremos os critérios metodológicos para constituição e discussão do corpus.

4.1 METODOLOGIA, COLETA E SELEÇÃO DO *CORPUS*

O processo de constituição do *corpus* ocorreu através da coleta material, nos sítios www.wskom.com.br e www.clickpb.com.br, seguida pelo salvamento em discos rígidos e mídias digitais. Já a seleção aconteceu por uma triagem, em que adotamos o critério da divisão dos processos jurídico-eleitorais, o da diferença entre os gêneros e o da distinção dos portais. Assim, houve, contra o Governador da Paraíba – re-empossado em 2007 – quatro processos no TRE-PB (Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba), entre janeiro de 2007 e julho de 2008, mas apenas dois tiveram julgamentos iniciados em sessões plenárias da corte regional até tal data. Os gêneros são dois: a notícia e o artigo de coluna, chamada em um dos portais de *blog*. Achamos essencial que houvesse, para cada fase, pelo menos, um exemplo de cada gênero em cada sítio.

Os textos foram selecionados nas páginas dos jornais eletrônicos em análise. Todos se referem aos julgamentos ocorridos de 30.07.2007 – quando a corte decidiu pela cassação do Governador da Paraíba, pela primeira vez – a 10.12.2007 – data de divulgação do último texto referente à segunda cassação do mesmo Governador pela corte local⁵. A coleta das notícias foi mais vasta, pois o desenrolar dos fatos pela internet tinha uma ampla cobertura e rápida atualização, entretanto muitos textos repetiam os anteriores com alguns ajustes de ortografia ou de pontuação, ou então apenas imitando, por captação, o texto anterior, com maior revisão gramatical. Por causa disso, inclusive, é que há uma certa discrepância entre os dois jornais na quantidade coletada. Assim, foram 20 (vinte) notícias do WSCOM e 13 (treze) do CLICKPB. Em relação aos artigos, coletamos aqueles assinados pelo

⁵ É válido salientar que, ainda em 2007, os advogados do Governador se valeram do direito de recorrer ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para manter o estadista no cargo enquanto a alta corte eleitoral do Brasil não julgasse liminares referentes à decisão do TRE. O TSE iniciou o julgamento em novembro de 2008, mas, conforme nosso projeto, colheríamos notícias e artigos veiculados até julho do mesmo ano, razão pela qual o último texto é de dezembro do ano anterior, já que, no primeiro semestre de 2008, nem o TRE iniciou o julgamento do terceiro processo nem o TSE pronunciou-se sobre os méritos das decisões do tribunal local referentes aos dois primeiros processos.

articulista da sessão política em cada um dos jornais: neste caso, foram 6 (seis) do jornalista Luís Tôres, do CLICKPB, e 5 (cinco) do jornalista Walter Santos, do WSCOM.

A seleção para análise priorizou duas importantes etapas no decorrer dos fatos, as quais serviram para a divisão em grupos de textos referentes ao mesmo tema, para análise. São elas: 1) a primeira cassação, fato difundido na imprensa como “Caso FAC”; 2) o julgamento de embargos e a detecção de erros existentes no primeiro julgamento.

4.2 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Conforme já mencionado, dividimos, em nossa análise, os textos em dois grupos, de acordo com a temática em questão, a qual varia com o andamento dos processos de cassação do Governador, de modo que, em cada um deles, existem sempre, no mínimo, quatro textos. Tal quantidade foi escolhida a fim de contemplar os dois gêneros recolhidos: notícias (que abreviaremos por N) e artigos de colunistas (abreviadamente, C), bem como os sítios em análise: WSCOM, que representaremos pelo número 1, e o CLICKPB, cujo número de representação será 2. Assim, cada jornal eletrônico foi analisado em dois gêneros em cada grupo, de modo que, nos dois grupos, haverá os textos: N1, C1, N2, C2, que são, respectivamente: notícia do WSCOM, artigo de colunista do WSCOM, notícia do CLICKPB e artigo de colunista do CLICKPB. Além disso, poderá haver outros textos que mantenham conexão com algum daqueles: são os que foram divulgados poucos minutos depois durante a cobertura ao vivo dos acontecimentos ou artigos que publicados ainda na mesma semana os quais falam de temas afins. Neste caso, representaremos por N1’, C1’, N2’ ou C2’, de acordo com a necessidade.

Na análise dos grupos temáticos, após a apresentação dos textos, o primeiro passo é a contextualização do fato que é noticiado e comentado. O segundo passo é o apontamento e a reflexão texto a texto dos seguintes categorias de análises: estratégias discursivas operadas pelos enunciadores; dinâmica das formas marcadas e não-marcadas da heterogeneidade mostrada; dinâmica da modalização; relações entre as situações de enunciação (SIT e sit), identificando-as e também o posicionamento discursivo dos jornais em relação ao fato. Ao término dos comentários acerca de cada texto, esboçaremos um resumo, apenas para fins didáticos e operacionais, do que entendemos ser a(s) mensagem(ns) deixadas pelo ato de enunciação apresentador (E) e pelo ato de enunciação apresentado (e).

É importante salientar que, em uma perspectiva dialógica, ou seja, da circulação dos discursos na sociedade, quando falamos na seleção de textos e na separação em grupos,

procedemo-lhes apenas para uma melhor organização do nosso trabalho, mas, de forma alguma, inferimos que a compreensão dos mesmos pode ocorrer com o isolamento empírico. Assim, quando necessário, recorreremos a outros textos que não constam na íntegra, cujos títulos citaremos.

Iniciaremos, então, a análise dialógica conforme indicamos anteriormente, separando os grupos de texto segundo os dois acontecimentos de maior repercussão.

4.3 CASO FAC

O Governador do Estado da Paraíba (mandato previsto: 2007-2010) Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB), foi julgado pelo TRE em 30.07.2007 sob a acusação de ter ferido a legislação eleitoral durante sua campanha à reeleição no ano anterior, por participar, em uma época vedada pelos dispositivos legais, do Programa “Ciranda de Serviços”, promovido pela Fundação de Assistência Comunitária (FAC), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social. Além disso, a FAC tinha um outro programa, o “Cheque-moradia”, que consistia na distribuição de cheques com o intuito de dar o poder de compra de materiais para construção e reformas de habitações populares (cf. PARAÍBA, 1983; 1988).

O Governador foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral por mal uso do dinheiro público e de compra de votos. Por ser um crime eleitoral, e não um crime apenas de administração pública, a pena incide sobre o mandato da chapa que foi eleita, logo, de acordo com o resultado deste julgamento – amplamente divulgado na imprensa –, se a sentença for cumprida, ocorrerá a cassação e a inelegibilidade do Governador e de seu Vice, consequentemente, assume o Governo a chapa do segundo colocado nas eleições de 2006: o senador José Targino Maranhão (PMDB). É válido salientar que se trata ainda de julgamento na corte regional: cabiam recursos ao próprio TRE, como ao TSE (cf. WSCOM *ON-LINE*, 2007a).

4.3.1 Informação por WSCOM

Começamos, então, pela análise de textos copiados do portal WSCOM acerca do tema.

Texto N1

Caso FAC: relator diz que programa do cheque não tinha lei específica e sinaliza cassação

O juiz corregedor Carlos Eduardo Lisboa declarou que o programa de distribuição de cheques da Fundação de Ação Comunitária não tinha lei específica. Ele também acredita que não foi verificada a carência dos beneficiados.

As declarações estão sendo feitas por Lisboa neste momento no Pleno do TRE, sinalizando que votará pela cassação do governador Cássio Cunha Lima.

O governador é acusado de uso irregular de cheques da FAC nas últimas eleições.

O relator proferiu voto fazendo perguntas e respostas levantadas nos autos do processo. As principais foram: com que critérios a FAC distribuiu cheques e se havia provisão orçamentária para a concessão dos benefícios, realizados dentro do período eleitoral.

Além de proferir que não havia respaldo legal para a execução do programa, o relator ainda atesta que o programa não tinha provisão orçamentária.

O voto do relator concorda com parecer emitido pelo Ministério Público Federal, que pede a cassação do governador, inelegibilidade por três anos e multa.

Mais informações em instantes (WSCOM ON-LINE, 2007a).

Texto N1'

Caso FAC: Por 5 a 1, juizes decretam cassação do mandato de Cássio e vice José Lacerda

A maioria dos juizes do Tribunal Regional Eleitoral - por cinco votos a um - acompanhou o voto do relator Carlos Eduardo Lisboa e decidiu cassar o mandato do governador Cássio Cunha Lima (PSDB). Pela decisão, Cunha Lima e o vice, José Lacerda, ficarão inelegíveis por três anos e ainda deverão pagar multa de R\$ 100 mil. O voto do relator é favorável, também, a posse no Governo do Estado do segundo mais votado nas últimas eleições, o senador José Maranhão (PMDB).

No voto, Carlos Eduardo Lisboa disse que o programa da FAC não tinha legislação específica nem provisão orçamentária e, ainda, não atestava o perfil de carência dos beneficiados com os cheques.

O voto do relator concorda com parecer emitido pelo Ministério Público Federal, que pede a cassação do governador, inelegibilidade por três anos e multa. (WSCOM ON-LINE, 2007b).

Inicialmente, esclarecemos que os textos N1 e N1' do Caso FAC, foram divulgados – postados, em uma linguagem mais eletrônica – em um curto espaço de tempo, já que a cobertura do evento era intensa, ou seja, com constantes atualizações.

Em N1, o julgamento está no início, nenhum dos juizes havia proferido seu voto, mas, já no título, *Caso FAC: relator diz que programa do cheque não tinha lei específica e sinaliza cassação*, o enunciador noticiador (L) informa ao seu enunciatário leitor (R) sua interpretação a respeito da enunciação apresentada (e), afinal L é um dos enunciatários (r) do

discurso proferido pelo juiz-corregedor, que é o enunciador (I) cuja fala é apresentada na notícia.

Começamos pelo título: em *relator diz que programa do cheque não tinha lei específica*, notamos que a heterogeneidade da linguagem está marcadamente mostrada no esquema de base do DI. Dentro deste enunciado, encontra-se a forma que norteará a informação seguinte. Trata-se do operador negativo, sobre o qual discorreremos agora.

Maingueneau (1997 [1987]) diz que, durante a negação, duas enunciações estão postas, de modo que uma nega a outra. O autor atenta para três diferentes modos de negação: a) a *metalinguística*, que opõe e norteia o caminho de sentidos a seguir, trazendo à tona outras informações, como é o caso de “*A França não parou de recuar, ela jamais recuou*” (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p.84 [*grifos do autor*]); b) negação *polêmica*, que incide sobre o enunciado que está implícito, ou seja, como o exemplo extraído do título; c) negação *descritiva*: o conflito está no estado das coisas ou na descrição de alguém ou de algo, caso de *Hoje não vai chover, A menina não é bonita*. Enfim, não nos delonguemos com o que não condiz com o que está no trecho extraído, logo o ato enunciativo de informar que o programa do cheque não tem uma lei específica indica a existência de um outro ato – que será negado – informante que o programa tem uma lei específica. Tal ausência de lei é um dos argumentos utilizados pelo juiz para justificar o seu provável voto a favor da cassação do Governador, conforme interpretação do enunciador apresentador (L).

Continuando com a análise do título, é dito: “[...] sinaliza a cassação”. É interessante analisar que tal construção se trata de uma variante do esquema indireto, ou seja, das formas não cristalizadas da apresentação do discurso de outrem. Trata-se da variante indireta analisadora do conteúdo, em que as entoações são tematizadas ou se incorporam ao contexto introdutório (cf. VOLOCHINOV (2006 [1929])). Dois aspectos fogem do esquema de base: o verbo e a nominalização da oração. Esta segunda característica será comentada mais adiante, pois tal fenômeno se repetirá por outras vezes. Agora limitemo-nos ao verbo, para prosseguirmos a análise do título e o do corpo do texto.

Enquadramos o verbo *sinalizar*, conforme tal situação de uso, no grupo dos *dicendi* potenciais, ou seja um modalizador, mais precisamente epistêmico quase-asseverativo, pois no *continuum* da certeza e da incerteza, ele está mais próximo da primeira, porém ainda não totalmente, ou seja, o enunciador apresentador tem quase certeza de que o juiz votará pela cassação. No critério da atribuição do julgamento, dizemos que tal verbo se enquadra no grupo os atribuidores de interpretação do enunciador apresentador (L), pois, durante todo o texto N1, a fala do juiz é reportada sem que este mencione sua tendência a

votar pela cassação, é mostrada uma série de questionamentos sobre as ações do Governador, porém não se percebe a voz do enunciador (r) dizendo “eu sinalizo a cassação”. O enunciador apresentador (L) é quem interpreta as perguntas como indícios de um voto favorável à acusação feita, ou seja, estabelecendo pressuposições em um movimento de modalização epistêmica quase-asseverativa, na base do *deve acontecer*, daí o uso do verbo *sinalizar*. Tal percepção do enunciador apresentador (L), em vez de ser traduzida como tal, é apresentada como tema em uma veiculação indireta da fala alheia, o que caracteriza a construção como uma variante indireta analisadora do conteúdo. Assim, entendemos que essa tradução do discurso do outro ocorre em um *estilo linear* (VOLOCHINOV 2006 [1929], p. 155-156), ou seja, percebemos a fronteira entre a) o que vem da enunciação do outro, *o programa do cheque não tinha lei específica*, e b) o que é traduzido da enunciação do um: *sinaliza a cassação*.

O enunciador apresentador (L) interpreta a enunciação apresentada (e) estabelecendo pressuposições que entende ser a interpretação do enunciador apresentado (l): o programa não tem – mas deveria ter – lei específica; se a tivesse, o Governador estaria de acordo com os preceitos legais e permaneceria no cargo, mas, como não tem, a situação é ilegal, e o chefe do Executivo deveria ser cassado. Parece-nos que assim é o que o jornalista (L: enunciador apresentador) interpreta as interpretações do juiz (l: enunciador apresentado) acerca do fato.

As informações contidas no texto são detalhes do que L anuncia no título. As perguntas citadas no quarto parágrafo – *com que critérios a FAC distribuiu cheques e se havia provisão orçamentária para a concessão dos benefícios, realizados dentro do período eleitoral* – constituem argumentos do jornalista, não para provar que o Governador deve ser cassado, mas para constatar que o juiz, em seu discurso, assim pensa: L não visa a acusar nem inocentar o réu, porém quer deixar claro que o juiz votará pela cassação.

Para confirmar ainda mais seus argumentos, L mostra, novamente, o que o enunciador apresentado argumentava – *Além de proferir que não havia respaldo legal para a execução do programa, o relator ainda atesta que o programa não tinha provisão orçamentária (§5º)*, porém, desta vez, utiliza, além de um verbo com *efeito de imparcialidade*, *proferir*, um modalizador epistêmico asseverativo, *atestar*, em que L norteia a interpretação, sugerindo que o enunciador apresentado não só diz, mas assegura o conteúdo que informa: o fato de o programa não ter provisão orçamentária. Sobre este último verbo, compreendemos que ele sugere uma atitude vinda claramente do juiz, mas interpretada pelo jornalista. É diferente de *sinalizar*, em que a atitude é apenas sugerida. Outro fator que nos

leva a entender de tal modo é o emprego par *além de ... ainda*: o que segue após este segundo termo é uma outra informação, mas que vem carregada de apreciações, pois da maneira como é redigido, não se trata de uma mera adição do tipo *Fulano fez X e falou Y*, mas de um enfoque maior, uma lupa sobre o segundo evento a qual é colocada pelo enunciador que se vale do uso dessa forma.

Assim, vemos, neste contexto, que, no tocante aos verbos modalizadores epistêmicos apresentados, o quase-asseverativo (*sinalizar*) estabelece-se como atribuidor de interpretações do enunciador apresentador; o asseverativo (*atestar*), como o atribuidor de interpretações do enunciador apresentado.

Com efeito, os argumentos de L não são sobre os fatos e a mensagem (m), que o juiz visa a divulgar, mas são para validar as suas interpretações, com o intuito de repassá-la a seus interlocutores. O último argumento utilizado para consolidar a interpretação do jornalista é a inserção de mais um discurso outro, ainda que apenas vaga e sucintamente: *O voto do relator concorda com parecer emitido pelo Ministério Público Federal, que pede a cassação do governador, inelegibilidade por três anos e multa (§6º)*. Neste caso, vemos à recorrência a um discurso de autoridade, ou seja, o parecer emitido pelo Ministério Público. De acordo com Maingueneau (1997 [1987]), busca-se uma maior validação do discurso ora apresentado, que se sustenta em um que já disponha de prestígio perante o conjunto de sujeitos. O enunciador apresentador traz à tona apenas a menção da conordância de ideias entre o juiz relator e o Ministério Público, instituição reconhecida na sociedade e na dinâmica dos processo jurídicos como a responsável pelo estudo técnico e emissão de pareceres e denúncias. Desse modo, o jornalista constrói o texto deixando sua interpretação de que o juiz votará pela cassação, apresentando bases que sustentam as razões de o magistrado assim proceder.

O Texto N1' apresenta o desfecho do fato informado em N1: *Caso FAC: Por 5 a 1, juízes decretam cassação do mandato de Cássio e vice José Lacerda*.

A respeito do texto N1, levando em consideração o que N1' mostra, identificamos que a mensagem (m) da enunciação apresentada (e) é o “fato de o programa não ter respaldo legal”. Já a mensagem (M) do ato de enunciação apresentador é: “o juiz provavelmente votará pela cassação”. Assim, tratando-se de uma notícia, o enunciador apresentador (L), que é o repórter, não argumenta sobre a mensagem (m), mas antecipa o discurso do enunciador apresentado (I), a partir de pressuposições, deixando na situação enunciativa (SIT), um diálogo tanto com os parâmetros legais quanto com uma autoridade – o discurso do Ministério Público Eleitoral – de modo que, os argumentos do jornalista são para consolidar essa interpretação.

Com efeito, conforme dissemos, as apresentações recortadas de falas alheias tanto marcam um posicionamento discursivo: descrevendo ou (des)credibilizando ou um discurso. Neste caso, houve uma credibilização daquilo que o enunciador apresentador apostava acontecer.

Passemos agora ao artigo veiculado no mesmo portal.

Texto C1

A cassação, a resistência e a reviravolta

O resultado expresso nesta segunda-feira, de pronto – sem desperdício de tempo, mais do que um placar fulminante de 5 a 1 seguindo o parecer do Ministério Público Eleitoral pela cassação do governador Cássio Cunha Lima, provoca no rediomínio, que o fato traz, um aguçamento político com a resistência advinda do governador e, como consequência, um novo xadrez político no Estado diante da projetada ascensão do senador José Maranhão já anunciado futuro chefe do executivo.

Sem sangue, nem bala, nem atrativos poéticos à lá Anaide Beiriz, em pleno 2007 a Paraíba experimenta outra prova de fogo típica de 1930 com o divisionismo aguçado mais ainda, agora por uma instrução judicial que, mesmo afeita apenas aos autos de um processo, não deixa de renovar a cultura de um Estado tomado pela crise política aguda.

Tudo bem que a norma de agora advém, como disse, de um rito processual a partir de uma denúncia de abuso de poder, mas nem por isso podemos abstrair o fato de que em qualquer situação a divisão já virou parte de nossa história, de nossa cultura.

Distante de aspectos inspirados na história, nos contentemos à análise da decisão da Corte. O que se viu, depois dos argumentos e contra-argumentos de acusação e defesa, foi o entendimento majoritário do Tribunal de estar convencido, a partir do voto/relator do juiz Carlos Lisboa, de que o caminho da cassação estava concebida plenamente.

Na prática, atestou-se ainda que o conjunto majoritário dos juizes ignorou ou não se viu convencido com os argumentos da defesa sobre a procedência legal e orçamentária dos recursos da FAC e, de tabela, se deixou tomar-se da convicção de que o Governo não se explicara convincentemente sobre a justificativa para o atendimento e/ou fornecimento dos cheques da FAC antes do processo eleitoral.

Como dizia Maria Júlia (in memorian) no auge da filosofia, decisão da Justiça não se discute, é verdade, mesmo que o que agora buscamos é entender a motivação do tribunal e suas consequências a partir de agora.

Leve-se em conta que por pouco a radicalidade não se implantou em plena segunda-feira quando o presidente do TRE, desembargador Jorge Ribeiro, recuou de encaminhamento feito por ele de que o afastamento do governador se daria de imediato. Foi preciso a ponderação do relator em contrário admitindo mais tempo para procedimentos e posse.

O fato é que o mandato está cassado, mesmo sob indignação do governador e aliados, portanto, a partir de agora é encarar os desdobramentos na esfera jurídica, isto é, levando em conta recursos no TSE deixando fulminada a gestão Cássio.

Por outro lado, a Paraíba acorda com o senador Maranhão já se estruturando para a posse e governo diante de uma outra metade do estado agora desejosa de desalojar a outra parte hoje na equipe de Cássio.

Só que Cássio deve resistir, não sabe até onde, quando, mas o cenário para ele e aliados é desolador sem conter a euforia do seu principal adversário na contagem regressiva para ‘dar o troco’ de anos de poder Cunha Lima (SANTOS, 2007a).

Sobre o texto C1, relembremos que, nos artigos, como visam a analisar aquilo já informado, fazendo valer uma opinião (cf. CUNHA, 2007 [2002]), os movimentos dialógicos agem em prol da credibilidade dos argumentos do enunciador apresentador (L) a respeito do fato em tela. Assim, no tocante ao DR, as marcas unívocas são mais sutis, ou, às vezes, inexistentes. O enunciatário, além de ser o público leitor do jornal – seja eletrônico ou não –, é, especificamente, o leitor do colunista político: trata-se de um co-enunciador que busca mais informações acerca do assunto, que se interessa por esta seção, que, muitas vezes, procura uma opinião mais sólida sobre o fato. Além disso, o colunista constrói seu texto atecipando-se a objeções do seu público.

Antes de proferir sua análise, como indica no quarto parágrafo – *Distante de aspectos inspirados na história, nos contentemos à análise da decisão da Corte* –, o colunista já antecipa a mensagem que visa a fazer valer, a de que a divisão, o cisma político, repete-se mais uma vez no Estado da Paraíba: *Sem sangue nem bala, nem atrativos poéticos à lá Anaide Beiriz [...] a Paraíba experimenta outra prova de fogo típica de 1930 com o divisionismo mais aguçado ainda, [...] não deixa de renovar a cultura de um Estado tomado pela crise política aguda* (§ 3º).

O dialogismo aqui é puramente contextual, sem marcas unívocas, até mesmo a modalização autonímica em *à la Anaide Beiriz*, que indica, pelo estrangeirismo *à la* (ao modo de), que a maneira de se comportar e de dizer são de outrem, possui um caráter de interpretação contextual. Vemos um uso diferente deste caso. Authier-Revuz (2004) fala de casos que usam formas como: “*X como diz fulano; para retomar as palavras de ...; como se diz por aí, neste meio, [...] no sentido empregado por fulano*” (p.83). Se, em *atrativos poéticos à la Anaide Beiriz*, a interpretação fosse a de que tais atrativos são ditos ao modo como a referida pessoa falava ou a de que se trata de poesias dela, enxergaríamos uma relação mais próxima dos casos de heterogeneidade mostrada marcada, mas, por trás deste uso de uma marca que desgina o outro, está o modo como este outro aparece. Assim, não se trata de um dizer ou de uma caracterização, mas sim de uma alusão a pessoa conhecida na História da Paraíba com tal nome e aos fatos em que tal mulher esteve envolvida.

Entendemos que o nome *Anaide Beiriz*; a expressão *sem sangue, nem bala*; a indicação do local sobre o qual se fala: Paraíba; a indicação do período histórico, 1930; o

termo *divisionismo aguçado*, entre outros, são significantes que aludem a um outro contexto que é comparado com o atual: a Parahyba anterior ao fato histórico *Revolução de 1930*, quando havia dois grupos políticos rivais, e o então Presidente – equivalente hoje ao Governador do Estado – foi assassinado por um membro do grupo rival. Existem diferentes versões sobre tal fato, se a versão da História⁶ aludida é a de crime político ou a de crime passional com envolvimento da poetisa Beiriz, isso não importa tanto. A questão levantada pelo colunista é a comparação – talvez hiperbólica – entre os dois contextos, recorrendo a um fato vivo na memória coletiva da sociedade paraibana, a fim de argumentar que a divisão e a briga políticas fazem parte da cultura da Paraíba.

Ao anunciar que se contentará com a análise, o enunciador colunista reforça sua função – que é diferente da que exerce o jornalista noticiador, ressalta a característica do gênero artigo de coluna, instaura-se como um analista, e não como apreciador, juiz dos fatos. No entanto, alguns vestígios são deixados, os quais indicam que L profere um julgamento não sobre as ações do Governador, mas sim sobre as dos juízes do TRE-PB, quando diz *o que se viu, depois dos argumentos e contra-argumentos de acusação e defesa, foi o entendimento majoritário do Tribunal de estar convencido, a partir do voto/relator do juiz Carlos Lisboa, de que o caminho da cassação estava concebida plenamente* (§ 4º).

A expressão *o caminho da cassação estava concebida plenamente* – estando ou não com erro formal de concordância – deixa, entre várias, uma interpretação de que os juízes estavam predispostos a votarem contra o réu. É muito interessante o mecanismo utilizado no início do período: *O que se viu*, em que a impessoalidade é uma estratégia para reforçar que a leitura do enunciador é aquela com a qual a comunidade concorda. Além disso, o verbo *ver* está empregado com a acepção próxima a *observar* ou *perceber* – em vez do usual emprego remetido ao sentido fisiológico da visão. Estamos, mais uma vez, diante da apresentação do discurso do outro por uma variante – e não um esquema de base – indireta. Claramente, o posicionamento dos magistrados é traduzido dentro do texto como se eles estivessem convencidos de tudo. Neste caso, a enunciação alheia não é apresentada como é usualmente, o que se transmite é a interpretação do enunciador apresentador (L) sobre o que os diversos enunciadorees apresentados – o corpo de juízes – disseram acerca do assunto em julgamento. No entanto, a impessoalidade e o uso do verbo *ver* almejam um efeito de imparcialidade, ou seja, como se houvesse apenas a descrição do fato. Entendemos, no entanto, que o enunciador apresentador (L) se inclui neste *viu-se*, pois é ele quem faz o relato, deixando impessoal

⁶ O trabalho mais recente sobre o fato está em *Parahyba 1930: a verdade omitida* (RIBEIRO, 2008).

apenas como estratégia, para fazer valer sua opinião apresentando-a como uma opinião de vários. Assim, ver, observar, perceber, sentir um entendimento, tudo isso se trata de uma avaliação que o enunciador faz acerca do fato: os discursos dos juízes foram avaliados pelo jornalista como um *entendimento majoritário* a favor da cassação do Governador.

Seguindo com a observação do texto: o enunciador apresentador permanece utilizando dessa operação de impessoalidade, mas com o verbo *atestar*: *atestou-se que o conjunto majoritário de juízes ignorou ou não se viu convencido com os argumentos da defesa [...] e, de tabela, se deixou tomar-se da convicção de que o Governo não se explicara convincentemente sobre a justificativa para o atendimento e/ou fornecimento dos cheques da FAC antes do processo eleitoral (§5º)*. Aqui, relembramos uma maior força por parte deste verbo, em que quem o profere o faz para assegurar a verdade que falará adiante, ou seja, com uso semelhante ao verificado no texto N1 do Caso FAC. Já o verbo *ignorar* sugere, além de um *dizer*, relapso, ou desconsideração, dos juízes em relação aos advogados de defesa: é um modalizador avaliativo com valoração negativa a um elemento de DR – a mensagem relatada (m): os argumentos da defesa – e atribuidor de apreciação do enunciatório apresentado (r: juízes sugerida pelo enunciador apresentador (L). Logo após a negativa *não se viu convencido*, o enunciador suaviza um pouco mais o leque interpretativo para a possibilidade de os advogados de defesa não terem sido convincentes. No entanto, aparece uma nova expressão que indica a passividade dos conjunto de magistrados: *se deixou tomar-se da convicção*. Pode fazer-nos crer que o Tribunal foi envolvido pelo argumento de alguém, em vez de analisar as outras possibilidades, o contraditório, como se espera de um juiz. Isso seria uma consequência do fato de os juízes terem ignorado – ou não se verem convencidos com – os argumentos da defesa, conforme indica a expressão consecutiva *de tabela* (§5º).

Mais adiante, o enunciador cita um provérbio, da sabedoria popular, *decisão da Justiça não se discute*, mas dá autoria a um outro enunciador de quem o colunista, como demonstra, já escutou o enunciado proverbial, que aqui fica com uma ambiguidade irônica, devido às sutis restrições apresentadas anteriormente pelo enunciador apresentador (L). Este deixa mais um vestígio de seu posicionamento quanto aos juízes, ao qualificar a decisão de um deles, a do Presidente, como uma decisão radical: *Leve-se em conta que por pouco a radicalidade não se implantou em plena segunda-feira quando o presidente do TRE, desembargador Jorge Ribeiro, recuou de encaminhamento feito por ele de que o afastamento do governador se daria de imediato (§ 6º)*.

Afinal, outros adjetivos poderiam ser dados a decisão do magistrado, tanto do modo negativo como positivo: ágil, célere, rápida, afobada, tempestiva, imediata. Levando em

consideração que ela está de acordo com o resultado do julgamento, o qual já tinha saído, o juiz sugeria que a decisão fosse cumprida imediatamente. Assim, o fato é que o Presidente do TRE visou a um cumprimento rápido da sentença. Se isso seria bom ou ruim, não nos cabe avaliar, mas L classificou o acontecimento como *radicalidade*. Além disso, ao relatar o que o jurista fez, utiliza um verbo modalizador avaliador negativo sobre a ação relatada: *recuou*, demonstrando que o enunciador apresentador (L) não concorda que a atitude do magistrado seria sensata.

Por fim, L, em sua análise, reitera o que fora dito no início, ou seja, a divisão política, conforme argumenta, consequência do resultado do fato que ocorreu. Logo, no texto C1, o enunciador apresentador (L) reapresenta – já que se pressupõe que seja uma informação conhecida pelos leitores – uma enunciação (*e*), cuja mensagem (*m*) é: “os juízes cassaram o Governador”, pois há um diálogo desta enunciação com as notícias que circulam na sociedade e neste próprio veículo eletrônico, logo L ou se remete a este contexto, ou pressupõe seu conhecimento por parte de seus interlocutores. Além dessa, há uma mensagem (*m*) sobre a enunciação do Presidente do TRE: “o Presidente sugeriu cumprimento imediato e depois retirou o que dissera”. A mensagem (*M*) da enunciação apresentadora (*E*) se constitui de: “as querelas políticas acirradas fazem parte da cultura paraibana”, conforme é informado e contextualizado tanto no início como no final do texto, além de outras mensagens que são mais sutis, porém, como demonstramos, deixam vestígios: “os juízes se deixaram tomar por uma convicção”; “o Presidente do TRE recuou de uma ação radical: cumprir imediatamente a sentença”.

Passemos agora analisar os textos veiculados no portal CLICKPB. É importante esclarecer que, no arquivo de notícias do sítio www.clickpb.com.br, não foram encontradas quaisquer que cobrissem, ao-vivo, o julgamento, em 30.07.2007. A primeira, de acordo com a data, possui o título *Cássio convoca entrevista às 10h e vai para Campina à tarde*, publicada nas primeiras horas do dia seguinte à decisão da corte do TRE. O texto N2 não se refere a tal entrevista, mas a uma outra que o Governador concedeu durante uma solenidade de inauguração, em 02.08.2007, bem como dialoga com uma notícia divulgada no mesmo dia pelo próprio jornal intitulada *Juiz que votou pela cassação advogou para família Maranhão* (CLICKPB, 2007b)

4.3.2 Informação por CLICKPB

Vejamos agora a apresentação e a avaliação dos discursos referentes à cassação no primeiro julgamento em CLICKPB.

Texto N2

Cássio alega cerceamento e pede nulidade do julgamento do TRE

O governador Cássio Cunha Lima (PSDB) anunciou na tarde desta quinta-feira (2) que os advogados de defesa no processo do caso FAC vão pedir a nulidade do julgamento do Tribunal Regional Eleitoral que determinou, na última segunda-feira, a cassação do seu mandato.

Num discurso contundente, durante inauguração de obras em Mandacaru e Bairro dos Novaes, na Capital, Cássio alegou cerceamento de defesa e disse que o Ministério Público Eleitoral atuou como parte no processo e não como simples defensor da lei.

“Nunca vi na história da Justiça eleitoral um julgamento de cassação tão rápido”, disse Cássio. Ele alegou que o acórdão de julgamentos como o de segunda tradicionalmente são aprovadas na sessão seguinte. “Estranhamente, neste caso, pegaram as assinaturas dos membros da Corte eleitoral de gabinete em gabinete”, declarou Cássio.

O governador disse ainda ter ficado surpreso com a notícia de que o juiz Nadir Valengo, o primeiro a votar pela cassação, advogou pela família do senador José Maranhão, o principal beneficiário do julgamento no TRE.

Num discurso duro, Cássio estranhou a rapidez do TRE voltou a provocar o Sistema Correio da Paraíba e ainda disse que o povo tem que reagir. (CLICKPB, 2007a)

Seguindo nossos apontamentos a respeito do que envolve o DR, como aqui se trata de notícia, as formas aparecem mais explicitamente. Logo no título: *Cássio alega cerceamento e pede nulidade do julgamento do TRE*, percebemos uma forma não classificada por Authier-Revuz (1998) muito menos pelo formalismo gramatical. Acontece aqui uma modificação da estrutura do DI: *verbo dicendi + que + oração subordinada*, em que o complemento oracional é apresentado por um substantivo: *cerceamento*. Se estivesse conforme os padrões, seria algo parecido com *Cássio alega que há [houve] cerceamento*, ou *Cássio alega que está sendo[foi] cerceado*.

A apresentação realizada em *alega cerceamento* é semelhante, no aspecto formal, a *sinaliza cassação* – no texto N1 do Caso FAC –, pois há um verbo modalizador e uma nominalização do complemento, sendo, portanto, uma variante indireta analisadora do conteúdo. O verbo *alegar* funciona como um *dicendi* modalizador avaliativo que instiga

polêmica, pois o enunciador apresentador (L) trata o discurso do outro como uma alegação, ou seja, levantamento de argumentos, que resultam em uma reclamação feita pelo enunciador apresentado (I), logo o um avalia que o outro está realizando um movimento de defesa.

A continuação do título – *e pede nulidade do julgamento* – possui o mesmo aspecto formal de apresentação da fala alheia, ou seja, um DI com complemento nominal, porém, se o primeiro realiza o movimento defensivo, agora há a sua consequência. Assim, o fato de haver *cerceamento* é a causa que motiva o enunciador (I) a pedir *nulidade*.

Após, no primeiro parágrafo, relatar a informação dada pelo Governador, L inicia o segundo parágrafo avaliando a enunciação apresentada (*e*), ao escrever *Num discurso contundente*. Percebemos aqui uma informação sobre o modo como o Governador proferiu seu discurso. Assim, como já dissemos, na seção sobre DR: ao se apresentar o discurso de outrem, certas minúcias enunciativas são deixadas de lado, por serem de difícil – ou de impossível – apresentação, mas, L assim interpreta – ou quer que seus interlocutores interpretem – a enunciação apresentada (*e*). O fato é que, também no último parágrafo, é feita mais uma avaliação semelhante do discurso que é apresentado: *Num discurso duro*. A questão é que os adjetivos *contundente* – de modo principal – e *duro*, sugerem maior crédito ao discurso, solidarizando-se com este. As inter-relações dialógicas no decorrer do texto mostram e ratificam isso. Os adjetivos mencionados revelam a atitude do enunciador apresentador (L) sobre o discurso que apresenta, ou seja, são elementos modalizadores, neste caso, avaliativos, por indicarem um juízo de valor, sem considerações sobre a certeza, a probabilidade, a necessidade ou a obrigatoriedade. A avaliação é não-axiológica, pois a dureza – na acepção relacionada ao estado de ser, e não ao material – e a contundência são unidades de difícil consenso, tal qual a noção de beleza, por exemplo, e bem distantes da ideia de cor, forma geométrica etc.

Com efeito, o enunciador apresentador (L) ambienta a situação enunciativa (SIT) de seu ato de enunciação (E), colocando, como elemento introdutório ao ato de enunciação relatado (*e*), uma descrição das entoações do enunciador apresentado (I), logo se trata de uma apresentação do discurso outro pela variante indireta analisadora do conteúdo, só que agora os aspectos entoativos, em vez de diluídos e tematizados, são traduzidos no contexto introdutor: *Num discurso duro, Cássio alegou cerceamento de defesa* (§2º). Conforme dissemos, o adjetivo modalizador avaliativo axiológico revela a subjetividade do enunciador, neste caso, o relator (L). Assim, é interessante perceber que o Governador apresentado na notícia é alguém que reclama com incisão de um revés sofrido. Entendemos que a dureza e contundência sugeridas pelo apresentador constituem uma solidariedade sua em relação ao

enunciador apresentado (I). Mais adiante, mostraremos por que assim compreedemos, além de observarmos em texto diferente como é o tratamento dado a outro sujeito que também passa por um momento de derrota. Por enquanto, prossigamos com este texto.

Observamos agora que há um DR dentro do DR, ou seja, o enuciador apresentador (L) apresenta um trecho do discurso do outro, em que este apresenta também um outro: *Nunca vi na história da Justiça eleitoral um julgamento de cassação tão rápido*”, disse Cássio [...] (§3º). Em seus argumentos, o Governador imita um ditado de domínio público: *a justiça é lenta*. Discutamos, então, sobre esta forma não-marcada da heterogeneidade da linguagem e seu uso específico neste texto.

A imitação, resumidamente, é um processo que vai além do “plano limitado da alusão” (MAINGUENEAU, 2005 [1998], p.173), de modo que ao imitar determinado enunciado, pode-se captar sua mensagem: corroborando-lhe, ou, ao contrário, subvertê-la, indo-lhe de encontro. Bakhtin (2003 [1979]) fala em estilização, quando se imita captando um conteúdo, um gênero, uma forma, um estilo ... e paródia, quando a imitação visa a subverter aquilo que é imitado. Assim, o enunciador apresentado (I: Governador) lança mão deste recurso para se defender, ao lembrar que, neste caso, diferentemente do comum, a justiça foi rápida. Aqui vemos que o ditado é estilizado, porém, ao trazer um enunciado de domínio público sobre lentidão da justiça, há um contato também com outros que tratam do semelhante assunto e que complementam a significação: falamos do provérbio *a justiça tarda, mas não falha*, que é trazido em parte, pois não fala sobre o resultado final da lentidão da justiça, ou seja, o fato de não falhar. Percebemos, então, que houve uma omissão, um silenciamento do restante do enunciado, logo entendemos que o argumento do enunciador apresentado forma-se com base em enunciado do tipo *os juízes sempre tardam, menos os que me punem*. Já em relação ao mérito da questão, ou seja, se os magistrados acertam ou não, isso é deixado em segundo plano, pois o argumento agora tem seu foco na crítica à celeridade do andamento do processo.

Ainda sobre o trecho do terceiro parágrafo, notemos que se trata de uma combinação de discurso direto livre (DDL) sem preparação por indireto e de discurso direto livre (DDL) preparado por discurso indireto, mais precisamente um caso que, conforme comentamos na seção referente ao DD, é mais comum em textos jornalísticos.

No quarto parágrafo, o enunciador jornalista insere informações que ratificam os argumentos do enunciador Governador, ou seja, existe uma réplica estabelecida pela compreensão do enunciador apresentador (L) em face aos argumentos do enunciador apresentado (I) e ainda a possíveis objeções do público-leitor (R), que poderia questionar se a

justiça agiu ou não corretamente. Com efeito, informa-se que [...] *o juiz Nadir Valengo, o primeiro a votar pela cassação, advogou pela família do senador José Maranhão, o principal beneficiário do julgamento no TRE (§4º)*. Há um diálogo aqui com a notícia veiculada no CLICKPB no mesmo dia com o título *Juiz que votou pela cassação advogou para família Maranhão*. A inserção de tal fato não é neutra e, mesmo que L tenha redigido *o Governador disse ainda ter ficado surpreso (§4º)*, a informação e o diálogo com a outra notícia do dia é o que mais se solidariza com o Governador. Tal informação pode levar à maculação do juiz bem como do referido senador pela opinião pública, fazendo com que se possa interpretar que o julgamento que determinou a cassação foi tendencioso e que o Governador estaria sofrendo injustiça. Daí decorre nossa análise que as expressões *Num discurso duro* e *Num discurso contundente* são formas que constituem solidariedade ao discurso apresentado.

Com efeito, compõe a mensagem (m) do discurso do Governador os argumentos sobre a celeridade da justiça: “a justiça, diferentemente do comum, foi muito rápida contra mim” assim como “houve cerceamento de defesa por parte dos juízes aos nossos advogados”. Já a mensagem (M) do discurso do jornalista é a concordância com os argumentos do DR, juntamente com a informação “um dos juízes que quis cassar o Governador já trabalhou para principal e beneficiário com cassação”.

Deparemo-nos agora com o texto C2. Nele, o enunciador anuncia que o fato em questão gera algumas conclusões bem como faz projeções para o futuro, trazendo à tona vários elementos que compõem a situação discursiva como: as próximas eleições estaduais e as opções atuais do Governador cassado pelo TRE-PB e de seu provável substituto mediante o caso.

Texto C2

O resultado e as projeções

Quando no dia primeiro de novembro de 2006, dia posterior ao segundo turno das eleições, o senador Maranhão reuniu a imprensa pra dizer que não aceitava o resultado das urnas, ficou parecendo história de perdedor. Nove meses depois, o que Maranhão pôs em gestação naquele dia nasceu: o mandato de governador por meio da via judicial. A decisão leva a várias e imediatas conclusões.

Primeira delas: o processo eleitoral está cada vez mais rigoroso. Só não vê quem não quer. Segundo: o terceiro turno, o famoso tapetão, não é mais recurso para amenizar derrotas ou aterrorizar vencedores. É uma possibilidade real de vitória. O voto do Ministério Público Eleitoral, previamente divulgado, já dava mostras do tamanho do estrago que poderia causar.

Na época, os advogados do governador disseram uma frase que tem lá seu fundo de verdade: “O Ministério Público não é o senhor razão”. É verdade. Não é. Mas,

ao mesmo tempo em que não é o senhor da razão, não é a senhora do equívoco. Só há uma surpresa nesse resultado. O relatório do juiz Carlos Eduardo Leite Lisboa chegou a ser melhor do que o parecer do Ministério Público. Talvez tenha sido isso que tirou os membros da Corte eleitoral do eixo: o parecer do relator foi uma faca afiada.

Do ponto de vista político, é preciso muito sangue frio para segurar a postura num momento desse. Porque quando se ganha uma eleição e se toma posse tudo que se faz são projetos que não admitem planos B, interferência de terceiras. Alguns não conseguem conviver nem com a crítica. Imagine com a substituição. O que vai passar na cabeça de Cássio esses dias ? E na de Maranhão? Assume de imediato ou não?

A dúvida está na incerteza das ações. Ora, para assumir, Maranhão tem que renunciar o mandato no Congresso. E sem volta. O governador, por meio da assessoria, vai procurar reformar, por meio de embargos declatórios a decisão do TRE. Se não conseguir, entra, após publicação do acórdão, com agravo junto ao TSE para conseguir, por via de liminar, se manter no cargo até julgamento do mérito em última instância.

Essa talvez seja a melhor posição, por incrível que pareça, para Maranhão: que Cássio se mantenha no cargo por liminar. Aí Maranhão fica no Senado esperando decisão do TSE. Se for favorável, ele assume de vez. Sem risco de ficar sem cargo. Se for contrária, volta tudo como era antes.

Agora, do ponto de vista político, muita coisa muda. Empossado governador do Estado, Maranhão recupera toda aquela musculatura política que o fez rei, especialmente, de 1998 a 2002. Com isso, passa de coadjuvante para protagonista na escolha dos prefeitos em 2008. Podendo até ter candidatos próprios: ou seja, escolhidos por ele.

E ainda coloca um balde de água fria na intenção de Veneziano Vital do Rego e de Ricardo Coutinho com o projeto de governo do Estado em 2010. Por que alguém tem alguma dúvida que Maranhão, se empossado, vai querer ser reeleito?

Já Cássio, se o resultado for definitivo, vai ter que segurar recolher toda uma estrutura para fora do governo. Vai ter problemas, uma vez que já tinha, de eleger candidatos em Campina Grande e em João Pessoa. Do ponto de vista eleitoral, apesar da decretação de inelegibilidade de três anos, vai poder ser candidato ao governo do Estado em 2010, uma vez que sua inelegibilidade, se passar, começa a valer a partir de 2006.

Aí poderemos ver repetida a disputa Cássio e Maranhão em 2010. Mas tudo isso não passam de suposições. Porque vem aí o segundo tempo do terceiro turno. E a política, assim como futebol, também é uma caixinha de surpresas (TÔRRES, 2007a).

Inicialmente, o enunciador faz uma apreciação de um fato passado, avaliando o comportamento do concorrente de oposição ao Governador no pleito de 2006, o senador José Maranhão. O colunista, ancorado em um saber de domínio público a respeito do esporte, o qual reza que *resultado do campo é o que vale*, enuncia avaliando que o conteúdo proferido pelo senador Maranhão *ficou parecendo história de perdedor* (§1º). Assim, o enunciador apresentador (L) modaliza diante do ato enunciativo (E) que apresenta e incorpora ao seu discurso. A fala proferida pelo senador na entrevista coletiva de imprensa realizada após a divulgação dos resultados das eleições de 2006 é descrita com uma expressão modalizadora avaliativa não-axiológica, ou seja, que descreve emitindo juízos de valor os quais não possuem pleno consenso da sociedade, mas demonstram a subjetividade do enunciador. Tal avaliação desmerece o discurso apresentado e o seu enunciador: lembremos que, em N2, o discurso outro é o do Governador, o qual é qualificado como *duro e contundente*.

Com efeito, L apresenta o discurso do outrem emitindo julgamento claro sobre este, mas ancorado em um saber popular, para justificar sua interpretação. A partir disso, L segue sua tentativa de tentar fazer valer sua opinião ante ao público-leitor: a de que o julgamento feito pelo TRE não foi adequado.

Logo na sequência, diz-se: *o que Maranhão pôs em gestação naquele dia nasceu* (§1º), tal metáfora nem precisa ser tão interpretada, já que o próprio enunciador diz do que se trata: *o mandato de governador por meio da via judicial* (§1º). O que nos é importante nesta operação é o fato de atribuir ao senador Maranhão responsabilidade pelo que ocorre no momento. Ora, está dito que foi posto em gestação, ou seja, sugere-se que o *pai/mãe*, senador, concebeu a filha: a tomada do poder devido à derrubada do Governador naquele dia. A enunciação é feita de modo a atribuir a possível chegada do senador ao Governo ao próprio Maranhão, em vez de se mencionar de que crime o réu foi acusado. A leitura que se tem é a de que um adversário político do Governador trabalhou desde o dia em que disse que não aceitava o resultado das eleições, a fim cassá-lo, e não que o Governador agiu de modo a confrontar a lei eleitoral. Como isso é posto no início do texto, norteará tudo que vem depois.

O enunciador apresenta um ato enunciativo (*e*) em torno, obviamente, de uma outra situação enunciativa (SIT), mas tentando levar a crer que, durante o momento em que a enunciação do outro acontecia, ou seja, quando o senador proferia seu discurso, os interlocutores (*r*) interpretavam de um modo tal qual o apresentador (L) interpreta agora, já que usa um modalizador epistêmico quase-asseverativo com marcas linguísticas de impessoalidade, *Ficou parecendo*. Além disso, apresenta alguns dados da situação do discurso apresentado (*sit*) – como a data – para marcar que a está apresentando, mas lhe atribui uma outra informação – a de que o senador engendrou tudo naquele dia – como se esta fosse parte integrante de *sit*, quando é um dado de SIT, ou seja, tal inferência é construída no ato de enunciação apresentador (E), materializado no artigo, mas L apresenta de maneira como se fosse parte da entrevista em que o senador estava. Assim, não se sabe se o senador realmente arquitetou seu plano de assumir o Governo já naquele dia, após as eleições, mas sabemos que L assim interpreta, ou quer fazer valer tal interpretação frente ao seu leitor.

Mesmo que o senador tenha dito que pediria a cassação do Governador – fato não mencionado, isso não seria suficiente, em tese, para cassar, pois, para ocorrer isso, deve haver provas de que o candidato vitorioso à reeleição cometeu crime eleitoral. No entanto, L apresenta e aprecia a enunciação do senador, ao passo que não comenta a respeito das provas nem das acusações que caíram sobre o Governador.

Ainda antes de iniciar suas projeções para o cenário político paraibano, o colunista comenta declarações dos advogados, ou seja, L apresenta um novo discurso outro com novo enunciador (l) – os advogados de defesa – e um movimento discursivo interessante: o enunciador apresentado capta um provérbio, *ninguém é senhor da razão*, ao dizer que o Ministério Público também não o é: [...] os advogados do governador disseram uma frase que tem lá seu fundo de verdade: “*O Ministério Público não é o senhor razão*”. *É verdade. Não é. Mas, ao mesmo tempo em que não é o senhor da razão, não é a senhora do equívoco* [...] (§3°).

L, então, concorda, com a enunciação proverbial, mas depois a subverte dizendo que a citada instituição também *não é a senhora do equívoco*. Com isso, inicia uma réplica que refuta o DR em parte. Estaria, então, indo de encontro à defesa do Governador? Isolando esta parte do texto, a resposta é sim, mas vejamos mais adiante o que vem.

Após replicar, o enunciador apresentador (L) se refere ao julgamento, trazendo à tona mais precisamente o voto do relator, o qual classifica de: *surpresa, [...] melhor do que o parecer do Ministério Público, faca afiada* [...] (§3°). Todas essas qualificações são modalizadoras avaliativas não-axiológicas, ocorrência normal para qualificar um voto de um relator em tribunal, pois, diferentemente de outros objetos como casa, camisa, computador, livro, possui um grau de observação que se distancia do consenso e se aproxima da subjetividade. Um recurso poderia amenizar este caminho subjetivo das expressões usadas: a citação de discurso de autoridade, ou seja, outros juízes, jurisprudências, enfim opinião autoritária diferente da exposta pelo citado juiz relator, de modo que refletisse um certo consenso na esfera jurídica. No entanto, a avaliação é de responsabilidade única de L, que não recorre a autoridade alguma para constatar o que disse.

Ainda verificamos neste trecho uma subversão por ironia: ao dizer que o relatório do juiz é melhor que o parecer do Ministério Público, apreende-se, pelos significantes, que se trata de um elogio, no entanto, ao contextualizar neste caso, considera-se que, se o parecer já era pela cassação, então, o relatório era mais ainda, com maior incisão em prol da derrubada do Governador. Existem, neste enunciado irônico, duas vozes criadas pelo enunciador: a que está expressa pela literalidade usual dos significantes, a qual é descreditada, e a aquela que o enunciador toma para si (cf. Maingueneau, 2005 [1998]). Não por menos, o enunciador apresentador (L) qualifica o relatório de *faca afiada*. Tal metáfora nos remete que voto do relator foi uma arma perigosa contra o Governador. Além disso, aponta que foi preponderante para a decisão dos demais juízes: *Talvez tenha sido isso que tirou os membros da Corte eleitoral do eixo* (§3°).

Resumamos, então, os apontamentos acerca do texto C2, começando pela inter-relação com o primeiro discurso apresentado, o do senador Maranhão: a mensagem (m) é algo do tipo “não aceito o resultado das eleições”, mas a mensagem (M) do artigo constitui-se de: “o senador Maranhão falou uma história de perdedor: não aceita o resultado das eleições” e “o senador Maranhão engendrou um plano para assumir o governo por via judicial, e hoje veio-lhe um bom resultado”. A apresentação da situação enunciativa (sit) em do ato enunciação apresentado (*e*) jamais será tal qual, pois ela é sempre influenciada pela situação (SIT) em voga, mas, neste texto, diferente dos anteriormente analisados, L insere dados de sit junto a suas interpretações. A respeito da segunda inter-relação: com o discurso dos advogados, sugerimos que a mensagem (m): “o Ministério Público (MP) não é senhor da razão”. Já a mensagem (M) se constitui, principalmente: “o Ministério Público (MP) não é senhor da razão, mas também não é senhora do equívoco”. Na interação com os discurso dos juízes, percebemos apenas avaliações frente ao discurso do outro, ou seja, ele não é apresentado, mas não no aspecto temático, e sim apenas qualificado, logo a mensagem (m) do discurso dos juízes seria: “o Governador deve ser cassado”, já a mensagem (M), a opinião que o articulista tenta fazer valer, seria: 1) “o juiz relator foi mais incisivo pela cassação do que o MP”; 2) “a corte eleitoral, talvez, tenha sido influenciada pela incisão do juiz relator”.

4.4 JULGAMENTO DE EMBARGOS E O ERRO

Após o julgamento do chamado Caso FAC, que resultou na primeira cassação do Governador da Paraíba, seus advogados recorreram da decisão – conforme analisou o colunista político do CLICKPB, em C2 da anterior. Este segundo grupo trata, especificamente do conjunto de notícias e artigos de coluna digitais sobre outro julgamento na esfera do TRE-PB o qual tinha como pauta embargos declaratórios⁷ “interpostos pelo Presidente da Fundação de Assistência Comunitária (FAC) e pelo governador em exercício, José Lacerda Neto, solicitando modificação na decisão que pediu a cassação do mandato do governador do Estado” (WSCOM ON-LINE, 2007c). Assim, tais textos repercutem, principalmente, o fato de o corpo de juízes ter afirmado que houve um erro no texto do acórdão o qual tratava da decisão sobre o Caso FAC. Tal equívoco foi cometido quando se mencionou a data de realização de um programa da FAC. De acordo com o artigo 73, inciso

⁷ De acordo com o artigo 535 do Código de Processo Civil (BRASIL, 1973), cabem embargos declaratórios, quando: “houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição” (inciso I); “for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal” (inciso II).

VI, da lei 9.504 (BRASIL, 1997), o prazo para o término da publicidade de um programa governamental que concede benefícios sociais é de três meses antes da eleição, ou seja, na primeira semana de julho. No texto – acórdão – do TRE no qual se decide e registra a cassação do Governador, constava que um dos programas foi realizado até setembro, ferindo, portanto, a legislação eleitoral. Durante o julgamento dos embargos, a corte disse que havia um erro: o programa havia encerrado suas atividades em junho, logo, neste ponto, não haveria desrespeito à lei vigente. Começamos, então, nossa análise por uma notícia divulgada no WSCOM.

4.4.1 Informação por WSCOM

Texto N1.1

TRE julga embargos, decide corrigir data de acórdão, mas não acolhe representação contra cassação

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba julgou, nesta segunda-feira, os embargos de declaração interpostos pelo presidente da Fundação de Ação Comunitária (FAC) e pelo governador em exercício, José Lacerda Neto, solicitando modificação na decisão que pediu a cassação do mandato do atual comando do Estado.

Um dos pontos principais do julgamento foi o reconhecimento, por parte do corregedor eleitoral, juiz Carlos Eduardo Lisboa, de um erro na data de atuação do programa Ciranda de Serviços (que foi suspensa em junho de 2006, mas constava setembro do mesmo ano).

A decisão da Corte foi de corrigir a data e manter a decisão anteriormente tomada, com base em outras provas que evidenciariam a prática de conduta vedada.

A Defesa do governador questionou cerceamento de defesa, a partir da não-inclusão nos autos de documentos do Tribunal de Contas do Estado que seriam favoráveis à inocência do governador no Caso FAC.

Nos embargos de declaração levantou-se a questão da incapacidade técnica da perita do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Lígia Urquiza, responsável por laudo que compõe os autos, matéria já discutida anteriormente pela Corte. Como preliminar, foi examinado o pedido de juntada de novos documentos referentes ao laudo complementar realizado pela perita que foi deferido, por maioria, pela Corte eleitoral.

Carlos Eduardo apresentou relatório discutindo argumentos prejudiciais do mérito e enumerando as possíveis obscuridades apontadas pelos autores dos embargos, que levariam à nulidade da decisão que cassou o governador do Estado.

Como prejudiciais, foram apontadas o tempo ilimitado de sustentação oral concedido ao Ministério Público Eleitoral durante o julgamento e cerceamento de defesa. As questões foram afastadas por unanimidade.

Entre os pontos obscuros, apontou-se a não referência a documentos do Tribunal de Contas do Estado e à ausência de potencialidade dos atos; a discussão da autonomia financeira do Fundo de erradicação e Combate à Pobreza (Funcap); a origem dos recursos aplicados em ajudas financeiras; a inversão da ordem das sustentações orais; a promoção social do governador através da FAC.

A decisão foi sem modificação do julgamento mérito. Todas as outras questões, após fundamentação, foram refutadas em seu voto, pois o relator compreendeu

não haver contradição ou obscuridade, argumentando, em algumas questões, que o juiz não é obrigado a enfrentar todos os fundamentos apontados pela parte, mas apenas aqueles que entender necessários para formar seu entendimento. (WSCOM ON-LINE, 2007c)

Começamos, então, a refletir sobre a forma de apresentar o discurso do outro já no título da notícia. O relato é o do resumo das ações do corpo de juízes do TRE-PB. A respeito dos verbos, se considerarmos os comentários de Castilho e Castilho (1993) e de Nascimento (2005), além da nossa articulação, perceberemos que o verbo *julgar*, do modo como se encontra, não se enquadraria no tipo: dizer + modalização (* TRE disse julgar). É diferente dos casos em que se mostra uma citação direta de um outro, e logo após – ou até antes – redige-se o verbo remetendo-se a um discurso apresentado, vejamos novamente o exemplo contido em N2, no Caso FAC: “*Estranhamente, neste caso, pegaram as assinaturas dos membros da Corte eleitoral de gabinete em gabinete*”, declarou Cássio (§3º). Se em lugar de *declarou* estivesse *julgou*, compreenderíamos um dizer e uma modalização avaliativa, já em em N1.1, entendemos que há uma descrição daquilo que é a função laboral de um juiz do direito na sociedade.

A segunda informação contida no título, *decide corrigir data de acórdão*, já nos revela um dizer, pois compreendemos, a partir do enunciado redigido, que o enunciador apresentado (I: corte do TRE) disse que decidiu corrigir algo. Entendemos que *decidir corrigir* é uma estrutura verbal modalizadora avaliativa de valor negativo a um elemento específico do DR: o objeto, ou seja, o acórdão sobre o qual os juízes falam. Analisamos isso a partir da interpretação do enunciado pressuposto. Ora, quando alguém diz que decide corrigir algo, é porque encontrou um incorreção no objeto analisado, o verbo *corrigir* marca essa pressuposição, que, de acordo com Maingueneau (1997 [1987]), constitui-se da informação antecipada que certos enunciados implicam e com a qual se pode desenvolver uma argumentação. Em uma perspectiva discursiva e dialógica da linguagem, os pressupostos não são apenas linguísticos, mas discursivos: ou seja, ancoram-se em realidades exteriores à língua, mas que, através dela, deixam-se reconhecer. Assim, entendamos que o enunciado pressuposto, inserido no contexto de julgamento de embargos, informa que houve um erro, mais especificamente em uma data, no texto que sentença a cassação do Governador.

A terceira informação do título é apresentada com uma estrutura refutativa, *mas não acolhe representação contra cassação*, ou seja, o enunciador apresentador (L) demonstra esperar que o conteúdo expresso acontecesse, em face do que foi informado antes, porém não

acontece. Esta negação é polêmica (cf. MAINGUENEAU, 1997 [1987]), pois se nega um enunciado positivo implícito, que, neste caso, é o fato de o TRE acolher a representação contra a cassação. Tal associação é feita pelo apresentador (L), a fim de que se interprete que há uma ligação entre *corrigir data de acórdão* e *acolher representação*, fazendo valer uma ideia de que os juízes foram de encontro ao esperado.

Percebemos que estas duas últimas informações do título compõem uma variante indireta analisadora do conteúdo com a omissão da estrutura subordinativa – [TRE] *diz que* julga embargos, mas [*diz que*] não acolhe representação contra cassação – pois existe a materialização em conteúdo da entoação interpretada por L: a do não acolhimento por parte dos juízes de algo que era esperado que fosse acolhido pelos magistrados.

Após a descrição dos fatos conforme estrutura do *lead*, o redator da notícia enfoca, principalmente, o fato de um dos juízes ter dito que houve um erro na data de atuação de um dos programas da FAC: *Um dos pontos principais do julgamento foi o reconhecimento, por parte do corregedor eleitoral, juiz Carlos Eduardo Lisboa, de um erro na data de atuação do programa Ciranda de Serviços (que foi suspensa em junho de 2006, mas constava setembro do mesmo ano) (§2º)*. O fala do citado juiz é qualificada de *reconhecimento*. Articulando as noções que consideramos sobre modalização, compreendemos que o par reconhecer/reconhecimento opera, respectivamente, como 1) modalizador avaliativo, de um lado como avaliador negativo de elemento do DR – neste caso, o enunciador apresentado (I), autor do erro, mas com julgamento pressuposto pelo apresentador e 2) modalizador avaliativo axiológico. É válido comentar o critério da atribuição do julgamento: o enunciador apresentado (I) pode ter encarado a incorreção na data como um fator não preponderante na decisão do julgamento, logo poderia não *reconhecer* um erro, mas *informar, apontar*; o enunciador apresentador (L), ao usar tal estrutura, deixa a interpretação de que tal lapso tem preponderância no fato da cassação, tanto que deixa isso exposto no título. A possibilidade da leitura de que a incorreção na data não é importante a ponto de mudar a julgamento é confirmada pela informação do curto parágrafo que segue: *A decisão da Corte foi de corrigir a data e manter a decisão anteriormente tomada, com base em outras provas que evidenciarium a prática de conduta vedada (§3º)*, pois é dito que há outras provas, além da que foi desconsiderada⁸.

⁸ Só para se ter uma ideia, o art. 73, da lei 9.504 (BRASIL, 1997), o qual trata das condutas vedadas aos agentes públicos durante as campanhas eleitorais e as elenca, apresenta oito incisos, que ainda se desdobram em diversos parágrafos e alíneas.

Seguindo com nossa análise, verifiquemos agora a apresentação do discurso dos advogados de defesa – autores dos embargos – contida nos parágrafos quarto e quinto. Inicialmente, vejamos o uso do verbo *questionar*, em *A Defesa do governador questionou cerceamento de defesa* (§4º). Percebemos um uso diferente daquele mais comum, em que descreveria uma pergunta; aqui, não se questiona para obter uma resposta que preencha uma dúvida, mas se reclama de algo que ocorreu: os advogados não perguntam *houve cerceamento?* eles afirmam indagam o porquê desse fato com intuito de modificar um texto assinado pelo TRE o qual não contemplava um conteúdo desejado pela defesa do Governador. Mais adiante, é dito que o documento contido no acórdão foi redigido por uma perita a quem os advogados atribuem *incapacidade técnica* (§5º).

De acordo com a redação da notícia, percebemos que há uma série de DRs dentro de DRs, ou seja, o jornalista apresenta o discurso do juiz Carlos Eduardo, este apresenta relatório discutindo argumentos dos advogados de defesa, que, por sua vez, remetem-se ao julgamento do Caso FAC. O jornalista torna a dizer que o juiz relator *apresentou relatório discutindo argumentos prejudiciais do mérito e enumerando as possíveis obscuridades apontadas pelos autores dos embargos* (§6º). O adjetivo *possíveis* é um clássico exemplo de modalização epistêmica quase-asseverativa, ou seja, existe uma crença, está no campo da probabilidade, logo aqui percebemos que o jornalista diluiu uma expressão do juiz, afinal este, conforme está posto, rejeitou os pontos levantados pelos advogados, por isso trata as obscuridades como hipóteses ainda não confirmadas. Aqui percebemos o fenômeno da disseminação discursiva, pois a qualificação *possíveis* é contextualizada como percepção do juiz, e o jornalista não marca que este termo é do outro. Tal fato destoa do que vem a seguir, pois, enquanto os argumentos da defesa são enumerados, os do juiz não são: o que nos leva a compreender, articulando com o que a pressuposição contida no título, que o jornalista não compartilha da opinião do magistrado, mas, mesmo assim, usa a qualificação deste sobre as obscuridades.

Conforme o texto, todos os pontos tratados como *obscuros* (§8º) pela defesa em seus embargos declaratórios foram rejeitados pelos juízes. Na apresentação de tal fato, o enunciador apresentador (L: jornalista) descreve quatro pontos levantados pelos advogados; ao informar a rejeição dos mesmos, não diz os motivos que levaram a corte a negá-los: relata-se que o juiz relator dizendo que

compreendeu não haver contradição ou obscuridade, argumentando, em algumas questões, que o juiz não é obrigado a enfrentar todos os

fundamentos apontados pela parte, mas apenas aqueles que entender necessários para formar seu entendimento (§9º)

Com efeito, fica a interpretação de que tal juiz afirmou a autoridade que compete a si e a seus colegas, sem explicar os motivos. É válido comentar que foi dito que o juiz relator *apresentou relatório discutindo argumentos prejudiciais do mérito* (§5º), porém se enumera os pontos levantados pelos advogados, e não a discussão do magistrado.

Apresentemos, então, um resumo das informações deixadas pelo texto N1.1. Na interação com o discurso dos juízes, entendemos que as mensagens (m) do discurso apresentado são: “há um erro na data referente à atuação do Programa Ciranda de Serviços”; “a decisão da corte é a de corrigir o erro referente à data e manter a decisão do primeiro julgamento, com base em outras provas”; “os pontos prejudiciais e obscuros levantados pelos embargos não serão aceitos, pois um juiz não é obrigado a aceitar todos os fundamentos apontados, mas apenas aqueles que entender necessários”. Já a mensagem (M) do enunciador apresentador (L) se constitui de: “o juiz relator reconheceu que errou, no texto do acórdão, a data referente à atuação do Programa Ciranda de Serviços”; “o fato de o juiz reconhecer o erro foi um dos pontos principais do julgamento”; “apesar de reconhecer o erro, os juízes mantiveram a decisão do primeiro julgamento, com base em outras provas”; “os pontos prejudiciais e obscuros levantados pelos embargos não serão aceitos, pois os juízes dizem que juiz não é obrigado a aceitar todos os fundamentos apontados, mas apenas aqueles que entender necessários”. Sobre esta inter-relação, compreendemos que, na mensagem (m) do DR, estão omissas as razões que levaram os juízes a rejeitar os embargos, como se o apresentador (L) recortasse apenas uma parte do discurso do juiz relator do processo. Agora, resumamos as informações na dinâmica entre a notícia e o discurso dos advogados – lembremos que, entre eles, existe um discurso do juiz como apresentador, sendo o jornalista um coenunciador deste. A mensagem (m) dos advogados é composta de: “dizemos que houve cerceamento de defesa, por causa da não-inclusão nos autos de documentos do TCE que seriam favoráveis à inocência do governador, e questionamos isso.”; “levantamos a incapacidade técnica da perita responsável pelo laudo que compõe os autos”; “existem pontos prejudiciais e obscuros no primeiro julgamento”. A mensagem (M) do enunciador apresentador (L) se compõem de: “os advogados questionaram cerceamento de defesa, a partir da não-inclusão nos autos de documentos do TCE que seriam favoráveis à inocência do governador”; “os advogados levantaram a questão da incapacidade técnica da perita responsável pelo laudo que compõe os autos”; “o juiz relator apresentou relatório discutindo

argumentos prejudiciais”; “os advogados apontaram pontos prejudiciais e obscuros: tempo ilimitado concedido ao Ministério Público, cerceamento de defesa, não-referência a documentos do TCE, ausência de potencialidade dos atos, discussão da autonomia financeira do Funcep, origem dos recursos aplicados em ajudas financeiras, inversão da ordem de sustentações orais, promoção social do Governador através da FAC.”

Com efeito, entendemos ser claro, em N1.1, o maior espaço concedido na notícia para enumeração de pontos levantados pelos advogados de defesa em relação aos presentes na discussão do juiz relator. Passemos, então, a verificar como a coluna do comentarista político de WSCOM repercutiu o julgamento de embargos.

Texto C1.1

Indução ao erro?

Perdura nos bastidores da Justiça Eleitoral do estado uma abordagem sem tom de veracidade absoluta, portanto, ainda apenas no campo especulativo, sobre situações processuais em que doutos juizes poderiam estar levantando com reflexos fortes sobre a conjuntura processual em evidência nos últimos tempos.

Em tese, o contexto do parágrafo acima pode parecer algo confuso, mas não é. De qualquer forma, tentemos entendê-lo: depois do levantamento de ordem na última sessão do TRE gerando mudança na data de vigência do programa ‘Ciranda de Serviços’, outras questões – mesmo que não modificadas pelo Pleno, passaram a ser alvo de questionamento interno e externo à Corte com perspectiva de fortes desdobramentos.

Como se sabe, a última sessão do Tribunal Regional Eleitoral, que manteve a cassação do governador Cássio, produziu alteração na questão da data do programa social após constatação do próprio juiz relator, Carlos Lisboa, ao admitir que houve erro, daí a modificação processada.

Só que, na mesma sessão, o questionamento interposto pela defesa do governador afirmando repetidamente que uma outra menção de prova contra o chefe do executivo – uma foto de Cássio em que era atribuído a ele entrega de cheque no ‘Ciranda de Serviços’ - também estava desprovida de veracidade.

Entendamos melhor: ainda hoje, agora com repercussão em corredores de Brasília, repercute fortemente o abrigo dado pelo Tribunal a uma foto apenas ao processo como prova de crime eleitoral do governador, pois serviria de atestado do uso do programa ‘Ciranda de Serviços’, só que, como insiste em reafirmar a defesa, a tal “prova improcede completamente, portanto, inexistente veracidade”.

Aliás, em se configurando o novo erro em processo da magnitude posta, seguramente que os membros do TRE vão ser cobrados a explicar a possibilidade de que outros dados básicos possam não ter sido observados ou constatados na forma devida – algo muito complicado em se confirmando.

Por essas e outras, como dizem os sábios homens e mulheres do povo da Torrelândia não é demais admitir que “muita água ainda vai rolar”. (SANTOS, 2007b)

No texto C1.1, encontramos um fenômeno interessante: uma imitação estilizada, mas não se capta o tema, e sim o gênero. O artigo se desenrola com uma linguagem jurídica, ou seja, com rebuscamento das informações e com usos incomuns à linguagem comunicativa da internet, ficando mais próximo estilisticamente de uma peça jurídica que de um artigo jornalístico da seção de política.

Logo no título, o articulista promove uma reflexão ao perguntar: *Indução ao erro?* Questionamo-nos: houve mesmo uma indução? Se houve, quem induziu? De que erro se fala: a data – erro confirmado – ou a foto – erro possível? Entendemos que tal pergunta inicial objetiva mais a polemização que a resposta e resolução de dúvidas. O texto de opinião visa a fazer valer a ideia de que, caso seja configurado um novo erro apontado pela defesa do Governador, os juízes serão cobrados a explicar a possibilidade de outros dados não terem sido devidamente observados durante o julgamento do Caso FAC.

O enunciador apresentador repercute o fato noticiado em N1.1 e propõe outras questões, de modo impessoal, sobre o comportamento dos juízes:

[...] depois do levantamento de ordem na última sessão do TRE gerando mudança na data de vigência do programa ‘Ciranda de Serviços’, outras questões – mesmo que não modificadas pelo Pleno, passaram a ser alvo de questionamento interno e externo à Corte com perspectiva de fortes desdobramentos (§2º).

Percebemos que a heterogeneidade da linguagem não é marcada, só é percebida em face à inter-relação tanto com a notícia veiculada no próprio WSCOM quanto com o julgamento de embargos amplamente divulgado em diversos setores da imprensa. O articulista, inclusive, pressupõe o conhecimento prévio de seu leitor sobre tal fato e, no terceiro parágrafo, marca esta noção de que seu público sabe do acontecimento: *Como se sabe* (§3º). A seguir, o colunista traz à tona um conteúdo do discurso dos advogados dito durante o julgamento de embargos o qual não fora noticiado em N1.1: uma outra prova que a defesa diz ser improcedente. Aliás, apresenta tal fato via uma mescla de variantes de transmissão da fala alheia: modalização autonímica em discurso segundo e discurso indireto analisador da expressão, em estilo pictórico. Vejamos: [...] *repercute fortemente o abrigo dado pelo Tribunal a uma foto [...], pois serviria de atestado do uso do programa [...], só que, como insiste em reafirmar a defesa, a tal “prova improcede completamente, portanto, inexistente veracidade”* (§5º [grifos nossos]). O primeiro trecho sublinhado corresponde a um objeto que sofre modalização do enunciado apresentador (L), especificamente “sobre o *emprego de uma palavra*, tida como emprestada de um exterior [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 136), sobre

o emprego de uma atitude de dizer, logo compreendemos que tal passagem deriva de uma estrutura do tipo *como diria a defesa*, a qual é elencada por Authier-Revuz (1998) no quadro da modalização em discurso segundo, tanto que, logo depois, o enunciador apresentador (L) menciona as palavras de outro e marca isso com as aspas. A expressão aspeada é inserida no texto sem uma separação marcante das palavras do um, de modo que “[...] integra [...] as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 168). A modalização autonímica em discurso segundo é uma variante analisadora da expressão, porém como sua estrutura já marca a fala alheia, o uso das aspas, muitas vezes, não seria necessário, mas, como se incorpora aspectos estilísticos do discurso apresentado, pode-se ir além e utilizar as palavras tal qual o outro usa. Assim, temos nesta construção dois indicadores da avaliação expressiva que o enunciador apresentador (L) faz ante o ato de enunciação apresentado (e).

Mais adiante, o articulista tenta fazer valer sua opinião, ao analisar a possibilidade de confirmação de um novo erro: o fato de o TRE-PB ter utilizado uma prova improcedente, ou seja, a foto. Não há como saber se se trata realmente de um erro, é apenas uma hipótese não confirmada. Na opinião do enunciador apresentador (L), caso se configure a incorreção, os juízes serão *cobrados a explicar a possibilidade de que outros dados básicos possam não ter sido observados ou constatados na forma devida* (§6º) Assim, o comentarista político, ao repercutir o fato, silencia quaisquer explicações dos juízes sobre o fato, apresenta a possibilidade de outro erro – dando voz ao discurso dos advogados – e traça um panorama do que poderá acontecer. Sobre este trecho, questionamo-nos: quem cobrará dos juízes? O articulista aqui se investe como voz de uma coletividade, indicando que, havendo dois erros confirmados, poder-se-ia encontrar outros.

No desfecho do artigo, faz uso mais uma vez da modalização autonímica em discurso segundo, porém, desta vez, acompanhada da citação de um dito popular. É interessante a associação feita entre um saber do povo a uma comunidade específica: o povo da Torrelândia. Por se tratar de portal editado na capital paraibana, identificamos, pelo contexto, que a referência é feita a um bairro antigo da cidade de João Pessoa o qual possui o citado nome. Em outras colunas, o comentarista político comumente modaliza desta forma atribuindo à comunidade da Torrelândia um dito mais universal. Tal movimento pode acontecer devido a uma afeição estabelecida entre o sujeito e o bairro e confere à citada comunidade um caráter popular e sabedor.

Vamos, então, resumir a mensagem do texto C1.1. O diálogo geral é com os discursos advindos do julgamento de embargos, logo, na inter-relação com o discurso dos advogados, a mensagem (m) da enunciação (e) apresentada é: “a foto é uma prova improcedente”; e a mensagem (M) do apresentador (L) é acrescida de opiniões: “os advogados disseram que a foto é uma prova improcedente: em se configurando esse novo erro, os membros do TRE serão cobrados a explicar a possibilidade de outros problemas”. Na verdade, esta mensagem (M) é construída também na dinâmica com o discurso dos juízes, o qual é silenciado, afinal: que disseram os magistrados sobre o uso da foto como prova? Acerca disso, não podemos enquadrar possíveis explicações dos juízes na discussão feita pelo juiz relator sobre os chamados pontos prejudiciais e obscuros contidos nos embargos declaratórios, conforme o sexto parágrafo de N1.1, até porque essa questão da foto também não consta entre as ditas obscuridades levantadas pela defesa do Governador. Podemos dizer, com convicção, que, em C1.1, tal fato é tratado sob uma perspectiva de citar o discurso dos advogados, sem apresentar o posicionamento dos juízes.

4.4.2 Informação por CLICKPB

Vejamos agora os textos veiculados no CLICKPB.

Texto N2.1

TRE admite erros em ação contra Cássio, mas rejeita embargos

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba acabou de reconhecer, na tarde desta segunda-feira (15), que houve um erro material no acórdão que oficializou a cassação do governador Cássio Cunha Lima (PSDB), acusado de conduta vedada nas eleições do ano passado. Apesar disso, a Corte eleitoral entendeu por unanimidade que deveria rejeitar os embargos declaratórios apresentados pelos advogados do vice-governador José Lacerda Neto e do presidente da FAC, Gilmar Aureliano.

Cada um dos dois embargados alegavam doze itens que poderia acarretar nulidades no processo. Entre eles, falta de defesa, falhas na perícia, não recebimento de provas e tempo excessivo usado pelo Ministério Público.

O único deslize acatado pela Corte foi cometido pelo juiz-corregedor Carlos Eduardo Leite Lisboa, relator do processo, que reconheceu o erro. Ele simplesmente registrou no acórdão que o governo do Estado realizou a Ciranda de Serviços até setembro de 2006. O advogado Fábio Andrade alertou, apresentando documento da Casa Civil, que o programa foi suspenso no dia 21 de junho, ou seja, dias antes do início do processo eleitoral.

Com base nisso, o desembargador Abraham Linlcon disse que o erro teria que ser corrigido. O clima esquentou e a sessão foi suspensa. Não antes do presidente do

TRE, desembargador José Jorge, cassar a palavra do advogado Fábio Andrade, que declarou “em tantos anos de exercício nunca tive a minha palavra cassada”.

O presidente recuou da decisão e não cassou a palavra do advogado.

No retorno da sessão, Eduardo Lisboa reconheceu o erro, mas não admitiu mudança na decisão final porque declarou que outros fatores o levaram a entender que houve conduta vedada por parte de Cássio.

Os advogados Fábio Andrade e Delosmar Mendonça se disseram parcialmente satisfeitos. “É um elemento a mais que levaremos ao Tribunal Superior Eleitoral”, declarou Delosmar.

Antes de julgar os embargos declatórios, o TRE voltou a rejeitar mais três ações que pediam a suspeição do juiz-corregedor Carlos Eduardo Leite Lisboa. (CLICKPB, 2007c)

O texto N2.1 informa o mesmo fato que o N1.1: o julgamento de embargos, porém com o detalhamento de algumas informações – que vão desde o nome do Presidente da FAC até a quantidade de itens que os embargados alegaram – e a omissão de outras, como o nome e instituição para a qual trabalha a perita responsável.

No título, percebemos o mesmo movimento existente na notícia publicada em WSCOM: uma refutação que relaciona dois fatos, como se, do desenrolar de um, fosse esperado o acontecimento do outro, o qual não acontece, ou seja, fazendo valer uma ideia de que os juízes foram de encontro ao esperado. Destacamos aqui o uso de *admite*, cujo valor semântico assemelha-se com o uso de *reconhecimento* em N1.1 (§2º). No texto agora em análise, trata-se não de um qualificador, mas de um verbo *dicendi* modalizador avaliativo com valor negativo para um elemento do DR: o enunciador apresentado (I), neste caso, o TRE. Do mesmo modo, logo no primeiro parágrafo, L modaliza tratando o dizer do tribunal como um reconhecimento e relaciona este conteúdo como determinante para o não cumprimento do outro: a aceitação dos embargos, a qual não ocorre, daí o uso de *Apesar disso* (§1º). Chamamos atenção ainda a estrutura *acabou de reconhecer* (§1º): além de representar a modalização avaliativa tal qual o verbo *admitir*, descreve o acontecimento cronologicamente, revelando que o fato ocorreu pouco antes da publicação da notícia, algo típico, na escrita, do jornalismo digital. Salientamos que, já no título, o discurso do outro é apresentado sob a variante indireta analisadora de conteúdo; este aporta os aspectos entoativos revelados através do verbo *admitir* e do enunciado refutativo que segue.

Após a enumeração de alguns pontos contidos nos embargos declaratórios, o enunciador apresentador (L) relata o fato do erro quanto à mudança de data. A avaliação do

discurso outro aparece aqui marcada pela estrutura nominal em *–mente* (*EN –mente*⁹): *Ele simplesmente registrou no acórdão que o governo do Estado realizou a Ciranda de Serviços até setembro de 2006* (§ 3º). Ribeiro (2006) constata que “[...] uma mesma *EN –mente* pode aparecer como constituinte de diferentes movimentos discursivos [...]” (p. 138). Assim, *simplesmente* possui diversos usos conforme a tomada de posição que o enunciador pretende operar. Neste caso, percebemos não se tratar de um advérbio que revela um *modo simples* de se registrar o acórdão, mas observamo-lo como uma marca da atitude apreciativa do apresentador em face ao objeto que enuncia: o discurso do outro, ou seja, é um modalizador avaliativo. Neste uso específico – proveniente do registro falado, compreendemos que *simplesmente* revela que o fato contado a seguir é, ao contrário do mais simples, um acontecimento surpreendente, incomum, logo o enunciador apresentador (L) aprecia o erro da data como algo que foge do comum. Compreendemos, então, que, apesar da *EN –mente* possuir, na sua forma, a palavra *simples*, a ideia deixada é oposta, daí não é demais dizer que esta acepção – tal qual está no texto – deriva-se de uma ironia, pois dois enunciados são apreendidos, sendo um deles descreditado pelo outro, porém é um processo irônico tão cristalizado, que seu uso, de tão comum que é, parece ficar em segundo plano, sendo a modalização o fenômeno mais perceptível.

Um fato contado no texto N2.1 que não aparece em N1.1 é o embate entre um advogado e o Presidente do TRE-PB. A inserção de tal passagem não é das mais relevantes para se ter ciência do cerne do julgamento de embargos, mas ambienta a situação (sit) do DR. Assim, o leitor tem uma maior noção de que havia um certo acirramento nos ânimos. Chamamos atenção os verbos usados para apresentar os atos enunciativos do juiz.

Vejamos o primeiro trecho: *O clima esquentou e a sessão foi suspensa. Não antes do presidente do TRE, desembargador José Jorge, cassar a palavra do advogado Fábio Andrade, que declarou “em tantos anos de exercício nunca tive a minha palavra cassada”* (§4º). A forma de se apresentar a fala do juiz depende não só discursiva, mas sintática e estruturalmente dos enunciados – e das orações – anteriores, de todo modo, percebe-se a informação *presidente do TRE cassar a palavra do advogado*. Ela foge do esquema de base do DI pelo fato de o verbo estar no infinitivo, logo é uma variante de DI analisadora de conteúdo, pois, no modo como este é apresentado, estão diluídas as apreciações entoativas do enunciador apresentador (L). O verbo *cassar* é um *dicendi* modalizador avaliativo com valorização negativa de um elemento do DR – o coenunciador (r: advogado). Ao articularmos

⁹ Termo utilizado por Ribeiro (2006) em seu estudo sobre as mesmas. Lamentamos o fato de, entre inúmeras *EN–mente* e em diferentes usos, não haver, no *corpus* utilizado pela autora, a expressão *simplesmente*.

os dois últimos critérios, compreendemos que, diferentemente da maioria analisada neste *corpus*, a avaliação expressa pelo verbo não é do enunciador apresentador (L) sobre o enunciador apresentado (I), mas é este quem deprecia o seu enunciatário (r), cassando-lhe a palavra. Já quando se apresenta a fala do advogado, o verbo *dicendi* não é modalizador, mas apenas descritivo indicador de relato: *declarar*, com um DD preparado por uma construção indireta. A menção da fala alheia é de um trecho cujo conteúdo expressa que é surpreendente o fato mencionado antes: a cassação da palavra do advogado, já que, conforme o próprio, isso nunca acontecera. Mais adiante, concluindo esta passagem específica, a fala do juiz é apresentada como um recuo: *O presidente recuou da decisão e não cassou a palavra do advogado* (§5º), o verbo *recuar*, tal qual *cassar*, é um modalizador avaliativo de valor negativo a um elemento do DR, porém mudam quem atribuiu a apreciação e o elemento: agora, quem é depreciado é o enunciador apresentado (I), e quem expressa o julgamento é o enunciador apresentador (L).

Com efeito, percebemos, no trecho supracitado, a apresentação de um juiz que *cassa e recua* e de um advogado que apenas *declara*, enquanto para este o tratamento produz efeito de imparcialidade, aquele tem seu discurso apreciado negativamente. No penúltimo parágrafo, a dinâmica em relação à defesa do Governador ainda é mantida: novamente uma citação direta da fala dos advogados preparada por uma construção indireta, mas, desta vez, com um verbo *dicendi* descritivo posposto: *Os advogados Fábio Andrade e Delosmar Mendonça se disseram parcialmente satisfeitos. “É um elemento a mais que levaremos ao Tribunal Superior Eleitoral”, declarou Delosmar* (§7º). Aqui se relata uma fala otimista da defesa do Governador. A construção indireta que prepara a citação é um comentário efetivo e antecipador do conteúdo. Percebemos uma disseminação discursiva, pois a expressão *parcialmente satisfeitos*, apesar de ser uma qualificação axiológica condiz com o contexto apresentado e com a citação que segue, ou seja, é bem peculiar aos advogados naquele momento e até poderia estar marcada por aspas, porém o que mais indica que a forma foi utilizada por eles é a reflexiva *se disseram*.

Resumamos, então, as inter-relações entre o enunciador apresentador (L) e os discursos que traz para construir a notícia. Toda a referência às falas é o objeto da informação: ao julgamento de embargos, principalmente, ao discurso do corpo de magistrados e ao discurso dos advogados de defesa. No primeiro jogo dialógico, percebemos a mensagem (m) dos juízes: “Houve um erro material no acórdão que oficializou a cassação do Governador”; “O erro deve ser corrigido”; “A corte entende por unanimidade que deve rejeitar os embargos declaratórios e não mudar a decisão final por haver outros fatores que levam a entender que

houve conduta vedada por parte do Governador”. Já a mensagem (M) do ato de enunciação apresentador (E) compõe-se basicamente de: “O TRE acabou de reconhecer/admitir que houve erro material no acórdão que oficializou a cassação do Governador: o juiz relator simplesmente registrou no acórdão que o Governo realizou o programa até setembro”; “O TRE decidiu corrigir o erro”; “Apesar de reconhecer/ admitir o erro, o TRE entendeu por unanimidade que deve rejeitar os embargos declaratórios e não mudar a decisão final, declarando haver outros fatores que levam a entender que houve conduta vedada por parte do Governador”. A inter-relação com a fala dos advogados é atravessada também com o discurso dos juízes. A mensagem (m) da defesa é formada por: “Há um documento da Casa Civil que apresenta que o programa foi suspenso no dia 21 de junho”, em réplica a mensagem (m) dos juízes que trata da existência do erro; “Em trinta anos de exercício, nunca tive a minha palavra cassada”, em resposta à atitude do Presidente – relatada por L – de cassar a palavra de um dos advogados; “Estamos parcialmente satisfeitos: é um elemento a mais que levaremos ao Tribunal Superior Eleitoral”.

Com efeito, em N2.1, tal qual N1.1, os outros fatores que levaram a corte a entender que houve conduta vedada por parte do Governador não são relatados, é feita uma relação de causalidade esperada e não cumprida entre a ocorrência do erro e a mudança da decisão final. Além disso, é apresentado um embate entre um advogado de defesa e um juiz, sendo a fala deste avaliada negativamente e a daquele apenas descrita.

Texto C2.1

O erro

Errar é humano. Corrigir é divino. Reformar é, digamos, possível. É, mais ou menos, esse o sentimento que ficou do julgamento desta segunda-feira no Tribunal Regional Eleitoral. Especialmente, na cabeça dos aliados tucanos. Para o mais pessimista deles, o reconhecimento do erro por parte do Tribunal representou uma luz no fim do túnel.

Sem medo de errar, vamos aos efeitos – psicológicos e jurídicos - da falta.

O primeiro deles recai sobre as acusações que pesam, por parte do próprio governador, contra os juízes Carlos Eduardo Leite Lisboa e Nadir Valengo, questionados em suas posições por infundáveis ações de suspeições.

Acusado de julgar de forma pouco imparcial, Carlos Eduardo Leite Lisboa tinha que errar justamente para prejudicar Cássio? Ele, que meses atrás, criticou em plena sessão a decisão do TSE de manter Cássio no cargo por meio de liminar?

Se errou, é porque julgou com pressa. Porque está dito há milênios que a pressa é inimiga da perfeição. Mas errar é humano. É verdade. O que não é humano é apostar no erro. E foi o que aconteceu durante todo esse tempo.

A Corte Eleitoral teria engolido gato por lebre se não houvesse contestação da defesa.

E o gato, neste caso, teve total influência no julgamento. Porque se Cássio não participou de Ciranda de Serviços durante a campanha, encerrada quinze dias antes, como é que pode ser cassado por conduta vedada?

O sinal de alerta do Tribunal foi aceso para outras ações contra o governador. Essa é outra face do efeito psicológico. É notório que, a partir deste erro, os membros do Pleno do TRE – especialmente aqueles que não erraram – vão ter cuidado dobrado ao checar tudo o que sai da boca e da caneta de seus pares.

Por fim, ao errar no processo contra Cássio dá-se a impressão que todo o restante está eivado de vícios e erros. Mesmo não estando.

Do ponto de vista jurídico, o reconhecimento do erro do TRE revela que o Tribunal Superior Eleitoral terá uma visão mais próxima dos detalhes que formalizaram o processo de cassação. E é claro que este erro será evidenciado pela assessoria jurídica de Cássio.

Um chute na canela do relatório que cassou o mandato do governador.

E é provável que o TSE, até por julgar com menos açonamento, encontre outros erros no processo.

O que pode levar aos ministros a uma interpretação totalmente contrária a que foi dada quando cassaram o governador. (TÔRRES, 2007b)

Entendemos que, no texto C2.1, o enunciador apresentador (L) propõe reflexões sobre a possibilidade de: haver mais erros no julgamento do Caso FAC; o juiz relator ter sido parcial; o julgamento do TSE ser diferente do TRE. Ao comentar o que chama de *efeitos – psicológicos e jurídicos* – (§2º), percebemos indícios, na materialidade da língua, de que suas indagações e relações de causalidade em face ao fato ocorrido funcionam como elementos que confirmam as reflexões propostas como convicções que L tenta fazer valer.

Logo no início do texto, há uma menção a um provérbio, porém não é marcada por sinais tipográficos. Ocorre em seguida uma imitação que ressignifica o já-dito: *Errar é humano. Corrigir é divino. Reformar é, digamos, possível* (§1º). Observa-se que, no segundo trecho, a estrutura do enunciado de domínio popular é captada com paralelismo sintático. Já no terceiro, a imitação formal é quebrada por uma modalização autonímica em discurso segundo, a qual atribui para si esta maneira de dizer. Assim, o enunciador apresentador (L) resume os fatos ocorridos durante o julgamento de embargos do Caso FAC, associando, respectivamente às três orações: o erro em relação à data; a decisão tomada pela corte de corrigir o equívoco; a decisão tomada pela corte de não reformar a decisão final. A terceira oração não representa apenas uma quebra estrutural ou só uma marcação do dizer como do um que enuncia, mas é também um rompimento das qualificações. Nas duas primeiras, evidencia-se o caráter comum e nobre, do erro e da correção, respectivamente, então, vem uma outra construção onde, em vez de se operar no campo da modalização avaliativa (*humano e divino*), trabalha-se com um modalizador epistêmico quase-asseverativo (*possível*). Enquanto os verbos expressam, semanticamente, atitudes que crescem em um grau de mudança, ou seja, *corrigir* sugere modificação pontual; *reformar*, uma modificação maior, os

qualificadores rompem com esta relação, pois, se fosse mantida, a terceira atitude receberia uma qualificação não-axiológica com grau de elogio maior que *divino*. O jogo argumentativo produzido por L se inicia aqui, ao simplificar as atitudes tomadas pelos juízes, sugerindo que uma reforma fosse a atitude esperada e a mais nobre de todas.

Ao repercutir os efeitos, pressupõe que o público já esteja informado das acusações feitas pelo governador a dois dos juízes da corte eleitoral. Quando trata especificamente do juiz corregedor, o articulista desenvolve dois questionamentos. Vejamos-los.

No primeiro: *Carlos Eduardo Leite Lisboa tinha que errar justamente para prejudicar Cássio?* (§4º), chama-nos atenção o uso de uma forma verbal modalizadora deôntica: *tinha que errar* e da *EN-mente*, que focaliza o conteúdo que segue. Acerca do verbo, não se trata de um *dicendi*, mas indica um condição de obrigatoriedade do acontecimento, expressa por *ter que* + verbo no infinitivo, porém aqui é redigido em forma de pergunta, questionando-se, portanto, a necessidade de o fato ocorrer. Já a palavra *justamente*, de acordo com Ribeiro (2006), pode funcionar como focalizadora, ou seja, enfatiza um determinado elemento, neste caso, a proposição *para prejudicar Cássio* (§4º). Entendemos que o enfoque é estabelecido pelo enunciador colunista sobre um fato ao qual ele atribui caráter deôntico, logo tal movimento não é à toa. O uso deste jogo pode assumir um tom de reclamação à atitude cometida, ou seja, *justamente* aqui não opera um movimento discursivo de justificação nem revela que algo ocorreu de *modo justo*, mas acentua o caráter questionador bem como o conteúdo questionado, ou seja, indaga-se não só para saber por que ocorreu, mas para reclamar por ter ocorrido, como em construções do tipo: “Por que isso justamente comigo?”; “Você tinha que fazer isso justamente com Fulano?”, etc. O fenômeno nos parece semelhante ao processo irônico que ocorre com *simplesmente* no texto N2.1, ou seja, a ideia de justo e de justificativa são subvertidas, pois há uma indagação reclamadora de algo considerado injusto por quem enuncia.

O segundo é um questionamento sobre uma informação a respeito do juiz: *Ele, que meses atrás, criticou em plena sessão a decisão do TSE de manter Cássio no cargo por meio de liminar?* (§4º) Está dito que o magistrado criticou uma decisão de instância superior a sua, logo se expõe que – e se indaga porque – o citado juiz aponta erros de outros e também erra.

Mais adiante, o articulista estabelece uma relação de causalidade e consequência entre o erro e a pressa, ancorado em um provérbio. O domínio universal e histórico do enunciado é expresso como explicação para a opinião do enunciador: *Se errou, é porque julgou com pressa. Porque está dito há milênios que a pressa é inimiga da perfeição* (§5º).

Aliás, relembremos que tal dito já fora utilizado como argumento pelo Governador em notícia do mesmo portal (N2). Logo depois, retoma outro enunciado proverbial – dito também no primeiro parágrafo – como uma justificativa ao erro, deixando expressa linguisticamente uma possível objeção do leitor, depois ratifica o conteúdo do provérbio e enquadra a atitude do juiz corregedor não como um erro simples e comum ao ser humano, mas como um erro mantido, que, de acordo com o enunciador, não seria humano: [...] *Mas errar é humano. É verdade. O que não é humano é apostar no erro. E foi o que aconteceu durante todo esse tempo* (§5°).

No sexto parágrafo, o colunista dissocia o juiz corregedor dos demais membros do TRE, buscando fazer valer a convicção de que a corte está isenta ao erro, cuja responsabilidade seria apenas do juiz relator. Depois disso, tal qual os enunciadores apresentadores nos textos N1.1 e N2.1, avalia o erro das datas como importante, ao dizer que *teve total influência no julgamento* (§6°), e estabelece outra relação da causa e consequência: desta vez, entre a participação do Governador na Ciranda de Serviços durante período de campanha e a cassação do político. Se, nas notícias, os demais fatores – que levaram o juiz corregedor a compreender a conduta vedada do réu – são, ao menos, mencionados, em C2.1, eles não aparecem, fato que configura ainda mais o silenciamento da voz do referido magistrado. Além disso, ao dissociar o restante dos juízes do juiz relator, o articulista usa a expressão *gato por lebre* (§6°). É válido comentarmos como o dialogismo opera nesta passagem: tal dito popular é conhecido por indicar fraude, enganação, ou seja, sugere-se que o corregedor do TRE de tentou ludibriar seus colegas, que teriam *engolido* (§6°), caso os advogados não contestassem.

Com efeito, o enunciador segue a estabelecer relações de consequências advindas do erro sobre a data do programa: é levantada a hipótese de todo processo estar *eivado de vícios e erros* (§9°) e a probabilidade de o TSE encontrar mais erros. Além disso, há um comentário que causa estranhamento por aparentar ser uma qualificação, mas não se fica claro se é realmente e o que seria qualificado. Trata-se do trecho *Um chute na canela do relatório que cassou o mandato do governador* (§10°), que constitui sozinho um parágrafo. Levando em consideração que se trata de uma gênero jornalístico digital de comentário, essa passagem é, de certo modo, uma característica da espontaneidade, comum na oralidade e na internet. Mais que a definição, importa-nos o seu conteúdo: o articulista faz valer a convicção de que o relatório – do juiz corregedor – está enfraquecido, machucado.

No texto C2.1, a heterogeneidade da linguagem é raramente marcada, percebemos através de um trabalho interpretativo buscando relações com o fatos já noticiados. O discurso do outro não se apresenta conforme esquemas de base nem pelas diversas variantes apontadas

nos outros textos. O enunciador exprime diversos comentários – característica do gênero – e, para fazer valer suas ideias: lança mão de relações de causa e consequência entre elementos que não necessariamente se relacionariam assim; questiona com tom reclamativo sobre o erro e o qualifica com modalização avaliativa axiológica.

O discurso do outro permeia todo o artigo, logo, com base no próprio texto e nas informações contidas nas notícias, compreendemos que, ao se referir ao julgamento de embargos, o enunciador promove: com o discurso do juiz corregedor, uma depreciação, uma sugestão de possível fraude. Já com o discurso do Governador, o qual não é silenciado, entendemos que a mensagem (m) deste é “questiona-se sobre as suspeições”, já a mensagem (M), não subverte, mas amplifica a voz julgadora: “existem acusações, por parte do governador, contra os juízes, questionados em suas posições por infundáveis ações de suspeições”. A mensagem (m) do discurso do juiz relator é percebida apenas contextualmente, a qual é a mesma expressa em N1.1 e N2.1: “há um erro sobre a data de realização da Ciranda de Serviços; o erro será corrigido; a decisão final não será alterada”; a mensagem do discurso do um que enuncia – o articulista – é: “o TRE errou, admitiu o erro, mas não reformou a decisão”; “o erro foi preponderante para decisão”; “o relatório tentou enganar a corte: passando gato por lebre”. Enfim, o enunciador apresentador (L) toma os discursos já conhecidos e os apresenta envoltos por outra situação, inserindo comentários conforme seus objetivos, dando mais espaço a este e menos àquele discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostraremos agora alguns resultados colhidos em face à observação e reflexão analítica do *corpus*. Primeiramente, mencionaremos a verificação dos objetivos; depois, comentaremos sobre outros fenômenos verificados nas notícias e artigos dos portais noticiosos WSCOM e CLICKPB.

O nosso objetivo geral foi alcançado ao verificarmos que os elementos introdutórios do DR funcionam como modalizadores – quase sempre avaliativos – da fala alheia, ou seja, expressam comentários efetivos do enunciador relator sobre aquilo que relata. Com efeito, a seleção do verbo norteará a interpretação do conteúdo seguinte, indicando o posicionamento do apresentador sobre algum elemento do DR. As demais proposições que contornam o DR também agem do mesmo modo, porém seus usos podem ser ainda mais incisivos, já que seriam, em um relato da fala alheia, menos necessárias que os verbos *dicendi*, constituindo-se, portanto, como um elemento a mais na situação discursiva (SIT). No texto N2, por exemplo, as expressões *num discurso duro*, *num discurso contundente*, além do verbo *alegar*, elementos do contexto introdutor do DR, são modalizadores que avaliam o discurso do outro, credibilizando-o. Ao selecionar *alegar* em vez de um verbo como *dizer* ou *declarar*, insere-se uma modalização em um elemento que faz parte da estrutura do DR: o verbo. Já ao qualificar o discurso que segue, além de se modalizar, insere-se um elemento que não é primário na estrutura do DR, ou seja, comenta-se propositalmente com intuito de qualificar a fala citada. Ainda em N2, a inserção de informações sobre a notícia acerca de o juiz ter advogado para a família Maranhão ratifica a solidariedade do enunciador apresentador com o apresentado. De modo oposto, no texto C2, o enunciador apresentador (L) silencia opiniões e argumentos do enunciador apresentado: o discurso do senador é apenas avaliado como *história de perdedor*.

Volochinov (2006 [1929]) já apontava caminhos para isso, ao dizer que

os aspectos da construção verbal formal que têm uma significação temática, isto é, que são necessários à compreensão da posição semântica do falante são transformados de maneira temática [...] ou então são integrados no contexto narrativo, como uma característica formulada pelo autor (p. 167).

Com efeito, os modalizadores são a materialização, em conteúdos, dos aspectos entoativos interpretados pelo enunciador apresentador (L) acerca do discurso do outro e constituem marcas de uma tomada de posição do sujeito. Conforme vimos nas análises, trata-

se do *colorir* ao qual se refere Volochinov (2006 [1929]) e está no âmbito da situação discursiva (SIT) da enunciação apresentadora (E), comentando aspectos da enunciação relatada (e).

Refletindo sobre os projetos discursivos dos gêneros, dizemos que, conforme apresentamos no capítulo III, a objetividade é um alcance impossível, mas de busca incessável. Assim, a tomada de atitude do enunciador frente ao que enuncia existe, porém percebemos que determinados usos da modalização avaliativa não condizem com os padrões do *apartidarismo*, do *pluralismo* (FOLHA DE S. PAULO, 2001) e da *imprensa livre* (CRUVINEL, 2006). Não se trata de mostrar todas as tendências ideológicas possíveis, mas de, pelo menos, apresentar aquelas que estão mais latentes, as contraditórias imediatas. A notícia é o gênero do *fazer saber* (MOIRAND, 1999), logo as qualificações avaliativas não-axiológicas lhe seriam impróprias, dado o seu caráter mais explícito e de função qualificadora natural, porém se pode expressar a tomada de atitude através do verbo *dicendi*, que é necessário à dinâmica do DR e, portanto, destacaria menos o aspecto avaliativo quando comparado com adjetivos, advérbios e demais comentários. Já o artigo de coluna, gênero de comentário, abriga: modalizações deonticas, quando o comentarista possui apresenta um panorama dando sugestões seguras e precisas sobre quais fatos têm, segundo ele, a obrigatoriedade de ocorrer: este caso não foi característico em nosso *corpus*; modalizações epistêmicas, quando o articulista discute hipóteses não confirmadas, sugerindo o desenrolar dos fatos ou quando assegura o acontecimento; modalizações avaliativas, para marcar melhor uma tomada de posição: [...] *ficou parecendo história de perdedor*, Texto C2 (§1º).

Com efeito, o Texto N1 é que o mais condiz com os parâmetros do *fazer saber*, da busca pela objetividade, sem ferir os princípios do pluralismo, do apartidarismo e da imprensa livre. Em momento algum, há avaliações com valoração negativa, positiva ou instigadora de polêmica, tampouco, qualificações axiológicas: a principal atitude do enunciador apresentador (L) é de antecipar a decisão do julgamento informado.

Já o Texto N2 apresenta algumas modalizações avaliativas. Em *Num discurso contundente*, [...], *Cássio alegou cerceamento de defesa* [...] (§2º). O verbo *alegar*, conforme dissemos, é um instigador de polêmica, algo que a notícia pode incitar e sem, necessariamente, contradizer a imprensa livre. Do mesmo modo, pode agir a qualificação não-axiológica *contundente*, a diferença agora é que, em vez de polemizar, o enunciador (L) opta por qualificar positivamente o discurso do outro, ao mesmo tempo em que o apresenta. Em N1.1 e N2.1, os enunciadores apresentadores usam a modalização avaliativa para depreciar os discursos dos juízes: *Um dos pontos principais do julgamento foi o reconhecimento, por parte*

do corregedor eleitoral, juiz Carlos Eduardo Lisboa, de um erro na data de atuação do programa Ciranda de Serviços, Texto N1.1 (§2º); O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba acabou de reconhecer [...] que houve um erro material no acórdão que oficializou a cassação do governador [...], Texto N2.1 (§1º); O presidente recuou da decisão, Texto N2.1 (§5º); Eduardo Lisboa reconheceu o erro, Texto N2.1 (6º). A diferença entre os textos do Caso FAC e os do grupo *Julgamento de Embargos e o Erro*, é que, neste, há duas tendências ideológicas: os juízes e os advogados, em vez de apresentar ambas, como reza o jornalismo de imprensa livre, opta-se por fazer saber uma versão que descredibiliza os magistrados.

Sobre os artigos de coluna, como visam a fazer valer uma opinião, percebemos que, nos do Caso do FAC, um trabalho em torno da modalização epistêmica quase-asseverativa, no tocante a sugestão de possíveis panoramas do quadro político paraibano a partir da cassação: *Só que Cássio deve resistir*, no Texto C1 (§10), *Essa talvez seja a melhor posição, por incrível que pareça, para Maranhão: que Cássio se mantenha no cargo por liminar*, no Texto C2 (§6º). As avaliações feitas pelos enunciadores articulistas caem sobre a corte eleitoral, fato bastante esperado, já que se comenta sobre o mérito da decisão dos juízes, relembremos algumas do Texto C1 (*grifos nossos*): *Leve-se em conta que por pouco a radicalidade não se implantou em plena segunda-feira quando o presidente do TRE, desembargador Jorge Ribeiro, recuou de encaminhamento feito por ele de que o afastamento do governador se daria de imediato*, (§6º); [...] *o conjunto majoritário de juízes ignorou ou não se viu convencido com os argumentos da defesa* (§5º), e do Texto C2 (*grifos nossos*): *O relatório do juiz Carlos Eduardo Leite Lisboa chegou a ser melhor do que o parecer do Ministério Público [...] o parecer do relator foi uma faca afiada* (§3º). Assim, os enunciadores apresentadores (L) buscam fazer valer a ideia de que a corte eleitoral: quase tomou ações radicais e delas recuou; ignorou ou não se convenceu com os argumentos da defesa; apresentou, através do juiz relator, um parecer mais decisivo que o do Ministério Público.

Entendemos que essa tomada de posição, apesar de criticar um lado, não contradiz completamente os princípios do pluralismo, do apartidarismo e da imprensa livre, afinal percebemos o discurso dos juízes sofrendo avaliações, mas sendo apresentado. Poder-se-ia dar mais espaço à voz da corte, porém não há um silenciamento completo. É válido ainda comentar que aqui pode haver uma crítica a uma instituição maior, conforme os princípios e costumes da sociedade, não possui adversários lícitos, logo não se trata do discurso opositor da justiça – o da não-justiça, ou seja, injustiça, mas de um discurso crítico sobre determinadas ações institucionais. É diferente, no entanto, da menção ao discurso do senador Maranhão, em

C2. Nesta inter-relação, a fala do outro é qualificada de *história de perdedor* (§1º), sem que se mencione demais conteúdos nela expressos e razões para classificá-la como tal. Além disso, agora não se critica uma grande instituição que não teria adversários, mas sim um grupo político, através de um membro emblemático, o qual dentro do sistema político brasileiro e paraibano possui adversários lícitos, não à toa, representado por diferente partidos, logo não lhe dar mais espaço é não apresentar a voz contraditória à tendência que o enunciador adota. Assim, as inter-relações com o discurso dos magistrados até poderiam romper com os princípios da imprensa livre, porém percebemos que a qualificação do discurso do senador, seguida da ausência de razões, é mais exemplar.

No texto C1.1, o enunciador apresentador trabalha com a sugestão de pressuposições, fazendo valer a ideia de que pode haver outros erros, inclusive apontando um outro possível erro, além de indicar uma cobrança sofrida pelos juízes, caso o equívoco seja configurado. O discurso dos magistrados é inserido em uma situação discursiva (SIT) que o questiona e sobre o qual põe dúvidas. Aqui, relembremos, trata-se de um julgamento de embargos, porém o erro sobre a data de realização do programa é o que chama mais atenção, de modo que o apresentador (L) põe uma lupa sobre tal fato e diminui a relevância de outros argumentos levantados pelos juízes como suficientes para cassar o Governador. Assim, o colunista comenta sobre um fato, expõe o seu posicionamento, estabelece suas críticas, mas ignora o contraditório, ou seja, fala do equívoco do juiz relator, mas não comenta as outras faltas por causa das quais o Governador foi acusado e cassado.

A mensagem (M) expressa em C2.1 acentua as deduções sugeridas em C1.1, pois agora se questiona também a imparcialidade de alguns dos magistrados, principalmente o juiz relator: *Acusado de julgar de forma pouco imparcial, Carlos Eduardo Leite Lisboa tinha que errar justamente para prejudicar Cássio?* (§3º). O enunciador apresentador sugere ainda que o citado juiz tentou ludibriar os demais: *A Corte Eleitoral teria engolido gato por lebre se não houvesse contestação da defesa* (§6º). Além disso, evidencia-se ainda mais o fato do erro, sem qualquer crítica a demais razões que culminaram o indiciamento por crime eleitoral.

Com efeito, reafirmamos que os modalizadores avaliativos marcam juízos de valor do enunciador apresentador (L) sobre vários elementos do DR, fazendo valer opiniões, mesmo em textos de informação, fato que não fere as noções de pluralismo, apartidarismo e imprensa livre, as quais só são desconsideradas quando, ao lado de tais apreciações da fala alheia, não se dá espaço à voz contraditória.

Vamos agora mostrar algumas peculiaridades nas formas encontradas em nosso *corpus* as quais não foram apresentadas pelos estudiosos que consultamos, mais precisamente: a nominalização e a impessoalidade no esquema do DI.

Nesta pesquisa, notou-se uma estrutura aparentemente esquecida que se diferencia do padrão sintático clássico de DI, mas que não o deixa de ser, pois se percebem dois enunciadores, sem que um mencione o outro, mas E apresenta *e* com novos termos. Trata-se das formas do tipo: *Cássio alega cerceamento e pede nulidade do julgamento do TRE*. No DI clássico, há um objeto direto oracional; no caso aqui observado, o objeto direto é nominal, e o substantivo que segue após o verbo *dicendi*, aparentemente, poderia ser derivado de – ou derivar – um verbo: *Cássio alegou que houve/ foi cerceamento/cerceado e pediu que o julgamento do TRE fosse anulado*. Tal forma de DI não é mencionada em qualquer das nossas consultas teóricas principais: Volochinov, (2006 [1929]), Authier-Revuz (1982; 1998) e Mainueneau ([1996 [1990]; 1997 [1987]). Como a dinâmica do DR é de compreendê-lo como um discurso dentro de, e sobre, um discurso, tal tipo, apesar de não mencionado, não deixa de sê-lo.

Outra observação válida é acerca da impessoalidade no DR, forma também não verificada em nossas referências, mas que não deixa de ser considerada, pois se enquadra na forma clássica de DI, apenas com a modificação de o sujeito sintático não ser nominalizado. Eis alguns exemplos retirados do Texto C1: *O que se viu, depois dos argumentos e contra-argumentos de acusação e defesa, foi o entendimento majoritário do Tribunal (§4º); atestou-se que o conjunto majoritário de juízes ignorou ou não se viu convencido com os argumentos da defesa (§5º)*. Percebemos que esta variante enquadra-se próxima da variante indireta analisadora de conteúdo, pois a percepção do enunciador apresentador (L) acerca das falas dos juízes foi tematizada em uma construção indireta impessoal. No entanto, não se trata especificamente da variação analisada por Volochinov (2006 [1929]: primeiramente não há contornos delimitadores da fala do outro, pelo fato de o discurso alheio estar diluído e quase silenciado na própria apresentação que L faz do contexto em que o discurso outro foi dito. Além disso, tais estratégias de impessoalidade não eram objeto do trabalho do autor e, também, não se trata do estilo associado à variante analisadora do conteúdo, o linear, cuja tendência principal “é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p.156) com fronteiras estáveis, mas sim do estilo pictórico, em que o enunciador apresentador (L) “[...] pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entoações [...]”(VOLOCHINOV, 2006 [1929], p.157).

Em relação aos modos de dizer, observamos que o DD, o DI – em seus esquemas cristalizados – e o DI nominal são mais frequentes em notícias, dado o caráter informante e conciso do gênero, ou seja, com foco no *fazer saber* de modo mais claro e rápido possível. Já em colunas, observamos que o DI com sujeito sintático impessoal é recorrente, a fim de *fazer valer* um posicionamento de modo a retirar-lhe o caráter de opinião privada. Sobre a disseminação discursiva, não constatamos muitos casos, porém a notícia é mais própria aos esquemas e variantes de DI, então, é mais natural que nela tal fenômeno seja mais recorrentes. Constatamos ainda, tal qual Cunha (2007 [2002]), que, nos artigos, a apresentação do outro é mais propícia a acontecer sem marcas unívocas, ou seja, por uma heterogeneidade mostrada não-marcada, enquanto que, nas notícias, percebemos as marcas com mais frequência. Acerca do jornalismo digital, dizemos que, nos portais aqui analisados, não há diferenças substanciais nas formas de apresentar o discurso do outro quando comparados a jornais impressos. As características referentes a dialogismo e a DR em jornalismo impresso apontadas por Cunha (2007 [2002]), Moirand (1999), Rodrigues (2001) e Scadelai (2003) não são diferentes das que observamos em WSCOM e CLICKPB.

Por fim, reafirmamos o caráter tradutor – e não copiador – do processo de apresentação do discurso do outro, de modo que o DD e DI constituem os esquemas de base mais cristalizados, porém apresentar atos enunciativos alheios vai muito além da descrição e demarcação formais de tais esquemas. A palavra do outro circula naturalmente na sociedade; no caso do jornalismo político – mas que pode ser aplicável a outras esferas – ela é repercutida, sem que, necessariamente, esteja esquematizada na base ou ainda em algumas variantes mais usuais. Percebemos que há, então, uma abertura a avaliações, tomadas de posição por parte do enunciador apresentador, as quais podem chegar ao estatuto de juízos de valor, podendo ser reconhecidas através de trabalho interpretativo sobre algumas formas que marcam atitude do enunciador sobre o conteúdo que enuncia – neste caso, o discurso do outro. Tais julgamentos, em jornalismo, podem – dependendo do esclarecimento do contraditório – marcar um rompimento com princípios do apartidarismo, do pluralismo e da imprensa livre.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans les discours. DRLAV. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris, VIII, n°26, 1982.
- _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004
- _____. *Palavras Incertas: as não-concidentes do dizer*. Tradução de Eni Orlandi (coord.). Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. M. *O Freudismo*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2001 [1927].
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 [1929].
- _____. O discurso no romance. In: *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990 [1975].
- _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BENVENISTE, E. Da Subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral I*. 4 ed. Tradução de Maria Glória Novak e Maria Luíza Neri. Campinas: Pontes, 1995 [1958].
- BRASIL. Presidência da República. Institui o Código de Processo Civil. Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
- _____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Aprova a Norma n° 004/95 – Uso da Rede Pública de Telecomunicações para acesso à INTERNET. Portaria n° 148, de 31 de maio de 1995.
- _____. Presidência da República. Estabelece normas para as eleições. Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.
- BRITON, Celia. *The dialogic text and the plural text*, occasional papers, n. 14, ago. 1974, Universidade de Essex, p. 52-68.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, A. N.; SALGADO, L. (orgs). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3 ed. Tradução de Fabiana Komesu (coord.). São Paulo: Contexto, 2006 [2004].
- CHIAVEGATTO, V.C. Construções e funções no discurso jornalístico: o processo cognitivo de vozes. In: AZEREDO, J.C. (org.). *Letras e Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CLÉMENT, C. *Le pouvoir des mots*. Paris: Mame, 1973.
- CLICKPB. Cássio alega cerceamento e pede nulidade do julgamento do TRE. *CLICKPB*, 02 ago. 2007a. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/artigo.php?id=2007080205046>>, acesso em 02 jun. 2008.
- _____. Juiz que votou pela cassação advogou para família Maranhão. *CLICKPB*, 02. ago. 2007b. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/artigo.php?id=20070801080530>>, acesso em 02 jun. 2008.
- _____. TRE admite erros em ação contra Cássio, mas rejeita embargos. *CLICKPB*, 15 out. 2007c. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/artigo.php?id=20071015063844>>, acesso em 02 jun. 2008.
- COQUET, J. -C. Les modalités du discours. *Langages*, n. 43, 1976.
- CRUVINEL, T. Colunismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. de (orgs.) *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- CUNHA, D. de A. C. da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. (orgs.) *Gêneros textuais & ensino*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007 [2002].
- DOSTOIÉVSKI, F. M. *Os Irmãos Karamazov*. Tradução de Paulo Bezerra. 2 volumes. São Paulo: Editora 34, 2008 [1879].
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987 [1985].
- FERRARI, P. *Jornalismo digital*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- FLORES, V.; TEIXEIRA, M. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 2005.
- FOLHA DE S.PAULO. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3 ed. Tradução de Luís Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 [1969].
- GARDIES, A. *Décrire à l'écran*. Paris/ Québec: Méridien Klincksieck/Nota Bene, 1999.
- GAVAZZI, S.; RODRIGUES, T. M. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: GAVAZZI, S.; PAULIUKONIS, M.A.L. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GREIMAS, A. -J.; COURTÈS, J. *Sémiotique*. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachete, 1979.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: A. Colin, 1980.
- LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In *Ecrits I*. Paris: Seuil, col. Points, 1953.
- LAGE, N. *Linguagem jornalística*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2004.
- LECLAIRE, S.; LÉVY, D. Le port de Djakarta. In: *Psycaanalyse et politique*. Paris: Seuil, 1977.
- LUNA, T. S. e. *Guia eleitoral: as relações dialógicas e a construção do posicionamento discursivo na Campanha Eleitoral Majoritária do Recife em 2004*. Dissertação (Mestrado em *Lingüística*). Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- MACIEL, S. *Manuais de estilo, notícia e subjetividade*. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em análise do discurso*. 3 ed. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997 [1987].
- _____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Tradução de Maria Augusta de Barros Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1986].
- _____. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. Tradução de Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005 [1998].
- MARTINS, E. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS FILHO, E. L. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3 ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1996.
- MEDINA, C. Lugar de jornalista: no centro das tensões. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (orgs.). *Jornalismo político: história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MOIRAND, S. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique*. 33: 145-183. Montpellier: Université de Paul-Valéry, 1999.
- MORATO, E.M. O interacionismo no campo lingüístico. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. (orgs.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

- NASCIMENTO, E. P. do. *Jogando com as vozes do outro: a polifonia – recurso modalizador – na notícia jornalística*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*: São Paulo: UNESP, 2000.
- PARAÍBA. Governo do Estado. Autoriza a instituição da Fundação Social do Trabalho da Paraíba e dá outras providências. Lei nº 4.454, de 14 de março de 1983.
- _____ Dispõe sobre a nova estrutura organizacional básica do Poder Executivo: extingue órgãos e cargos. E determina outras providências correlatas. Lei nº 5020, de 07 de abril de 1988.
- PAULIUKONIS, M. A. L. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: GAVAZZI, S.; PAULIUKONIS, M.A.L. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- REBOUL, O. *Le slogan*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1975.
- RIBEIRO, M. G. C. *Nas trilhas do sentido: as estruturas nominais em –mente numa perspectiva semântico-discursiva*. João Pessoa: Idéia, 2006.
- RIBEIRO, F. E. M. *Parahyba 1930: a verdade omitida*. João Pessoa: Sal da Terra, 2008.
- RODRIGUES, R. H. *A Constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem). Programa de Estudos Pós-graduados em *Lingüística* Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ROUDINESCO, E. *Un discours du réel*. Paris: Mame, 1973.
- _____ *Pour une politique de la psychanalyse*. Paris: Maspero, 1977.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Tradução de A. Chelini, José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969 [1916].
- SANTOS, W. A cassação, a resistência e a reviravolta. *WSCOM ON-LINE*, 30 jul. 2007a. Disponível em: <http://www.wscom.com.br//colunistas/colunista_colunas.jsp?pag=83&id=14>, acesso em 10 mar. 2008.
- _____ Indução ao erro? *WSCOM ON-LINE*, 20 out. 2007b Disponível em: <http://www.wscom.com.br//colunistas/colunista_colunas.jsp>, acesso em 10 mar. 2008.
- SCADELAI, E. F. *Verbo “dizer”*: flagrantes de não-neutralidade na notícia. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2003.

TÔRRES, L. O resultado e as projeções. *CLICKPB*, 31 jul. 2007a. Disponível em <http://www.clickpb.com.br/blogger.php?id=28&artigo=200707310_11312>, acesso em 10 mar. 2008.

_____ O erro. *CLICKPB*, 15 out. 2007b. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/blogger.php?id=28&artigo=20071015115409>>, acesso em 10 mar. 2008.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. Tradução de Michel Lahud *et al.* São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

WSCOM ON-LINE. Caso FAC: relator diz que programa do cheque não tinha lei específica e sinaliza cassação. *WSCOM ON-LINE*, 30 jul. 2007a. Disponível em <<http://www.wsc.com.br/noticia/noticia.jsp?idNoticia=94716>>, acesso em 20 out. 2007.

_____ Caso FAC: Por 5 a 1, juizes decretam cassação do mandato de Cássio e vice José Lacerda. *WSCOM ON-LINE*, 30. jul. 2007b. Disponível em <<http://www.wsc.com.br/noticia/noticia.jsp?idNoticia=94718>>, acesso em 20 out. 2007.

_____ TRE julga embargos, decide corrigir data de acórdão, mas não acolhe representação contra cassação. *WSCOM ON-LINE*, 15 out. 2007c. Disponível em <<http://www.wsc.com.br/noticia/noticia.jsp?idNoticia=98390>>, acesso em 20 out. 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)